

Eanes - Reagan: encontro em Washington

*Base das Lajes e facilidade militares no continente farão parte da agenda
Samora Machel em Portugal na primeira metade de Outubro*

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, terá dois encontros com o presidente Ronald Reagan, no decorrer da sua visita oficial aos Estados Unidos, entre 14 e 20 de Setembro. Eanes receberá ainda, acompanhado de Jaime Gama, os secretários de Estado George Schultz e Caspar Weinberger. Fontes de Belém consideram — revela o nosso colaborador Pedro Cid —

que apesar de ser prematuro divulgar a agenda das conversações, não será difícil de prever a abordagem prioritária, pelos dois presidentes de questões como a Base das Lajes, as facilidades que os EUA pretendem em território continental português, as ajudas americanas e o posicionamento bilateral face à NATO. No plano internacional é previsível uma maior atenção às relações Les-

te-Oeste, com destaque para os problemas europeus e para a situação na África Austral. Entretanto, fonte do Palácio das Necessidades revelou ser praticamente certo que a visita de Samora Machel a Portugal decorrerá na primeira semana de Outubro. Quanto à viagem de Mário Soares a Grécia (18 e 19 do corrente) o tema forte será a adesão do nosso país à CEE.

Pág. 7

Reintegrados da RTP esperam à porta que os deixem entrar

Os 22 trabalhadores da RTP, despedidos na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro e agora reintegrados por decisão judicial, foram recebidos a meio da manhã por um jurista da empresa. Até ao fecho da nossa edição, a reunião estava ainda a decorrer, sabendo-se que o assunto em discussão estava relacionado com a recusa do CG em acatar a sentença do Tribunal do Trabalho.

Pág. 16

Chade Djamena nega morte de Hissene Habré

Págs. centrais

Gerente de bar morto a tiro de madrugada



Um aspecto da fachada do «Bar 25», cujo gerente foi assassinado esta madrugada em circunstâncias ainda desconhecidas.

O gerente do controverso «Bar 25» — sessões contínuas de «strip-tease» por um óculo e «flippers» — foi morto a tiro, cerca das três horas desta madrugada, num prédio da Rua Santo da Glória, em Lisboa. Na mesma altura foi atingido num braço, o proprietário do referido estabelecimento, o italiano Alberto Zani, cuja versão dos acontecimentos parece não convencer as autoridades policiais, segundo nos disse esta manhã o comissário Paulino, da esquadra da Praça da Alegria, entidade que tomou conta da ocorrência. De acordo com Alberto Zani, Armando Cardoso, de 39 anos, casado, ex-sargento da Força Aérea, foi alvejado por um desconhecido, que se pôs em fuga, quando ambos estavam a conversar à porta do prédio, onde a vítima tinha um apartamento. Adverte que tudo indica que Alberto Zani, que há dois anos «já tinha sido problemas com a Polícia» (tal comissário Paulino quem nos revelou), já teria abandonado o País, após receber tratamento no Hospital de S. José.

Esta manhã um dos funcionários do «Bar 25», de apelido [nome não legível], deu a esta reporta-

Continua na pág. 24



A vala, ainda coberta de escombros, onde esta manhã os quatro operários ficaram soterrados.

Um morto e três feridos Operários soterrados no Lumiar

Pág. 24

Cinco mil contos seriam para Casa da Imprensa

Presidente da República processa João Gomes

A indemnização pedida no processo que o Presidente da República decidiu mover ao jornalista e deputado do PS, João Gomes, é da ordem dos cinco mil contos e reverterá — caso Eanes ganhe o processo — para a Casa da Imprensa — soube o «DL» junto de fonte próxima do advogado do PR, Adelino da Palma Carlos.

O processo tem como base as acusações que João Gomes fez ao Chefe do Estado no decorrer do programa «Mosaico», da RDP-1, no passado dia 21 de Maio. afirmou então o ex-director do extinto «Portugal

Hoje» que Ramalho Eanes dispunha verbas públicas contra os interesses do País, dando como exemplo inequívoco as eleições de 25 de Abril último.

João Gomes considerou, ainda, haver «quem se permita afirmar que a Presidência da República gaste quase tanto como o outro órgão de soberania que é a Assembleia da República, apesar desta ter 250 titulares e dispor de um aparelho de serviços, integrado por dezenas e dezenas de trabalhadores».

«Seria interessante saber — declarou o mesmo João Gomes na RDP — que percentagem des-

tas despesas é consumida com o pagamento de influências destinadas à publicação de entrevistas, artigos, crónicas e reportagens favoráveis aos designios políticos do general Ramalho Eanes».

Aquele deputado do PS insinuou ainda que o PR se comporta como o SNI «de infeliz memória» que atrai a Lisboa, pago «a peso de ouro um serviço de profissionais de Imprensa, cujos textos se destinavam a ter mais ressonância no interior de Portugal do que repercussão na opinião pública dos respectivos países».

Ainda pode
concorrer

VERA

DL 83

... e mais 2 páginas do Álbum
dedicado a Carlos Botelho

O novo Eldorado

António Modesto Navarro

GOSTARIAMOS de dizer uma palavra sobre a questão do «Plano de Desenvolvimento Rural Integrado para Trás-os-Montes e Alto Douro» e a assinatura recente de acordos que envolvem a vinda de verbas avultadas para a sua execução. É apenas uma palavra de aviso, sobrepondo-a na medida do possível a entusiasmos e trombetas perante tanta massa. É que nós somos do tempo das mil e uma trombetas que anunciaram e propagandearam o Complexo Agro-Industrial do Cachão. Lembremo-nos perfeitamente do dinheiro a rodos, dos empregos para amigos e afilhados dos muitos amigos e conhecidos do engenheiro Camilo de Mendonça. Nós, os que na altura trabalhávamos na terra e nas oficinas, cedo começámos a chamar ao Complexo Agro-Industrial do Cachão o Vale dos Caídos. Lá tínhamos as nossas razões. Todos os dias, iam engenheiros e outros técnicos em caravana com o eng. Camilo, para Vila Flor ou Mirandela, almoçar de tal maneira que por lá ficavam, nas salas das pensões e restaurantes escolhidos a dedo, tardes inteiras, a desfazer as brutas comezainas.

Nessa altura, que ninguém dissesse uma palavra contra o complexo. Ele seria a salvação dos agricultores do Nordeste... Havia agentes e informadores da pida lá dentro e cá fora. Mas nós, os que estávamos atentos e íamos tomando conhecimento das mil e uma histórias de viagens ao estrangeiro e ajudas de custo à grande e à francesa, de aquisições de máquinas com comissões por fora, de obras que eram medidas e pagas duas vezes ou mais, de compras de matéria-prima que depois apodrecia e ia parar ao rio Tua, nós

falávamos e íamos desmontando um mito, um jogo de baixa política, um sorvedouro do dinheiro que não havia para estradas, escolas, saúde, saneamento e outras necessidades urgentes da região. Alguém iria pagar um dia esse dinheiro. E a experiência dizia que seria quem trabalhava.

Querem aproveitar-se da ignorância e do atraso

POR isso hoje ficamos de novo atentos, quando se enche o céu de Trás-os-Montes com novas promessas e miragens para a agricultura. É que os técnicos pouco mudaram. Pelo contrário, aumentaram em número os que só vão para aquelas paragens como quem vai à procura de ouro, à conquista de uma situação de comando e de uma conta bancária bem crescida e determinante. O amor à terra e à vida dos camponeses é pouco ou nenhum. Se há técnicos que se preocupam com os problemas da agricultura transmontana e os querem resolver de forma séria, são afastados dos lugares de decisão, se é que a eles têm acesso. Portanto há que ter muito cuidado. Ideias de fomentar a inter ajuda e o cooperativismo entre agricultores, de apoiar a sério a produção e o escoamento, de fomentar o progresso das comunidades e de respeitar a independência dos produtores, não surgem nos discursos e nos projectos de forma convincente e decisiva. O que surge é, por um lado, a submissão aos ditames da CEE e, por outro, o fascínio de entrar nas aldeias e vilas e jogar com a ignorância e o atraso do meio. Produzir pasta de papel e não produtos para a alimentação correcta das populações da região e do país, eis um dos objectivos pouco confessados mas reais. Destruir a pequena propriedade

e favorecer a criação de empresas agrícolas que pertençam a empresários capitalista, é outro dos desígnios. Levar à proletarianização milhares e milhares de agricultores, afastar das suas terras mais e mais habitantes, são objectivos facilmente detectáveis nos projectos de quem quer comandar a vida de Trás-os-Montes a partir dos gabinetes.

Não interessa a defesa da vida dos transmontanos, dos seus hábitos, sonhos e cultura. Interessa cumprir os objectivos da CEE e beneficiar ainda mais os que já são beneficiados, como por exemplo as multinacionais do vinho do Porto.

Não mais «vales dos caídos»

ATENÇÃO ao futuro próximo de Trás-os-Montes. Vão ser lançados projectos vários, segundo a propaganda de jornais, Rádio e TV. E nós questionamos: como?, com quem?, para beneficiar e desenvolver em que sentido? Porque os tecnocratas da palavra e do gesto são hábeis e precisos, quando se trata de cumprir a vontade dos donos. Também o eram, no início do projecto do Complexo Agro-Industrial do Cachão; também prometiam o céu aberto aos camponeses do Nordeste Transmontano. E no entanto hoje o Cachão continua a ser o Vale dos Caídos da nossa triste memória do subdesenvolvimento, com uma dívida enorme, cujo pagamento sairá do bolso de nós todos e não dos técnicos falhados.

Oxalá que não haja dentro de poucos anos outros Vales dos Caídos, em Trás-os-Montes. Para dramas e traumas já basta o que basta, a produção que apodrece e não é escoada, os

factores de produção que aumentam vertiginosamente de preço, as terras que caem nas unhas das multinacionais do vinho do Porto, o leite e outros produtos que não são pagos a preços justos e fazem a fortuna de intermediários e aparentados.

Não tentem enganar os agricultores transmontanos. Em Trás-os-Montes precisa-se de técnicos honestos, de homens e mulheres que defendam a independência e o desenvolvimento sério deste país. Muitas vezes o dinheiro a rodos, vindo assim (se vier...) para fazer abrir os olhos de espanto, acaba por corromper tudo. Depois de acabar, ficam apenas hábitos nocivos, desânimo e maior descrédito, e isso já não é preciso. Para além de ficarem as dívidas, que ninguém dá nada dado...

Que evolução terá a vida dos agricultores, das suas famílias, das populações das aldeias e vilas? Não é o Governo próprio de alguns técnicos que interessa. O que interessa é que eles e os financiamentos disponíveis estejam ao serviço de projectos consentâneos com as formas de vida dos transmontanos, com a cultura, com os sonhos de quem vive, trabalha e sofre naquela terra. Não olhem para Trás-os-Montes com olhos de comerciantes ou de pesquisadores de pepitas em terra de cegos. Desse exploradores já lá há muitos.

E já agora, só mais uma pergunta. Porque não há destes projectos para o Alentejo? Porque Alentejo não avança? Será por o terreno ser outro ou por os trabalhadores da Reforma Agrária já terem descoberto o caminho para o ouro da liberdade e do verdadeiro progresso? Na verdade, os exploradores e aventureiros só têm vida fácil quando as populações ainda não conhecem os seus desígnios.

A Crónia Agrícola

A Conferência da Reforma Agrária

Alexandre Ramos

Aconteceu em Évora, no último fim-de-semana, e desenvolveu-se em volta de cinco grandes temas: I — Repor a legalidade democrática, prosseguir a Reforma Agrária, cumprir a Constituição; II — Reforma Agrária contribuiu indispensável para a saída da crise; III — Organização, gestão e vida interna das UCP's; IV — Reforma Agrária e os pequenos e médios agricultores; V — Unidade de luta dos trabalhadores da Agricultura por uma vida melhor.

A história da curta vida desta nossa Reforma Agrária vai sendo, ano a ano, minuciosamente descrita pelas conferências anuais que se realizam. De futuro, não terão os investigadores históricos quaisquer dificuldades em colher os elementos que a caracterizam, as vicissitudes porque passou, os velhos conflitos que a originaram, os novos que desencadeou, as esperanças que suscitou, os sacrifícios e dores que exigiu e as vergonhas que provocou.

(1)

Antes do 25 de Abril, pode dizer-se, um grande leque de forças oposicionistas ao regime, desde conservadores-liberais a social-democratas, socialistas e comunistas condenaram o estatuto rural alentejano assente no latifúndio. Todos, quase todos, pensavam que o desaparecimento do regime havia de trazer consigo profunda modificação nas relações da produção nos campos do Alentejo.

Todos, ou quase todos, acreditavam não ser possível a instituição da democracia sem acabar com o regime latifundiário que impedia o desenvolvimento do país,

que era causa de pobreza e de desemprego, e era condenado pela economia e pela moral.

Provavelmente, esta **questão alentejana** constituiu o campo através do qual o antigo regime foi mais severo e permanentemente atacado. Também foi no Alentejo que ao longo dos seus quase cinquenta anos o antigo regime deparou a mais encarniçada resistência popular, permanente e inequívoca, com uma luta tenaz pela conquista de direitos fundamentais. Catarina Eufémia foi, assim, a expressão heróica dessa luta e dessa resistência.

Com o 25 de Abril as terras latifundiárias são ocupadas. Constituem-se cooperativas de trabalhadores para exploração das terras, legaliza-se a ocupação.

Desenvolve-se todo um processo lógico revolucionário, que por sua originalidade e razão, pela primeira vez na história, não deixa cair a produção. Arranca, de imediato, com o sistema produtivo em novas relações e impõe-no como eficaz estrutura para o espaço em que se insere.

Impõe-no, ainda, como uma forma altamente esperançosa de aproveitamento de recursos humanos e físicos. Virado para o futuro.

Das quinhentas e tantas UCP's nadas e criadas em 1975 e 1976, abarcando mais de um milhão de hectares, foram destruídas 188.

A destruição acarretou: 1 — a liquidação de 50 000 postos de trabalho; 2 — roubo de 238 100 cabeças de gado; 3 — roubo de 12 000 máquinas e alfaías.

E, para além disso:

O Estado deve às UCP's Cooperativas mais de 17 milhões de contos e foram espancados e perseguidos mais de 2000 trabalhadores. Dois deles encontraram a morte.

A ofensiva contra a Reforma Agrária saldando-se pela destruição de 188 UCP's, roubos e prejuízos de milhões de contos foi levada a cabo, nas suas formas mais agudas e indecorosas pelos governos Mota Pinto, Sá Carneiro e Balsemão.

Não deixa o Partido Socialista de ter pesadas responsabilidades em todo o processo. Abriu o caminho, através da Lei Barreto da legalização do processo de agressão.

Ao longo desta ofensiva, os trabalhadores alentejanos resistiram, por forma como puderam, dentro da legalidade democrática com particular evidência, numa frente jurídica, com apresentação de processos, denunciando as ilegalidades cometidas, ao Supremo Tribunal Administrativo.

Foram apresentados 570 processos por 181 UCP's. O Supremo Tribunal Administrativo profere já 186 acórdãos favoráveis às UCP's. Até agora nenhum foi cumprido.

Apesar do Poder da direita, com os ministros Vaz de Portugal Macedo e Cunha e Basílio Horta, ter encontrado as forças possíveis para levar a cabo, rapidamente, a liquidação da Reforma Agrária, não o conseguiu.

Cerca de 300 UCP's Cooperativas estão de pé, com explorações agrícolas respeitando 500 000 hectares e em que trabalham 22 500 cooperantes.

(2)

O empenhamento da AD na liquidação da Reforma Agrária foi um facto real e concreto que obrigou a uma grande mobilização de meios, que recorreu à violência de forças para-militares, que obri-

gou à prática de ilegalidades, à desobediência a decisões do Supremo Tribunal Administrativo, ao uso e abuso da chantagem e corrupção, ao roubo e depredação de bens.

Todos estes actos e práticas mostraram e demonstraram a distância entre a Democracia de boca que se proclama e a anti-democracia real que pratica.

Toda a realidade da ofensiva da Direita contra a Reforma Agrária leva a julgar que a direita pensa que a destruição da Reforma Agrária é, para ela, uma questão fundamental.

E, todavia, não conseguirá essa destruição porque, fundamentalmente, não tem nenhuma outra solução alternativa que possa, com eficácia, substituir a que se apoia nas UCP's/Cooperativas que constituem a estrutura mais racional para exploração das terras alentejanas e a que desfruta de mais ampla base de apoio social.

As tentativas realizadas pela direita de fraccionar a terra e entregar lotes a pequenos agricultores espalhou, e só, o ridículo compungente. A reentrega das terras usurpadas às UCP's aos antigos latifundiários, ou a constituição de novos, na mira de que se pudessem forjar grandes explorações capitalistas, dinâmicas e eficientes, não passa de sonho vazio que o abandono das herdades é testemunho. Só ficaria a exploração grosseira e primitiva dos gados e dos sobreiros. Voltar-se-ia, assim, ao quadro imoral de triste do antigamente. As UCP's cooperativas são, para além dos mais, espaços sociais geradores de emprego. Esta é uma das suas maiores virtudes.

Continua na pág. 7



Concurso

Recorte e guarde este cupão bem como os demais cupões que, em número de 30, serão diariamente publicados neste mesmo local. Depois só terá que enviar para o «Diário da Manhã», em data que será anunciada, esta coleção de 30 cupões, juntamente com um boletim de identificação que será publicado diversas vezes durante o período do concurso.

Ainda pode concorrer

O leitor pode concorrer em qualquer altura pois poderá adquirir os exemplares que lhe faltam (completando assim a sua coleção e, sobretudo, o seu «Album Sempre Fixe», este ano dedicado ao grande artista Carlos Botelho), ao preço normal dos nossos serviços na Rua Luz Soriano, 15 a 17, 1200 Lisboa. Também mediante pagamento antecipado em cheque, vale de correio ou selos (20 escudos, acrescidos de mais 11 escudos de portes por exemplar), poderão os nossos serviços enviar através dos CTT os exemplares que desejar.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

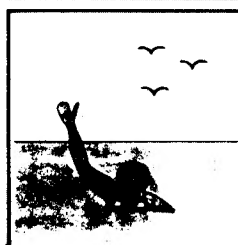
É D I T O S

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Departamento Periférico Vale do Tejo, a que se refere o processo n.º 1/6016, arquivo 9, para o estabelecimento no concelho de Loures, de uma linha mista a 30 KV, n.º 107/R-19 (antiga linha n.º 101/R-94) com 207 metros, parte aérea com 177 metros e parte subterrânea com 30 metros, do poste n.º 4 da linha 107/R-17, ao posto de transformação n.º 1227-C, da Confeitaria Lisbonense Vitória, Ld.ª, em Vale Figueira.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 13 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes



SE
estiver cansado
procure boiar
e não hesite em pedir socorro

Concurso DL

3.º Álbum SEMPRE FIXE

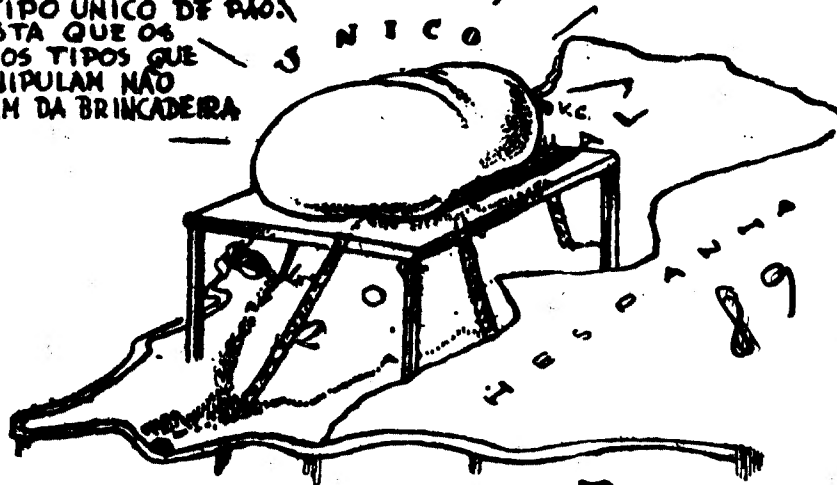
ECO DA SEMANA

A BORDO DO NIASSA CHE-
GARAM OS AVIADORES PORTUGUESES
MUITOS CHIS-CO-
RAÇOS



SEM PORTU-
UM TIPO UNICO DE PAO.
CONSTA QUE OS
OUTROS TIPOS QUE
O MANIPULAM NAO
GOSTAM DA BRINCADEIRA

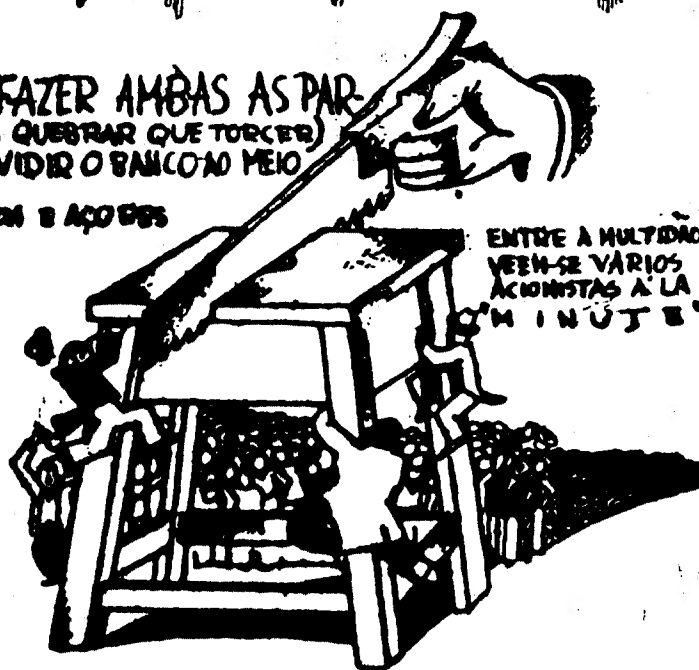
/ GAL VAI HAVER



VERDUN... OU NAO VERDUNIZA-SE
A A GUA DA COMPANHIA - AO QUE PARCE OS
MICROBIOS DO TIFO EM REUNIAO MAGNA RESOL-
VERAM, POR UNANIMIDADE, ATACAR SO OS RICAÇOS

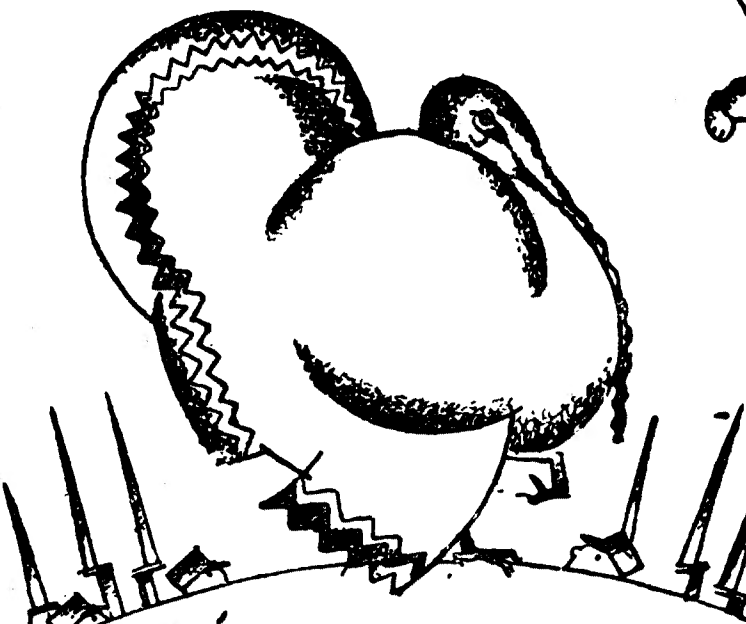


PARA SATISFAZER AMBAS AS PAR-
TES (ACIONANTES QUEBRAR QUE TORCE)
RESOLVEU-SE DIVIDIR O BANCO AO MEIO
FICANDO:
BANCO LISB / ON 8 AÇORES



ENTRE A MULTIDÃO
VEEM-SE VÁRIOS
ACIONISTAS A LA
MINUTE

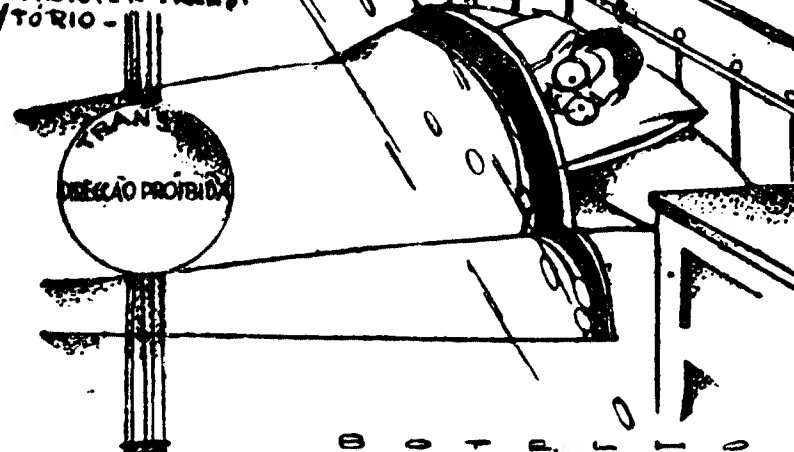
POR SABEREM QUE OS POBRES NAO
TEEM MASSA PARA COMPRAR A VACINA -
BEM HAJA A ATITUDE DE TAO NOBRES MICROBIOS



UM SONHO QUE ME DEU ESTA

NOITE - COMO VEEM NAO FOI MAU DE TO-
DO - QUANTO AOS 5.000
CONTOS NAO VALE APENA
DESSU-LOS PORQUE LA
DIZ JULIO DANTAS: A
MELHOR SORTE GRANDE
E A QUE NUNCA SE CHEGA
ATER.

APARECERAM NOS
CANDIEIROS DA CIDA-
DE UMAS PLACAS DE
CARACTER TRANSI-
TORIO -



BOLÍVIA - PARAGUAI - VAI
NISTES DOIS PAISES UMA GRANDE CONFUSAO DE
NARIZES - CUBA E OUTRAS NAÇOES VAO SERVIR
DE MEDIANEIRAS EXCEPTO O PERU POR IR A DE-
GOLA NO PROXIMO DIA 25 -

53

RECORTE POR AQUI

NISSAN DATSUN URVAN

ENTREPOSTO

AINDA ... O SEU MELHOR INVESTIMENTO

NISSAN

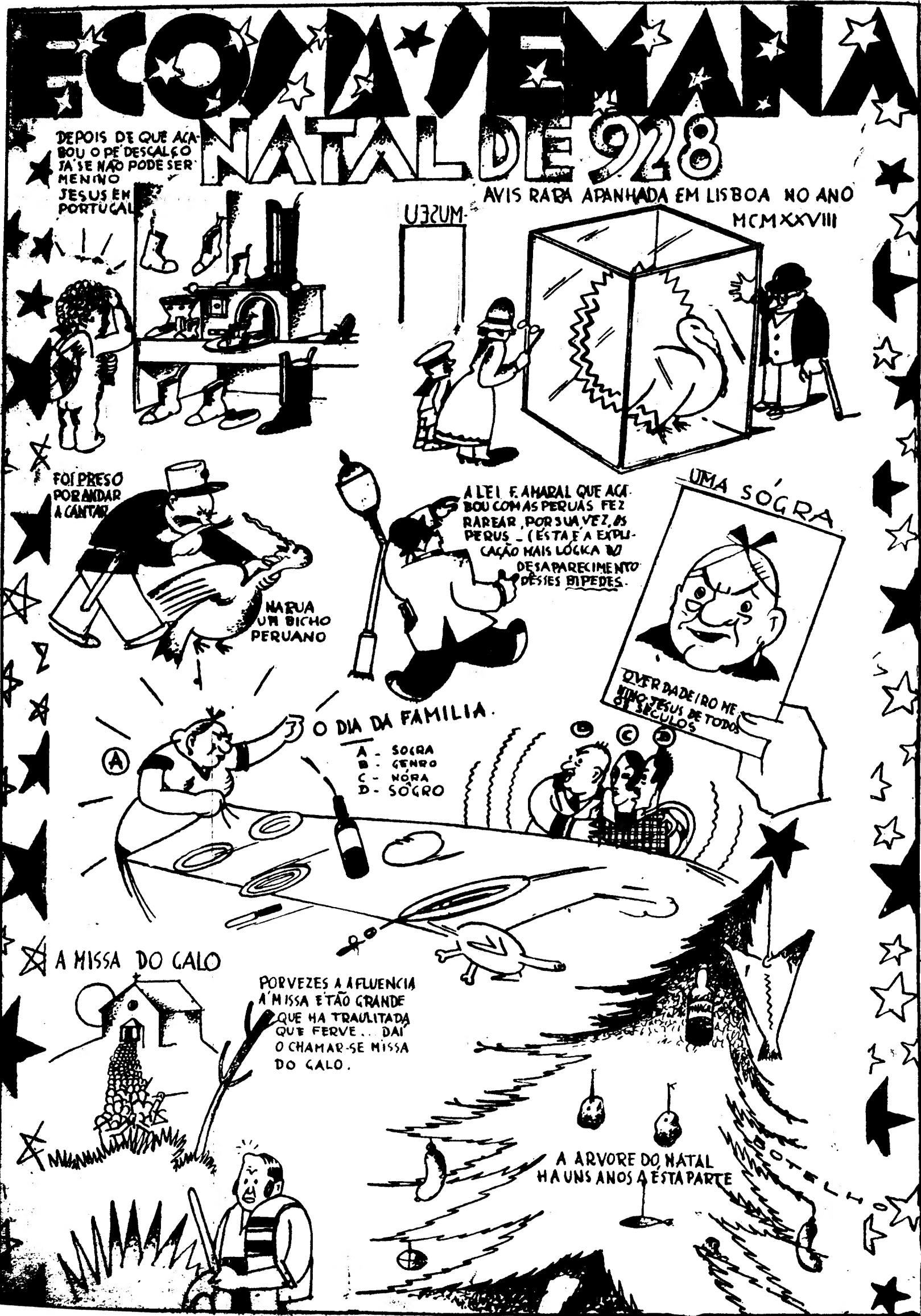
Praça José Queirós, n.º 1
1899 LISBOA CODEX
TEL. 31 40 61

CONCESSIONÁRIOS
EM TODO O PAÍS

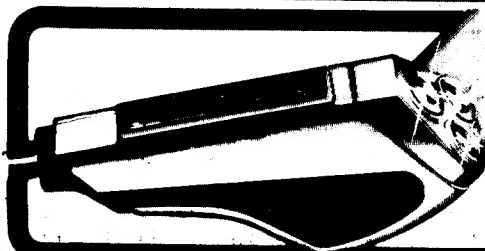


3.º Álbum SEMPRE FIXE

Concurso DL



54



Philishave o barbear total



PHILIPS

RECORTE POR AQUI

«Entre os princípios e os factos»

Solidariedade contra a opressão

Gil Sequeira Teixeira

Um dos princípios que hoje mais preocupam os homens que dão continuidade, ou melhor aprofundam os fundamentos de qualquer sistema político, é precisamente o princípio da soberania dos Estados.

E, não adiantaremos nada à Cultura, se dissermos que o conceito de soberania só a partir do Século XVII começou a ser usado por um político francês com o significado que se lhe conhece, ligado naturalmente à concepção de Estado. Isso não obsta a que antes, noutras formas organizadas de Sociedades, se não defendesse a integridade desses espaços territoriais, o que aliás tem sido uma constante em todas as Civilizações conhecidas da História.

Mas, se essa realidade não é nova nos seus contornos actuais, não é todavia muito velha nos efeitos que dela se podem retirar porque, só depois da década de 60, quando praticamente se acabaram de formar os Estados que são conhecidos com a configuração geopolítica ac-

Como se sabe, até à Revolução de Abril, preferiu-se ficar «orgulhosamente só» ignorando-se, portanto, «as missões sagradas» e as civilizações dos Povos que antes tanto nos preocuparam.

Compreendamos agora, que só a partir do fenómeno da descolonização e com a criação dos novos Estados, seria possível através do princípio da soberania diminuir ou esbater os efeitos das influências que os Estados — administradores teriam necessariamente de possuir sobre os Estados — administrados ou em vias de autonomização.

A partir desse acontecimento, repetimos, passou a assistir-se a um jogo de interesses e de influências de que todos os «Estados-Adiantados» quiseram beneficiar. Naturalmente, este novo fenómeno que passou a verificar-se nas relações internacionais nada tinha a ver com os laços de solidariedade e de cooperação comuns aos Estados recém-criados.

Assim, nos dias de hoje, o princípio da soberania dos Esta-

peito à integridade dos Estados, nem sempre são os teóricos os defensores das suas teses, mesmo os que sentados na cadeira dos examinados ocupam a cátedra dos examinadores, tamanha é a sua proficiência, visto os vários fins que aqueles podem servir.

Indo a uma das fontes que dá guarida ao princípio que se vem discutindo, merece registo a nossa Constituição de 76, nos Princípios Fundamentais, no seu Artº. 7º. nº. 1, que se manteve na revisão de 1982, consagra que: «Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios de

independência nacional (...) da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados (...) e no seu nº. 3 estatui que:

«Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo (...)».

Dos vários políticos que se pronunciaram sobre os ditos preceitos, fazemos referência ao projecto de revisão da Constitui-

Mas, até aqui, temos posto questões de princípios, gerais e abstractos, não focando portanto, as experiências concretas dos Povos, as quais se podem afastar em muito de considerações marcadamente teóricas.

De facto, é preciso não perdermos de vista, que estamos tratando da posição que Portugal assume, nas relações com os outros Estados, quando declara, na sua Lei Fundamental, «não ingerir nos assuntos internos de outros Estados» conjugado com o outro de apoiar «a insurreição dos povos contra todas as formas de opressão».

E, na nossa vida de cidadãos respeitadores da vida doutros cidadãos, poderemos encontrar manifestações que vão contra essas declarações de princípios, ingerindo-nos, portanto, nos assuntos internos dos outros Estados ou promovendo o levantamento dos Povos que integram a sua comunidade?

Não precisaremos de procurar muito para encontrarmos alguns «slogans», apostos em cartazes e em propaganda radiofónica, de estações privadas, com os dizeres;

«Solidariedade para com a Polónia livre»

Porque somos homens, livres e solidários, e embora ponhamos as maiores reservas no material (des) informativo que chega à nossa vista e ouvidos, desde que se gerou a instabilidade social e política na Polónia, naturalmente que nos sentimos chocados e nos doa as confrontações que opõem determinadas camadas da população às forças policiais encarregadas de manter a ordem.

E, com esses factos nos são apresentados em circunstâncias bastante duvidosas, pretendendo-se a provocar a insurreição do Povo Polaco intrometendo-nos nos seus assuntos internos, de acordo com o espírito que o legislador constituinte verteu na Constituição de 76?

Estamos convencidos, e disso não andaremos muito longe da verdade, que todos os que perfilharam a supressão daqueles preceitos constitucionais, não podem concordar com essa instigação popular e intromissão em assuntos alheios, até porque haverá sempre o perigo dos seus reflexos na vida interna do País, como defendeu o Dr. Sá Carneiro...

Mas, ainda assim, e mesmo que por razões menos claras os então discordantes concordem com a dita propaganda, fica de pé uma questão que importa resolver.

Na verdade a Constituição toma partido pela não-ingerência e insurreição dos Povos. Mas, afirma-o expressamente, defende o levantamento dos Povos **contra todas as formas de opressão.**

Ora, nem o cidadão mais insubmisso ou cumpridor dos seus deveres de convivência internacional poderá ignorar as diferentes formas de opressão que vão por esse mundo fora nem aonde esses focos se encontram localizados. E com certeza interrogar-se-á sobre o que se passa na América Latina, na África do Sul, na Ásia. Isto quanto aos grandes conflitos, porque no seio das «Nações-Adiantadas» ainda proliferam situações de fome, de racismo, de sanidade, para não citarmos «a opressão do homem por outros homens» comum à maioria dos Estados ditos soberanos.

Por isso, porque somos pela liberdade e porque somos pela solidariedade internacional, vamos exigir que em todos os cartazes, na Rádio, privada e pública, se defenda e faça propaganda não só da solidariedade para com um Povo mas para com todos os Povos, contra todas as formas de opressão.

As negociações com o governo francês com vista à revisão do acordo das Flores deverão começar até ao final do ano. Entretanto, o embaixador francês em Lisboa, Jacques Chazelles, esteve a semana passada naquela ilha açoriana, numa visita de dois dias que não foi anunciada à imprensa. Segundo soube a ANOP junto da Embaixada, a visita «não teve unicamente que ver» com a questão das negociações, uma vez que já estava prevista «há muito tempo, mesmo antes da carta do Governo português» em que informava da sua pretensão de renegociar o acordo.



O Presidente da República aceitou o convite da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Porto, para visitar oficialmente este concelho. Este convite, revelou o presidente do município, António Coutinho da Fonseca, fora formulado em 26 de Julho, data em que Ramalho Eanes recebeu em audiência o presidente da edilidade. A visita do Presidente da República integra-se nas Comemorações do Cinquentenário da Casa-Museu Teixeira Lopes e da Biblioteca Pública Municipal e na homenagem evocativa dos escultores gaienses Soares dos Reis, Teixeira Lopes e Diogo de Macedo.

O vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, Mota Pinto, ofereceu um almoço, no Forte de S. Julião da Barra, ao ministro são-tomense da Defesa, Óscar Sousa. Aquele membro do bureau político do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe encontra-se em Lisboa desde sábado, no regresso de uma viagem a Cuba.



O embaixador do Brasil em Lisboa, Dário Castro Alves, apresentou cumprimentos de despedida ao ministro da Educação, José Augusto Seabra. O embaixador reiterou a amizade do Brasil pela língua e cultura portuguesa e a sua vontade de um estreitamento da cooperação no domínio da Educação. O ministro da Educação, por sua vez, associou a memória de Dinah Silveira de Queiroz às relações culturais entre Portugal e Brasil. O embaixador Dário Castro Alves deixa as suas funções em Lisboa na primeira quinzena de Setembro sendo substituído por António Francisco Azeredo da Silveira, que chefiou até segunda-feira a missão diplomática brasileira em Washington.

O secretário de Estado da Emigração anunciou em Ponta Delgada a criação de um serviço de representação e procuradoria para emigrantes portugueses. Falando no segundo seminário sobre «Portugal Atlântico e Açorianidade», Manuela Aguiar referiu que esse serviço, a montar em Lisboa, destina-se a apoiar em termos informativos as comunidades emigradas. Disse que o Governo de Mário Soares pretende apoiar as associações de emigrantes, atribuindo importância relevante ao Conselho das Comunidades Portuguesas.



O director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo encontra-se no Algarve, para uma visita de trabalho de dois dias a diversas capitais de portos da região. A visita do almirante Cruz Júnior tem por objectivo a análise em conjunto com os responsáveis das capitais dos problemas marítimos da zona. Durante a sua permanência no Algarve, Cruz Júnior, visitará amanhã o porto de Portimão para observar o andamento das obras daquela estrutura portuária.



tual, se começou a ver bem as vantagens possíveis de se agitar tal princípio.

De facto, embora o Pacto das Sociedades das Nações admitisse a independência dos Povos colonizados, ainda assim, nesse texto, se referia a estes «como incapazes de se dirigirem a si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno». E, mais adiante, «confiava às Nações Adiantadas uma missão sagrada de civilização o bem-estar e o desenvolvimento desses Povos».

Só mais tarde, a Carta das Nações Unidas viria a dar consagração plena ao «princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos» impondo aos «Estados-Tutores» ou Autoridades Administrantes o dever de promover uma série de medidas e de realizações tendentes à emancipação dos povos colonizados, e isto também dentro do espírito de «missão sagrada».

Não deixa de ter o seu aspecto caricatural, o facto de Portugal, País de grandes tradições nos feitos das armas e grande participante e promotor nos empreendimentos levados a cabo pelas Cruzadas, não querer estar presente ou manter-se alheio a esse movimento que as «Nações Adiantadas» tiveram como sagrado; restituir aos naturais desses territórios o direito de se governarem e de regerem os seus próprios destinos.

dos conhece um significado e uma dimensão que está muito para além dos deveres que incumbiam aos Estados-administrantes. Não raras as vezes, quando qualquer Estado pretende invadir os domínios de outro Estado, fá-lo com o pretexto de que a sua soberania estava a ser afectada ou corria sério risco, para justificar a sua intervenção em assuntos que não eram seus ou pelo menos não lhe diziam directamente respeito.

Isso quando essa intervenção se fizer de forma directa e pela força, porque, as mais das vezes, essa intromissão é feita de outras maneiras, sub-repticiamente, ou então indirectamente, por interposto Estado ou Estados, que servem de guarda-avançada para os propósitos dos que estão na retaguarda ou na sombra. Os chamados bastidores da cena política internacional.

O que se diz, faz-se destaque, é sem prejuízo dos Estados, ao abrigo de quaisquer acordos ou pactos, em vários domínios como o económico, o político, o militar ou outros, se auxiliarem mutuamente, quando se verificarem os pressupostos que possam fazer perigar a sua identidade de entre soberanos ou interesses que sejam vitais para a sua convivência internacional.

Portanto, o princípio da soberania ou outros que digam res-

ção apresentado por Sá Carneiro em Fevereiro de 1979, o qual no que tocava aos Princípios Fundamentais, no capítulo das Relações Internacionais, propunha, para além de outras alterações, a supressão do «reconhecimento do direito dos povos à insurreição (...)».

Como razões explicativas apontava Sá Carneiro o facto de «o direito de insurreição poder ser extrapolável para o ordem jurídica interna» (in Constituição e revisão constitucional, Vital Moreira, Editorial Caminho, 1980).

Poder-se-ia assim concluir que para Sá Carneiro, reconhecer o direito dos povos à insurreição, não seria a melhor política, na medida em que, internamente, poderíamos ser influenciados por essa norma de direito constitucional e levar os espíritos menos submissos à insubordinação.

Não sabemos, nem hoje é possível saber, qual a leitura que Sá Carneiro fazia da citada disposição constitucional, mas o que está expresso no texto constitucional, é que a insurreição popular é admitida «contra todas as formas de opressão».

Ora, não admitir a insurreição, mesmo que movido pelo mais puro idealismo democrático, interna ou externa, nos termos em que está consignada na Constituição, poderá ser entendido como uma forma indirecta de admitir a opressão...

Joffre Justino demite-se da UEDS **“Esquerda tradicional está demasiado ancilosada traumatizada e sem humor”**

«Para os camaradas, os cidadãos deste País dividem-se em homens de Esquerda, os bons, e homens de Direita, os maus». A afirmação é do ex-dirigente da UEDS, Joffre Justino e consta da carta que enviou à sua demissão.

Depois de afirmar que «cinco anos tentando criar uma força política autogestiva foram uma experiência riquíssima, mesmo que não tendo resultado», Joffre Justino explica as razões da sua dissidência: «É dos conflitos resultantes dos confrontos entre os grupos sociais que têm surgido as dinâmicas sociais e políticas, cada vez menos aproximadas das visões miríficas da tradicional luta de classes, mas que, movimentando as sociedades, as transformam progressivamente».

Críticas visões tradicionais da esquerda, aquele ex-militante da UEDS, que recentemente apareceu ligado a uma iniciativa da Nova Esquerda, diz que ser hoje de Esquerda é defender «uma visão consumista da sociedade» e «grupos sociais burocratizantes que só pelo totalitarismo conseguem viabilizar a sua ascensão ao Poder». Acrescenta ainda, na carta a que nos referimos: «É, por exemplo, escamotear que por vezes, há que reduzir o Consumo para aumentar o investimento e possibilitar o Emprego...».

«Sinto-me tão solidário com essa Esquerda Tradicional, como me sinto nada solidário com a sua imagem, a Direita do Lucro fácil especulativo, poluente, degradante e deca-

dente», acrescenta.

«Como lutei contra uma, terei de lutar contra a outra», afirma referindo-se às leis da Palmatória de Salazar e da Chicotada de Samora Machel.

Concretizando as divergências que tem com a UEDS, Joffre Justino afirma: «A minha questão com a UEDS é o facto de esta, muitas vezes, se paralisar por via de misticas que a serem concretizadas viabilizariam lógicas totalitárias». Isto traduziria, na perspectiva do demissionário dirigente da UEDS, uma «dependência da ideologia sovietista da APU, que depois obriga a UEDS a posições inconsequentes no aproveitamento político das opções feitas, como no caso da participação ou não neste Governo».

«Ser radicalmente autogestivo em 83/Portugal é apostar na progressiva conquista de Democracia, em áreas em que as sociedades democráticas são ainda quase totalitárias», diz, apontando a Empresa, a Família a Cidade e a Economia como os sectores preferenciais para a afirmação da luta autogestiva.

Condenando a Esquerda Tradicional, Joffre Justino reclama, no entanto, e também ele, uma herança: «Trata-se no fundo, de regressar a um tempo em que uma Geração de activistas se viu contra todo o Antifascismo tradicional, comunista ou republicano».

A Esquerda Tradicional, continua, «está demasiado ancilosada, traumatizada e sem humor. Em tais situações trata-se, do meu ponto de vista, de pôr de novo tudo em causa». A UEDS, concreta-

mente, falta coragem «quer para se assumir enquanto organização do Poder, quer para se assumir enquanto organização do Antipoder».

Na primeira perspectiva alheou-se da negociação do acordo PS/PSD, «deixando todo o campo para manobras que facilitaram a ala liberal da social democracia portuguesa, do PS e do PSD».

Na segunda, recusou assumir-se como «representantes parlamentares do Direito ao Aborto, da defesa do Referendo Nacional, defesa de uma política ecológica e, em concreto, Antinuclear».

A falta de coragem política da UEDS deve-se, diz Joffre Justino, a um velho complexo de esquerda — ela é feita para distribuir a riqueza, e o bem-estar, ela não é feita para possibilitar que a Austeridade seja melhor distribuída. Não teve a UEDS coragem de «perder» um eleitorado de Esquerda, que ainda por cima não vota nela».

Agora, conclui, «trata-se de mais um compasso de espera, de mais uma travessia do deserto. Então prefiro fazê-lo com outros companheiros. Prefiro agir com independência e sem que em mim vejam algo mais do que eu próprio, também. Prefiro, finalmente, intervir na área do social sem co-responsabilizações políticas por outros definidas e que me tolhem. A companhia permitir-me-á viver os pequenos oásis da travessia do deserto menos solitariamente. Se dela nada mais surgir, será pelo menos o prazer da companhia que terei. De vós despeço-me com tristeza».

Importante comício em Melbourne **Fretlin mobiliza apoios oficiais na Austrália**

Uma delegação da Fretlin terminou, segunda-feira, uma visita de quatro dias a Melbourne, na Austrália, durante a qual participou num comício de cerca de dois milhares de pessoas, na sua maioria refugiados timorenses.

Abílio Araújo e Roque Rodrigues, do CC daquela organização, anunciaram no comício que as Forças Armadas indonésias planeiam para este mês uma nova ofensiva militar. Tal plano poderá explicar a retirada do convite pela Indonésia a uma delegação do Instituto Católico de Relações Internacionais, constituída por sete britânicos peritos em saúde infantil, agricultura e administração capazes de falar indonésio, português e as três línguas mabaer (Tetum, Macassai e Fataluc).

A delegação deveria estar já em Timor e, segundo o mesmo Instituto (que recusou o adiamento para Outubro da visita por impossibilidade das pessoas previstas), o governo de Jacarta não quer em Timor-Leste «visitantes independentes e bem preparados».

No referido comício de Melbourne, falaram também os senadores australianos George Geor-

ges e Colin Mason, o secretário nacional do Conselho de Auxílio ao Exterior, John Birch, e o teólogo católico padre Tony Elly.

A assistência aprovou, por unanimidade, uma resolução de apoio ao direito de Timor-Leste à autodeterminação e independência, documento no qual se afirma que o governo australiano tem um papel crucial a desempenhar em apoio a esse direito.

Os participantes no comício (em que participou também a mãe do actual governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão) pediram ao governo australiano que «tome medidas urgentes para impedir uma nova invasão do território timorense por mais forças indonésias». Foi igualmente pedido ao governo de Canberra que se coloque entre os patrocinadores de uma proposta de resolução a apresentar este ano na Assembleia Geral da ONU, em apoio do direito daquele território à autodeterminação.

Apoios oficiais

Os dois elementos da direcção da Fretlin foram recebidos pelo primeiro-ministro do Estado de Victoria, o trabalhista John Cain,

bem como por sindicatos, pelo presidente da secção australiana da Amnistia Internacional, senador Alan Missen, e por representantes de quatro igrejas cristãs.

Representantes da confederação sindical australiana manifestaram o seu apoio à autodeterminação de Timor-Leste e prometeram levar o problema ao seu próximo congresso, em Setembro.

Antes de deixar Melbourne, Abílio Araújo considerou «uma grande vitória» que Cândia de Sousa Gama e três outros guerrilheiros mabaer tivessem conseguido, na passada sexta-feira, iludir a vigilância indonésia e contactar uma missão parlamentar australiana de passagem por Timor.

O encontro verificou-se na pequena aldeia de Soba, a 30 quilómetros de Baucau, e o chefe da missão, Bill Morrison, foi convidado a deslocar-se a um acampamento da Fretlin situado no mato. Tal convite não foi aceite, pois Morrison disse que só se deslocaria para o interior da zona sob controlo da guerrilha se fosse acompanhado pelo governador que os indonésios mantêm em Timor-Leste.

No Ministério do Trabalho Jardim trata da regionalização

O presidente do Governo Regional da Madeira teve ontem em Lisboa uma reunião com o ministro do Trabalho em que foram tratados assuntos relacionados com o processo de regionalização na área daquele sector.

Alberto João Jardim e Amândio de Azevedo abordaram aspectos da regionalização para a

Madeira das Comissões de Conciliação e Julgamento, cuja regulamentação legal se encontra para aprovação em conselho de Ministros.

No encontro, foi abordada a questão da regulamentação da delegação do INATEL na Madeira, tendo sido acordado o

envio do anteprojecto para apreciação do Governo Regional e posterior aprovação pelos órgãos directivos daquele organismo de ocupação de tempos livres.

Em relação ao Centro de Férias do INATEL, os serviços técnicos estão a preparar o projecto respectivo, tendo sido já comprado o terreno para a sua instalação, cujos custos foram suportados pelo INATEL, 35 milhões de escudos, e pelo Governo Regional da Madeira, 25 milhões de escudos.

Na reunião foi também afluída a questão do equipamento do Centro de Formação Profissional da Madeira, cujo processo está praticamente concluído, aguardando apenas o Instituto de Emprego e Formação Profissional a satisfação da entrega das encomendas do material indispensável feitas aos fornecedores.

Alberto João Jardim convidou o ministro do Trabalho a visitar a Madeira em data a designar oportunamente.



Associação 25 de Abril convida Mário Soares

O Primeiro-Ministro Mário Soares foi ontem convidado pela Associação 25 de Abril a participar na sessão solene de abertura das comemorações do décimo aniversário daquela data, convite que, em princípio, foi aceite, soube a ANOP.

Este convite vem na sequência de uma audiência da mesma

Associação, há dez dias, com o ministro da Cultura, Coimbra Martins, que foi informado das iniciativas das comemorações a decorrer na sede da Associação, a partir de 19 de Setembro, e que prometeu «o apoio possível». Antecede outro convite a endereçar ao presidente do Parlamento.

Vasco Lourenço, que em

nome da Associação 25 de Abril se deslocou a S. Bento, indagado pela ANOP, disse, sobre a gestão da exoneração do CEME, Garcia dos Santos, proposta pelo Governo:

«Gostaria de poder dizer tudo o que me vai na alma, mas, como militar no activo, não posso dizer nada».

O BANCO ESPÍRITO SANTO E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

O aumento da produtividade no sector agrícola é um problema que se reveste de especial acuidade na actual conjuntura económica portuguesa, a requerer o indispensável apoio económico/financeiro à sua concretização.

Procurando atingir tal objectivo, foi criado oportunamente o S.I.F.A.P. (Sistema Integrado de Financiamento à Agricultura e Pescas), cuja divulgação junto dos agricultores portugueses tem merecido do Banco Espírito Santo uma particular atenção.

Por tal facto, foi este Banco dotando as suas agências de funcionários com formação adequada ao atendimento de agricultores e produtores pecuários, assim como de técnicos agrícolas, o que veio permitir que as decisões a tomar sobre o crédito a conceder para o desenvolvimento da agricultura em Portugal, se

passassem a processar de uma forma mais célere.

A realização em Figueiró dos Vinhos da feira local, veio proporcionar ao Banco Espírito Santo, em estreita colaboração com a respectiva câmara municipal, a concretização de mais uma iniciativa visando precisamente o referido desenvolvimento.

Com efeito, através da promoção de uma pequena sessão especialmente destinada a empresários agrícolas, foi feita a divulgação das normas mais relevantes que regulam o recurso e a concessão de crédito nesse sector primário da nossa economia.

Assim e uma vez mais, o Banco Espírito Santo demonstrou o interesse que lhe merece o incremento do sector agrícola e evidenciou a firme disposição de o apoiar, através da oferta de serviços cuidados e eficientes.

A UNICLUB

uma agência de viagens diferente

Quatro profissionais de turismo e de actividade de organização de viagens — com uma experiência comprovada neste difícil mercado — constituíram a UNICLUB DE VIAGENS E TURISMO, LDA., a sua própria agência de viagens.

Margarida Merino, Regina Carvalho, Leonor Guerreiro e Palmira Pereira, desde há anos ligadas pelo seu trabalho profissional a grandes agências de viagens, partiram agora à descoberta de uma nova ideia: servir os seus clientes na sua própria empresa, desenvolvendo e executando as suas actividades sem qualquer dependência.

Num mercado que se tornou tradicional e rotineiro esta é uma notícia quase insólita. Propõem-

se dar soluções diferentes às exigências diferentes do nosso tempo.

Esta completa equipa, especializou-se, não apenas na organização de viagens de negócios e de turismo, mas espera poder deslocar grupos em viagens empresariais e de turismo de grupo trazendo também ao nosso país grupos de empresas, para entre nós organizarem os seus congressos, convenções e excursões de negócios.

Não será pois uma agência que apenas presta os apoios rotineiros aos seus clientes. A UNICLUB procura trazer algo de novo, com um grande dinamismo e um trabalho marcado por uma acentuada personalização no tratamento dos seus clientes.

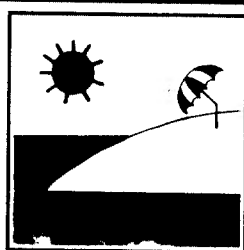
JANTAR COMEMORATIVO DA 1.ª FASE DAS OBRAS NA CERVEJARIA DA TRINDADE

Aos 20 de Julho de 1983 dá-se por concluída, com a realização de um jantar comemorativo, a 1.ª fase das obras de beneficiação na CERVEJARIA DA TRINDADE, as quais serão encerradas quando da celebração, em 1986, dos 150 anos deste Estabelecimento.

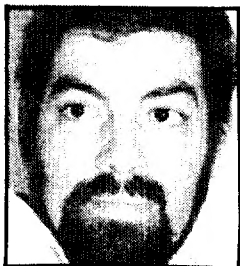
O Conselho de Gerência da CENTRAL DE CERVEJAS, proprietária da CERVEJARIA

DA TRINDADE convidou para este jantar comemorativo os Directores e Responsáveis dos principais Órgãos da Comunicação Social, entidades oficiais relacionadas com o Turismo, personalidades destacadas dos meios artísticos, literário e desportivo, representantes de Agências de Viagens e os quadros superiores da Empresa e Associadas.

**NÃO tome banho
 em praias
 sem assistência**



PEDRO CID



Austeridade limita a Washington e Nova Iorque a visita

Eanes e Reagan conferenciam em Setembro

ESTÃO na fase final os preparativos da viagem do Presidente da República aos Estados Unidos entre 14 e 20 de Setembro, estando o programa da visita praticamente delineado. O general Eanes terá dois encontros com o presidente Ronald Reagan, na Casa Branca, para conversações formais, a sós. Além disso, os dois presidentes encontrar-se-ão nas recepções oficiais — um banquete oferecido por Ronald Reagan e de retribuição oferecido pelo general Eanes. A visita circunscrever-se-á, por razões de austeridade, apenas a Washington e a Nova Iorque, tendo sido posta de parte uma deslocação à Califórnia ou a Boston, zonas onde estão radicados milhares de portugueses conforme era desejo inicial das autoridades americanas. No entanto, o Presidente oferece uma recepção aos emigrantes portugueses que decorrerá nos recintos amplos da universidade estadual de Nova Iorque. Nesta cidade o Presidente Eanes terá também um jantar íntimo na residência do secretário-geral da ONU Perez de Cuellar, de quem é amigo pessoal, e com quem, no dia seguinte, travará conversações nas Nações Unidas. Nessas conversações admite-se que esteja presente Jaime Gama, bem como o presidente do Conselho de Segurança.

Em Washington, além dos encontros com o presidente Reagan, o chefe de Estado avista-se com os mais destacados políticos norte-americanos, à excepção do vice-presidente George Bush, que não estará no País nessa altura. Receberá os secretários de Estado George Schultz e Weinberger, audiências em que participará o ministro dos Negócios Estrangeiros. Eanes receberá também o presidente do Senado e vários outros políticos norte-americanos.

«E ainda prematuro divulgar com pormenor a agenda das conversações», dizia-nos uma fonte do Palácio de Belém, mas não é difícil, prever que no âmbito das relações bilaterais, três ou quatro questões essenciais serão abordadas: a Base das Lajes, as facilidades que os Estados Unidos pretendem em território continental, as ajudas americanas ao nosso país e o posicionamento de cada país, no âmbito da NATO. Quanto à política internacional, os dois

presidentes passarão em revista os grandes problemas mundiais, as relações Leste-Oeste, o equilíbrio de forças, mas darão necessariamente destaque aos problemas europeus e à situação em África. O general Eanes receberá, quinze dias depois, já em Lisboa, e em visita de Estado e de retribuição o presidente da República Popular de Moçambique, marechal Moisés Samora Machel. A data da visita não está ainda fixada com toda a segurança, mas uma fonte do Palácio das Necessidades revelou-nos ontem à noite, ser praticamente certo que ela decorra na primeira semana de Outubro. Como se pode constatar, a diplomacia portuguesa não tem um minuto de descanso e existem várias áreas, onde se tencionam desencadear acções ofensivas para defesa dos pontos de vista de interesse do País. Nesse sentido, se insere já a anunciada deslocação de Mário Soares à Grécia, já em 18 e 19 deste mês. O Primeiro-Ministro será acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. A adesão de Portugal à CEE é o principal tema das conversações luso-gregas a realizar em Atenas, embora se saiba que quer Mário Soares, quer Jaime Gama e os restantes membros da delegação portuguesa estão particularmente interessados em receber informações detalhadas acerca da própria experiência grega, sobretudo na fase da sua pré-adesão às Comunidades. Por outro lado, as relações internacionais no quadro europeu serão também um tema em destaque, sobretudo no encontro entre os dois primeiros ministros de Portugal e da Grécia.

Nos dois dias que permanecerá na Grécia, em visita particular, Mário Soares terá contactos diversos de índole partidária.

Governo estabelece prioridades

O programa de actividades e planificação do Governo para os próximos quinze dias, foi ontem tema para uma reunião interministerial presidida por Mário Soares e que já entrou nos hábitos de S. Bento. Como quer que seja, as prioridades governamentais são neste momento de duas naturezas: terminada a fase de consultas e de reflexão, os



Ramalho Eanes

ministros vão proceder à elaboração da legislação em função primordial das autorizações legislativas. Por outro lado, como dizia ontem um alto funcionário, está a fazer-se um esforço para que a máquina burocrática administrativa responda aos estímulos para equacionar os orçamentos sectoriais «de emergência», até porque, dizia «todos sabemos que vamos apertar o cinto, mas poucos têm a consciência de que desta vez é muito pior do que antes.

Sabíamos entretanto, que «os novos dados» apresentados ontem por Ernâni Lopes no Conselho de Ministros tinha a ver com os últimos elementos estatísticos, meramente factuais e fornecidos em parte pelo Banco de Portugal. A avaliação da situação económica até ao fim do ano, não é optimista, já que algumas perspectivas de melhoria foram irremediavelmente prejudicadas pelo atraso na aplicação de um programa de cor-



Ronald Reagan

recção do desequilíbrio externo que devia ter sido implementado no início do corrente ano.

O Governo estará neste momento a fazer um esforço suplementar, que é o de detectar eventuais défices até agora mais ou menos desconhecidos ou mesmo disfarçados. Pouco podemos adiantar hoje sobre esta matéria em relação ao que aqui revelámos ontem sobre o Ministério do Equipamento Social, a não ser que uma fonte governamental nos disse existirem nesse domínio «situações completamente loucas», que recusou explicitar-nos.

Só a CCP respondeu a Amândio de Azevedo

AGOSTO será assim um mês de grande actividade, como dizíamos ontem, mas com os bastidores a ferver. Toda a

gente reflecte. O Presidente da República quanto à questão das chefias militares. O Governo que estuda e elabora legislação em vários domínios. As próprias consultas que a lei obriga relativamente aos parceiros sociais foram feitas de modo original. O ministro do Trabalho enviou cartas aos parceiros pedindo-lhes sugestões para as leis da aprendizagem, da suspensão dos contratos de trabalho (Lei «Off») e da limitação de horas extraordinárias. Até agora, só a Confederação do Comércio deu resposta, e mesmo assim só parcialmente.

Amândio de Azevedo, já resolveu, entretanto, por inteiro o seu problema de delegação de competência nos seus secretários de Estado. Para si reservou duas áreas que considera politicamente importantes: a Direcção-Geral de Família, cuja directora-geral despacha directamente consigo, e o INATEL

Ainda este mês

MAI vai ter Lei Orgânica

A Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna (MAI) está praticamente concluída e deve ser presente a Conselho de Ministros antes do fim do corrente ano, soube a ANOP de fonte oficiosa.

O projecto de diploma institui a actual divisão do departamento, criada pelo Governo PS-PSD, em duas Secretarias de Estado, da Administração Autárquica e do Desenvolvimento Regional. O Ministério é dirigido por um socialista (Eduardo Pereira) e as secretarias foram repartidas pelos dois partidos da coligação, a primeira para o PS (Helena Torres Marques), a segunda para o PSD (Fernando Nogueira).

A Lei Orgânica institucionaliza a alteração do nome e competências da Direcção-Geral da Administração Regional e Local (para apenas Administração Local) e cria o Gabinete de Apoio às Autarquias Locais, ambos na dependência da Secretaria de Estado da Administração Autárquica.

A Secretaria do Desenvolvimento Regional agrupará a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional e o Secretariado para a Desconcentração.

O mesmo informador adiantou que o director-geral do Desenvolvimento Regional será o militante socialista Alvaro Neves da Silva, um assistente do Instituto Superior de Economia de Lisboa, «master» em Administração Pública pela Universidade inglesa de Harvard e com actividade de técnico em diversas empresas.

Para a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional transitará Nuno Vitorino, identificado com o PSD, e que desempenhava no Governo anterior idêntico cargo no departamento de Acção Regional e Local.

Apesar de ter sido convidado a permanecer naquele posto pela secretária de Estado, Helena Torres Marques, no que considerou «manifestação de confiança pessoal» e «reconhecimento de qualidades profissionais», Nuno Vitorino explicou por carta preferir a outra Direcção-Geral por apresentar «um desafio».

A fonte oficiosa desmentiu que estas nomeações no topo do aparelho de Estado estejam a suscitar controvérsia, ao contrário de informações publicadas na semana passada, e recordou ter a recém-nomeada secretária de Estado da Administração Autárquica desempenhado as funções de director-geral da Acção Regional e Local em governos de iniciativa presidencial.

Na altura, o ministro António Gonçalves Ribeiro sublinhou em documento oficial o trabalho desenvolvido por aquela direcção Geral na sequência da publicação da Lei das Finanças Locais.

A Conferência da Reforma Agrária

Continuação da pág. 2

A sua destruição implica desemprego e o desemprego cria, obviamente, uma frente de batalha, para a qual, a direita, no nosso país, não tem resistência nem meios para sair vitoriosa.

(3)

Porquê, então, a direita faz da Reforma Agrária um cavalo de batalha que é preciso abater a todo o custo?

Certamente porque pensa que está a defender bem os seus interesses. Certamente porque pensa que a Reforma Agrária é uma invenção dos comunistas. Certamente porque julga que o exemplo da Reforma Agrária se pode propagar a todo o país. Cer-

tamente porque julga que está em causa o sagrado direito da propriedade.

O processo histórico demonstra, não raras vezes, que os políticos dirigentes das classes dominantes nem sempre são suficientemente lúcidos na defesa dos interesses das classes que representam.

É necessário na luta política saber distinguir entre o fundamental e o acessório; saber, quando é oportuno, ceder interesses menores para salvar interesses maiores.

A Reforma Agrária focou interesses de 2000 latifundiários cujos valores representam, hoje, uma ninharia face aos grandes

interesses comerciais, industriais e financeiros, apesar das nacionalizações. A Reforma Agrária não foi uma invenção dos comunistas. É, em si, um dos resultados lógicos do «25 de Abril» e da perda do Império. A Reforma Agrária é a contraface do latifúndio. A Reforma Agrária só surgiu porque existia o latifúndio e um campesinato agrícola, na sua grande maioria constituído por assalariados agrícolas, quase sempre em situação de subemprego.

Se os comunistas perceberam esta Reforma Agrária e a defenderam, tirando, em consequência, os necessários proveitos políticos, mostram que estão certos e que desempenham papel ade-

quado. Outra coisa não poderiam fazer, e, se fizessem, mal iriam.

A Reforma Agrária do Alentejo não é transmissível ao resto do país porque não existe quadro estrutural agrário equivalente. A via da modernização da agricultura, a Reforma Agrária para o Centro-Norte é muito mais complexa.

Trata-se de encontrar a via cooperante de proprietários de terras mantendo a propriedade — cooperação de propriedade e trabalho — em vez de somente a cooperação de trabalhadores.

(4)

Assim sendo, tudo leva a crer

que a burguesia comercial, industrial e financeira não está a ser lúcida na defesa dos seus interesses.

Os agrários latifundiários são só uns dois mil e a sua manutenção, à força, obriga os Governos a cometerem violências e desrespeitarem as suas próprias leis, a emporcalharem-se perante a opinião pública, a comprometerem as finanças do Estado e a impedir o arranque do desenvolvimento agrícola.

A sua manutenção põe em causa interesses mais vastos e mais importantes.

O novo Governo PS-PSD deve compreender a inutilidade da guerra contra a Reforma Agrária e deve compreender que

a queda da AD deve-se em grande parte a impossibilidade de sair do atoleiro quando, de baioneta em punho, se meteu pelas charnecas alentejanas.

A lucidez política deve entrar na muleira da classe política dirigente que, no caso concreto, obriga a deixar cair os agrários alentejanos que constituem uma espécie de tumor maligno no corpo do capitalismo.

Então, o lógico e sensato, é extirpar o tumor para prolongar a vida por mais uns anos.

Nota: Os temas no início referidos, e tratados em separatas, são documentos muito bem elaborados, de um grande rigor e precisão.

Em futuras crónicas apreciar-se-ão.

de ontem para hoje

Padre Khron castigado por agredir «capitão Roby»



O padre espanhol Juan Fernandez Khron, detido na Penitenciária de Lisboa, encontra-se em greve de fome desde o passado dia 29 de Julho. Em carta que fez chegar à ANOP, Khron afirma que um dos motivos da sua luta é o protesto contra o castigo que lhe foi infligido na sequência de um incidente com outro preso, Jorge Veríssimo Monteiro, conhecido por «Capitão Roby». O director substituído daquela cadeia confirmou a agressão tendo afirmado que Jorge Monteiro ficou ferido. A mesma fonte referiu que já anteriormente Khron fora castigado por agressão a um outro detido. Khron, que ainda recentemente anunciou o seu noivado com a portuguesa Maria Judite Lorena, adventista do sétimo dia, foi condenado a seis anos e seis meses de prisão por tentativa de homicídio do Papa João Paulo II e a sete meses de prisão e 90 dias de multa a 200 escudos diários por injúrias ao Tribunal de Vila Nova de Ourém, onde foi julgado.

Setenta mil contos de cheques falsos

Ultrapassa os setenta mil contos o montante dos cheques sem cobertura, cujas queixas deram entrada na Directoria da Polícia Judiciária do Porto, durante o mês de Julho. Os números divulgados por aquela corporação referem que entraram 399 participações, correspondentes a 694 cheques, que somaram 70 811 585\$90. O cheque de maior valor foi de 8900 contos e o de menor de 212\$50. Em Julho do ano passado o montante dos cheques sem cobertura situou-se em cerca de metade, ou seja em 31 mil contos.

Roubaram um canário à Câmara de Lisboa

No assalto ao subposto de limpeza da Câmara Municipal de Lisboa, na Charneca do Lumiar, foi roubado um canário e a sua gaiola. Mas os «passareiros» não ficaram por aqui levando ainda a ferramenta de uma motorizada, uma bomba de ar e uma telefonia a pilhas, cujo valor, segundo o relatório do piquete da Polícia Judiciária, «ainda não foi possível avaliar».

Seis crianças intoxicadas em Braga

Uma sopa confeccionada à base de hortaliças esteve na origem de uma intoxicação de seis crianças que tiveram de ser internadas no Hospital de S. Marcos, em Braga. A intoxicação teria sido provocada por pesticidas utilizados no terreno onde foram recolhidas as hortaliças. A identidade das

crianças é a seguinte: Teresa Elizabete de Sousa, de quatro anos; Beatriz Maria da Silva Vidal, de oito, e a sua irmã, Teresa Maria da Silva Vidal, de quatro; Amélia Sameiro Rodrigues Pereira, de seis anos, e suas irmãs Sandra Maria, de sete, e Beatriz Maria, de oito.

Assalto de vulto em Figueiró dos Vinhos

A Polícia Judiciária de Tomar ainda não identificou os autores do assalto a uma residência em Figueiró dos Vinhos, em 28 de Julho último, de onde foram levados objectos avaliados pelo seu proprietário em dez mil contos. O «golpe» foi perpetrado por meio da extracção do canhão da fechadura da porta e os objectos roubados, moedas e jóias bastante antigas, estavam depositados num cofre encontrado abandonado no dia seguinte nas imediações daquela vila.

Dia da PSP comemorado no Porto

Estão marcadas para o próximo sábado as comemorações do Dia da PSP do Porto — o que acontece pela primeira vez —, conforme decisão agora tomada pelo Comando-Geral daquela corporação. O programa abre com o hasteamento da Bandeira Nacional em todas as instalações policiais seguindo-se uma missa na Sé Catedral, por alma de

todos os agentes falecidos em serviço. Pelas 11 horas no Estádio do INATEL haverá uma concentração de forças, durante a qual proceder-se-á à entrega do novo guião e de condecorações aqueles que mais se distinguiram pelo seu trabalho. Pelas 13 horas terá lugar um almoço e às 18 horas, no Jardim do Passeio Alegre, a Banda da PSP do Porto dará um concerto.

Mergulhadores operam em volta do «Tollan»

A operação destinada à retirada do «Tollan» do Tejo prossegue, procedendo neste momento uma equipa de cinco mergulhadores alemães, a sondagens no fundo do rio para detectar contentores espalhados e outros objectos metálicos pertencentes ao navio. Entretanto é possível que a empresa «Sealift» seja encarregada posteriormente de retirar o cargueiro inglês «Windward Trader», afundado, há três anos, no porto de Leixões, quando se encontrava a descarregar madeira.

Passou de 1\$40 por quilovátio para 4\$67

Preço da electricidade no Porto foi multiplicado por quatro

O executivo da Câmara Municipal do Porto aprovou ontem, com os votos favoráveis do PS e do PSD, e contra da APU e do CDS, e a abstenção do presidente Paulo Valada, as novas tarifas eléctricas para zona do Grande Porto. Assim, decidiu-se pela portaria do ministro Veiga Simão, que encarece em quatro vezes mais a energia eléctrica, isto é, de 1.40 por quilovátio para 4.67 (consumo doméstico) e de 3.45 para 7.10 (consumo comercial e industrial). Como disse o vereador da APU Oliveira Dias, esta decisão «requer o acordo da Assembleia Municipal, que há dias ratificou outra proposta camarária». Daí, ainda não ficar decidido quando entrarão em vigor os novos aumentos.

Entretanto, na mesma reu-

nião, o executivo elegeu o novo Conselho de Administração dos SMGE (o presidente da Câmara havia-se demitido do cargo de presidente daqueles serviços), que passa a ser constituído por Luis Cunha, do PS (presidente), Montenegro Chaves, do PSD, e Oliveira Dias, da APU (vogais).

Num comunicado emitido ontem, a Aliança Povo Unido diz que «a Câmara do Porto cedeu às pressões e à política antipopular do Governo». Sublinha, depois, que «aproveitando o mês de Agosto, período de férias da maioria da população do Porto, o PS e o PSD apresentaram uma proposta que foi aprovada (...) e de consequências insuportáveis para a população — a energia eléctrica para os consumidores domésticos aumenta de ime-

diato cinco vezes e dentro de meia dúzia de meses sete vezes e para o comércio e indústria aumenta desde já sete vezes mais». O comunicado acrescenta: «os brutais aumentos dos preços da energia eléctrica, tal como a APU tem premanente e mentalmente demonstrado, não são socialmente justos nem economicamente inevitáveis. Eles resultam da política de recuperação capitalista, da tentativa de destruição e desmembramento da EDP, da submissão completa dos anteriores governos e do actual Governo aos interesses do imperialismo americano e ao negócio da compra aos Estados Unidos de centrais nucleares desaproveitando os recursos energéticos nacionais. Além disto, a região do Porto tem uma situação muito particular no que

se refere aos consumos, fruto de uma política de incentivo ao consumo na região que foi praticada durante dezenas de anos».

Depois de frisar que «a população do Porto não suporta nem pode pagar tão brutais aumentos», o comunicado da APU conclui: «O Partido Socialista, que se recusou sempre a ter qualquer responsabilidade na Câmara, cujos vereadores nunca fizeram nada para resolver qualquer problema concreto da população do Porto, assumiram pela primeira vez um cargo na actual Câmara — o de presidente do Conselho de Administração dos SMGE. O objectivo é claro: ter nas mãos do PS um importante instrumento de concretização de tão brutais aumentos».

Revelado pelo comandante da PSP

Estrangeiros queixam-se de falta de «segurança» nas ruas do Porto

Houve uma diminuição acentuada dos delitos praticados na cidade do Porto durante o último mês. Esta a conclusão-síntese do balanço efectuado ontem pelo comando da PSP do Porto, em encontro informal com os jornalistas. «Os valores registados — disse o coronel César Teixeira — aproximam-se daqueles que se verificaram em idêntico período do ano passado, o que nos agrada salientar». «No entanto, tal não significa que a PSP vai abrandar a sua vigilância, antes pelo contrário, está nos nossos planos intensificá-la, sobretudo nas zonas mais frequentadas

pelos estrangeiros que nos visitam e que ultimamente se têm queixado com uma certa frequência — concluiu o comandante da PSP do Porto.

A diminuição da actividade delituosa foi mais notória ao nível dos furtos em automóveis e em estabelecimentos. Com efeito, enquanto no mês de Junho se registaram 231 furtos em viaturas, no mês de Julho quedou-se pelos 159. O mesmo se passou com os estabelecimentos: em Junho 67 furtos e no mês findo apenas 57.

Em contrapartida registou-se

mais uma captura que no mês de Junho: 164. Isto significa que as autoridades estiveram atentas às grandes movimentações de pessoas que ocorrem sempre nesta altura do ano e as quais são próprias a um incremento da actividade dos marginais.

Durante o encontro, alguns dos jornalistas presentes aproveitaram o ensejo para colocar questões relacionadas com os problemas do quotidiano, sendo de salientar que o comandante da PSP se mostrou extremamente receptivo, prometendo envidar esforços no sentido de dar uma resposta cabal.

A vítima deixou nove filhos menores

Legítima defesa reconhecida num caso de homicídio em Gaia

Foi condenado em um ano de prisão o autor de um homicídio que ocorreu pelas 23 horas do dia 9 de Maio do ano passado, junto à praia do Areinho, em Oliveira do Douro, Gaia, e do qual resultou a morte do pedreiro Manuel Leitão, de 48 anos, ali residente pai de nove crianças, a mais velha das quais com apenas 12 anos.

O autor do crime — o serralheiro Diamantino Fernando Pinto Ri-

beiro, de 31 anos, morador no lugar da Quintã, em Avintes, Gaia, alegou legítima defesa e o tribunal deu como provado que, efectivamente, tinha havido luta entre os dois homens no exterior de uma taverna, Diamantino foi também atingido com uma faca nos dedos e na omoplata esquerda.

Ferido no tórax e no abdómen, o pedreiro Manuel Leitão viria a sucumbir duas horas mais tarde no Hospital de Gaia, deixando na

miséria a mulher e os nove filhos, que vivem agora com um abono mensal de 6.500 escudos.

Na sua decisão, o tribunal colectivo, presidido pelo juiz dr. Armando Triunfante, obriga o serralheiro a indenizar a viúva em 700 contos. Dinheiro este que, se for pago, vai ajudar ao pagamento das consultas em psiquiatria a que a viúva está sujeita e, bem assim, os tratamentos no sanatório de duas das filhas da vítima.

Oriundos de Paris e sem reserva marcada na TAP

Quatrocentos passageiros «extra» para o Funchal provocaram grande agitação no Aeroporto da Portela

Uma acumulação inesperada de cerca de quatrocentos passageiros com destino ao Funchal, provocou ao longo do dia de ontem enorme agitação no aeroporto da Portela, tendo a situação ficado resolvida ao fim da tarde com o recurso a realização de nove voos extra. A situação levou à intervenção do próprio presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, que em contacto com o presidente da TAP, Morbey Rodrigues, recebeu deste a garantia de que to-

dos os passageiros seriam transportados até à meia-noite de ontem o que efectivamente veio a acontecer.

Segundo afirmou esta manhã ao «DL» um porta-voz do Serviço de Relações Públicas da TAP, um dos motivos principais deste afluxo não programado de passageiros é devido, em grande parte, à falta de confirmação de passageiros nos locais de origem dos passageiros que chegam à Portela com bilhetes em aberto ou com

reservas que não foram confirmadas. Deste modo, o número de passageiros chegados a Lisboa no último fim-de-semana, de comboio ou de autocarro, na sua maioria oriundos de Paris, não traziam consigo qualquer reserva e, portanto, a sua presença não era conhecida da empresa.

Ainda de acordo com a mesma fonte, a TAP teve assim de realizar, com destino ao Funchal, para além dos nove voos já programados mais nove, sendo oito com partidas de Lisboa e um do Porto.

Não são «oficialmente» conhecidos casos de SIDA em Portugal

O Telejornal do Canal 1 noticiou ontem o aparecimento de um caso de SIDA em França, proveniente de Portugal, e ouviu o director do Instituto Nacional de Sangue a respeito da eventual existência de casos desta doença no nosso país. Na Televisão, o director do Instituto Nacional de Sangue foi menos peremptório do que no dia 7 do mês passado, quando, interrogado pela agência ANOP sobre uma notícia do «Diário de Lisboa» desse dia em que era divulgada a possibilidade de ter sido detectado um caso de SIDA num hospital de Lisboa, negou terminantemente haver qualquer caso em Portugal. Ontem, o director do Instituto Nacional de Sangue limitou-se a afirmar que não existe conhecimento oficial de casos de SIDA identificados como tais, dada, até, a dificuldade em reconhecer com precisão a sua sintomatologia.

No entanto, aquele responsável do INS achou aconselhável divulgar, na Televisão, que quem eventualmente se saiba atacado pelo Síndrome Imuno-Deficitário Adquirido deve ter o maior cuidado em evitar contactos com doentes, visto que as suas defesas se encontram profundamente diminuídas. Além disso, o director do INS dirigiu um alerta especial aos hemofílicos que devem, rotineiramente, utilizar medicamentos fabricados à base de sangue humano, no sentido de evitarem os produtos de mistura, especialmente o muito generalizado «factor 8».





Plenário de Redacção fala de "baixa chantagem"

ANOP levada a radicalizar luta pela sua sobrevivência

O plenário de Redacção da ANOP aprovou ontem um plano de formas de luta que inclui o pedido de uma audiência ao ministro de Estado para exigir uma clarificação da política de Informação do Governo para a agência.

Na proposta, aprovada com uma abstenção, os jornalistas decidem «recusar a continuação do pseudo-diálogo» com o secretário de Estado da Comunicação Social, incumbindo o Conselho de Redacção e os delegados sindicais de manifestarem ao ministro de Estado, Almeida Santos, o seu repúdio pela «baixa chantagem» usada por Anselmo Rodrigues.

Decidiram também solicitar audiências ao ministro do Trabalho para «protestar contra o não cumprimento pelo Estado das obrigações contratuais em relação aos trabalhadores da ANOP», ao presidente da Assembleia da República, para o «alertar da persistente violação da legislação aprovada pelo Parlamento em relação à ANOP e ao Presidente da República.

De acordo com a proposta aprovada, será apresentada queixa da «atitude do secretário de Estado Anselmo Rodrigues» ao provedor de Justiça.

A UGT e CGTP será solicitado que apresentem queixa na Organização Internacional de Trabalho e ao Sindicato dos Jornalistas, que apresente idênticas queixas à Federação Internacional dos Jornalistas e a Organização Internacional dos Jornalistas.

A situação da ANOP será exposta — segundo a proposta

aprovada — ao Tribunal Russell e à Amnistia Internacional, «no sentido da sua apresentação na Assembleia dos Direitos do Homem das Nações Unidas».

Na proposta, os jornalistas decidem também recusar que a ANOP «seja o preço imposto pelo actual Governo para resolver os problemas de informação «herdados» do anterior executivo».

Os jornalistas da ANOP, em moção sobre as actuais condições de trabalho aprovada no mesmo plenário, apontam que as delegações estão praticamente sem condições de funcionamento por falta de verba, «o que prefigura grave atentado à indispensável circulação da informação no País».

Declarando que os jornalistas da agência «apesar das condições mais difíceis e em número reduzido em algumas dezenas» têm mantido, «com sacrifício um serviço útil e isento», a moção aponta a existência, de novo,

sobre a redacção, do «cutelo dos despedimentos».

Para a redacção da ANOP, não existem, nos actuais quadros da agência, jornalistas «excedentários».

A moção sublinha que «antes pelo contrário, a redacção necessita de ser reforçada e só a ingerência da tutela impediu admissões necessárias para que a ANOP mantenha um serviço digno e prestigiado».

O documento aprovado salienta ainda que «a actuação do Governo constitui atentado grave ao direito à informação», na medida em que «os meios escasseiam, tendendo para a ruptura, quanto às possibilidades de os jornalistas da ANOP, informarem e, em consequência, a opinião pública em geral, está a ser atingida profundamente no seu direito a ser informada».

De «particular gravidade», considera a moção, «é o facto de uma ruptura informativa na ANOP ir atingir a circulação da informação com as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e lesar o intercâmbio com os países africanos de expressão oficial portuguesa».

Entre as condições difíceis de trabalho referidas incluem-se a falta de pagamento de salários desde há dois meses e a quase impossibilidade de utilização do direito às férias, por idêntica recusa de pagamento de subsídios, numa redacção desgastada pela tensão e pela sobrecarga de trabalho.

Por seu turno, a Comissão de Trabalhadores da ANOP res-

ponsabilizou o Governo por «pretender encerrar de facto» a empresa, «perpetrando um dos maiores atentados à liberdade de informação e ao direito de ser informado».

A CT da ANOP anuncia que — por o Governo não ter cumprido promessas anteriormente feitas através do secretário de Estado Anselmo Rodrigues — irá adoptar juntamente com os sindicatos «as formas de luta que achar mais convenientes».

«Ao contrário do que o secretário de Estado Anselmo Rodrigues se comprometeu — diz um comunicado da CT — o Governo não atribuiu quaisquer verbas para a ANOP, conduzindo a agência a uma situação de ruptura financeira, ao mesmo tempo que a coloca à beira da paralisação».

O Governo não só tem feito pressões inadmissíveis sobre o pagamento dos salários em atraso dos trabalhadores da ANOP, como também ignora as suas responsabilidades em relação à empresa — acusa a CT, considerando que se trata de «mais um passo para a consumação do que o ex-secretário de Estado José Alfaia não conseguiu concretizar — a extinção».

«Face ao silêncio a que o Governo se remeteu sobre a questão ANOP, ficou provado que não são os trabalhadores a furtar-se à resolução dos problemas, mas sim o Governo que continua a não cumprir a lei aprovada na Assembleia da República, para esta empresa — conclui.

A Argentina é o país onde desaparecem mais jornalistas

O maior caso de eliminação física de jornalistas a nível mundial ocorreu na Argentina entre 1976 e 1978 — afirma o diário espanhol «El País».

Neste período desapareceram 80 profissionais da Informação, acrescenta.

«Não cairam aparatosamente, nem ninguém deu publicidade ao seu suplício. Pese o voluntarismo das mães e avós da Praça de Maio, os seus colegas sabem que estão mortos» — escreve a partir de Buenos Aires o articulista do diário madrileno.

As vítimas — refere — «desapareceram dos seus domicílios conhecidos, dos seus empregos estáveis, das suas famílias formadas» e na maioria dos casos pereceram atrás das grades da escola de mecânica da Armada, em Buenos Aires.

O articulista afirma que na origem das perseguições, mais do que razões de ordem política, esteve um trabalho sistemático de implantação da censura conduzido pelo almirante Massera, um dos membros da Junta Militar que tomou o poder na Argentina após o golpe de Estado de 24 de Março de 1976 que derrubou Estela Peron.

A aplicação da nova política informativa do almirante Massera — acrescenta o artigo do «El País» — não se traduziu apenas na fuga de profissionais para o estrangeiro e nos 80 desaparecidos.

Dezenas de jornalistas foram condenados em tribunais milita-

res, dez dos quais ainda estão detidos nas penitenciárias de Rawon, Devoto e La Plata — refere o texto, acrescentando que estes profissionais pelo menos «tiveram a sorte» de continuar vivos.

O desfecho da política da Junta Militar presidida pelo general Videla, durante os cinco anos da sua governação, foi o desaparecimento de uma geração de profissionais «atrás dos portões dos aquartelamentos» e para o exílio — conclui o articulista.

O problema dos desaparecidos na Argentina durante a governação da Junta Militar do general Videla, almirante Massera, e do general da Força Aérea Orlando Agosti ultrapassou largamente o sector da Comunicação Social, tendo organizações internacionais estimado que atingiu 30 mil pessoas, incluindo numerosas crianças.

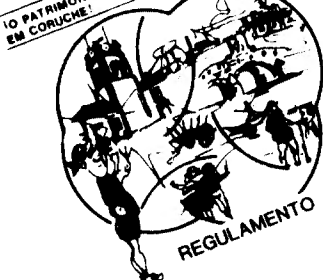
Na sequência da revelação desses dados, particularmente pelo Centro de Estudos Legais e Sociais de Buenos Aires e pelas mães da Praça de Maio, na capital argentina, que desenvolvem uma campanha para pressionar a Junta argentina a acabar com o mutismo sobre os desaparecidos, vários governos europeus tomaram posição sobre o caso.

A Junta Militar argentina, já sob a presidência do general Galtieri, acabou por, em finais de Março deste ano, tomar posição sobre o caso dos desaparecidos, declarando-os mortos e admitindo que os militares cometeram erros.

Câmara Municipal de Coruche

- Integrada nas Festas Populares de Coruche, a realizar de 14 a 18 de Agosto, a Câmara Municipal de Coruche organiza uma Exposição/Concurso de Fotografia cujo tema único será: «O Património Cultural e a Arquitectura em Coruche»;

expofoto
CORUCHE - 83



REGULAMENTO

expofoto
CORUCHE-83

Boletim de inscrição

Nº _____

NOME DO CONCORRENTE _____

MORADA _____

TELEFONE _____

LOCALIDADE _____

Nº DAS FOTOGRAFIAS _____

ASSINATURA _____

NOME _____

Nº DE INSCRIÇÃO _____

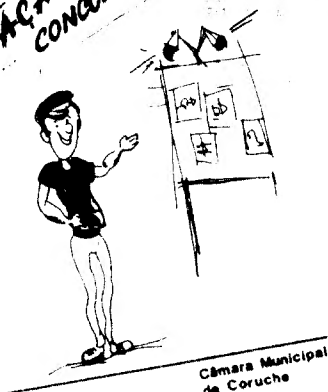
Nº DE FOTOGRAFIAS APRESENTADAS A CONCURSO _____

O FUNCIONÁRIO _____

(A preencher pelos nossos Serviços)

- Podem concorrer todos os fotógrafos amadores ou profissionais do distrito de Santarém;
- Os trabalhos apresentados a concurso deverão sê-lo no formato mínimo de 9x12 cm, a preto e branco;
- Todos os trabalhos devem ser entregues ou enviados para o Serviço de Acção Socio-Cultural e Desportiva desta Câmara Municipal, devidamente identificados, até às 17 horas do dia 9 de Agosto de 1983, acompanhados dos respectivos negativos;
- Os trabalhos apresentados serão apreciados e classificados por um júri a nomear pela CMC, que deverá incluir necessariamente um representante da Câmara, um Arquitecto e um técnico ligado à Cultura;
- Os prémios a atribuir são os seguintes:
1.º — 10 000\$00; 2.º — 7 000\$00; 3.º — 5 000\$00;
4.º — 2 000\$00; 5.º — 1 000\$00;
- A Câmara Municipal de Coruche reserva o direito de propriedade de todos os concorrentes e respectivos negativos, assim como a sua utilização futura;
- A entrega dos prémios terá lugar no local da Exposição no dia 17 de Agosto de 1983 às 17 horas;
- O Júri decidirá em relação a quaisquer casos omissos neste regulamento e as suas decisões serão inapeláveis.

FAÇA COMO EU!!
CONCORRA!!!



Câmara Municipal
de Coruche

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA LOTARIA DAS FÉRIAS GRANDES 1983

4.ª EXTRAORDINÁRIA 4 DE AGOSTO

duodécimo

FÉRIAS GRANDES

FÉRIAS EM GRANDE!

«TALUDA»

60.000 CONTOS

Habilite-se

59.ª FEIRA-ANDA-A-RODA

Na Casa Museu Abel Salazar

Se estiver no Porto e lhe apetecer dar um salto a Matosinhos, passe por S. Mamede de Infesta. Ai encontrará um chalé, do princípio do século, com telhados pontiagudos, daqueles que vão sendo raros no País e onde terá oportunidade de apreciar um conjunto de obras (pintura, cerâmica, escultura...) que constitui uma espécie de diário por imagens do homem que ali viveu. Refiro-me à Casa-Museu Abel Salazar, instalada na Quinta de Devezes, num fragmento do Minho... *é tipicamente minhota esta paisagem*, dizia-me o professor Ruy Luís Gomes, amigo de Abel Salazar e presidente da Fundação que criou a sua Casa-Museu.

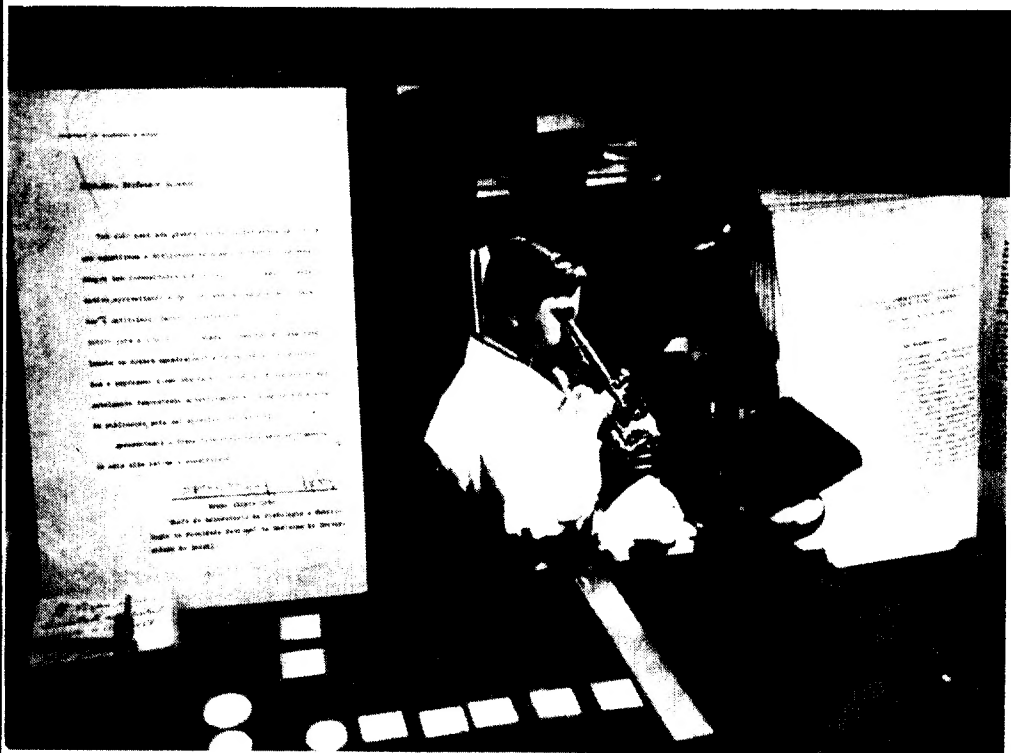


A casa pertence a um fragmento de uma paisagem minhota

O desvendar de um diário



«Cais da Ribeira», pintura de 1921



O cientista em acção...

NÃO foi um inovador, nem pode ser considerado genial mas merecia uma maior atenção do que aquela que lhe foi prestada. *...Abel Salazar ia para a pintura com o frenesim de um homem que não pode ficar impassível e calado perante o espectáculo da vida, antes o recebia na sua plenitude.* Escreveu, em 1948, Júlio Pomar. É isto o que vejo nas aquarelas penduradas no pavilhão, ao lado da casa construído graças ao contributo da Gulbenkian. Mulheres, normalmente difusas, quase silhuetas, representadas em situações de trabalho, traduzem a preocupação de Abel Salazar quanto ao feminino. Porquê essa obsessão da mulher?

Não é a mulher mitificada (a musa inspiradora) que ele retrata. Antes a mulher real, destituída de artifício, em que ninguém repara. Essa presença humana torna a obra de Abel Salazar única, singular, distinta da dos seus contemporâneos. *Tem interesse no ponto de vista sociológico pois trata-se de um notável documento da mulher que trabalha nos anos vinte.* Afirma Ruy Luís Gomes frente aos quadros que mostram mulheres na sua faina da Ribeira: ora vendedoras de legumes, ora descarregadoras de cais, ora calceteiras em diversas tonalidades de castanho, manchas de onde sobressai, por vezes, o vermelho quente de uma ou outra blusa de um ou outro lenço.

A obra plástica de Abel Salazar é, assim, um diário em imagens. Em vez de palavra escrita, é a figura, a linha, o volume. *Divergem os meios, mas lá está por detrás o mesmo desejo humaníssimo de reter emoções, de as fixar, de guardar, algo que seja, de uma experiência.* Palavras de Júlio Pomar com as quais me solidarizo. Foram escritas há longo tempo mas, nem por isso, deixam de ser verdadeiras.

Abel Salazar morreu, em Novembro de 1946, com uma doença maligna nos pulmões. O dr. Corino de Andrade que com ele conviveu lembra-se do dia em que lhe recomendou para ser examinado por um especialista. *Vi-o cada vez mais pálido, mais magro, um sombrio do que tinha sido. Ele era um fumador des-*

temperado e bebia constantemente café... Levei-o ao professor Pulido Valente que lhe fez o diagnóstico da doença... enfim... tinha um cancro. Nessa época, quase no fim da vida, enveredara pelos estudos filosóficos, aplicando à filosofia os seus conhecimentos científicos.

Conheci Abel Salazar pouco antes da guerra. Foi-me apresentado pelo Aniceto Monteiro, em Leça do Balio, e depressa me rendi ao seu encanto. Nunca mais esqueço um passeio que fizemos, a pé, e em que me apercebi da sua forte personalidade. Era um homem emocional com frequentes variações de humor: tanto se abria ao mundo evidenciando um espírito extrovertido como se fechava em casa sem querer ver ninguém. Ele trabalhava por explosões. Um dia perguntei-lhe: porque faz isso? Não sei... sinto necessidade, há qualquer coisa que me obriga... Relata Corino de Andrade.

Escritor

Olho o quadro da rapariga francesa, uma «vendeuse», que Abel Salazar provavelmente descobriu nas Galerias Lafayette, nos anos trinta, quando vivia no estrangeiro. Uma vulgar caixeirinha tão anódina como a costureira Zélia, do Porto, com quem casou. *Embora fosse inteligente a mulher de Abel Salazar não tinha capacidade intelectual nem sensibilidade para o acompanhamento nas suas preocupações.* Havia, de facto, entre eles, um desnível cultural...

Oriundo de uma família com traços aristocráticos, nasceu em Guimarães em 19 de Julho de 1889. Nasce artista e sábio com a mesma simplicidade dum predestinado aos confortos espirituais duma devoção, que no seu culto intransigente de justiça e de beleza redundaram em declarados sacrifícios.

Eis o que dele afirma Diogo Macedo. Mas não foi somente a arte plástica o «modus» da sua expressão. Também escrevia ficção, numa linguagem semelhante à que a pintura patenteia: ingenua, espontânea, vinda do coração. «As Recordações do Minho Arcaico» ou as suas impressões

de viagens («Uma Primavera em Itália», «Um Estio na Alemanha», e «Paris em 1934») não serão obras-primas que definam o estilo de um grande escritor mas evidenciam um prazer face aquilo que na vida é simples, fácil de se entender. Exemplares dos seus livros, ficção e estudos (entre os quais um sobre o pintor Henrique Pousão) repousam em vitrinas, na Casa de S. Mamede de Infesta. Tal como os jornais por onde espalhou a sua colaboração e que não foram poucos.

«Queríamos organizar em 'dossiers' todo o imenso material escrito que ele deixou... Veja isto: um caderno escrito, à mão, com apontamentos sobre as doenças mentais...» Informa Rui Gomes. Fez-me ainda referência às polémicas que Abel Salazar travou com intelectuais do seu tempo, nomeadamente a que manteve com António Sérgio. Com dureza combate-o: «...O tartufismo do tipo António Sérgio que é do pior...» Ele sempre foi dominado por um superior sentido de moralidade, incompatível com a política, a hipocrisia, o jogo, a habilitação.

Talvez, por isso, recusasse a política. «Nunca fui político, embora em rapaz tivesse simpatias pelo anarquismo científico. Há dezoito anos, trabalhando na solidão de um laboratório cheguei às ideias que vejo hoje em discussão lá fora... nada me interessa a politiquice do País. Interessa-me a Humanidade... Não tenho ambições políticas nem jamais as terei mas tenho deveres a cumprir, conforme os ditames da ética científica...» É o que se lê na carta, escrita pelo punho de Abel Salazar, ou melhor, no manifesto que hoje está pregado numa das paredes da Casa-Museu.

Embora sem filiação partidária, as suas ideias incomodavam o regime que nos anos trinta se apossara do País. Para esse regime era insuportável a nobreza de Abel Salazar. Então perseguiu-o com fúria. Nem o seu funeral respeita. «Estou convencido que se ele tivesse, à sua volta, um ambiente tranquilo, sem fantasmas atormentando-o, teria produzido mais como cientista.» Diz Corino de Andrade, a propósito da expulsão de Abel Salazar da Universidade do Porto onde foi professor.



Abel Salazar, um humanista

da Fonseca, vereador da Cultura.

Visitantes vêm regularmente à Casa-Museu, entre três a quatro mil por ano, alguns por razões de estudo. Neste momento, um professor de Filosofia do Liceu de Braga está a escrever uma tese sobre o pensamento filosófico de Abel Salazar. De Londres deslocou-se, a S. Mamede Infesta, um professor do Royal Society Medicals a fim de colher elementos sobre as teses do cientista português. **Conheci-o nos anos trinta. Estava ele como assistente da Faculdade de Medicina. Eu vinha visitá-lo a esta casa com assiduidade. Na altura andava interessado pelo Empirismo Lógico, da Escola de Viena...** Acrescenta Ruy Luís Gomes.

Contemplo os bustos, testemunho das suas aptidões escultóricas, os retratos a óleo: (Luís Gomes, Pousão, Silva Porto e outros), os bronzes martelados, os desenhos, as aquarelas... e concordo com Júlio Pomar quando escreve: **Abel Salazar pintou a sua experiência, mas a sua pintura não tem apenas o valor de um diário íntimo. A experiência de um homem é sempre útil para os outros homens...** E tanto mais que ele era um homem «original» daqueles que não se encaixam em esquemas. **Um humanista, difícil de se enquadrar, opina Corino de Andrade.**

Este homem com as carac-

Mendigos e ciganos portugueses em Madrid

O Governo Civil de Madrid não tem intenção de propor a expulsão de ciganos e mendigos portugueses residentes na capital espanhola — afirmou o respectivo titular, José Maria Rodríguez Colorado. A presença de ciganos de origem portuguesa e de mendigos em Madrid, que constituem uma «mafia que se dedicam ao aluguer de crianças», tem sido tema de uma série de reportagens do jornal «Diário 16», que apresentou o caso de uma forma considerada sensacionalista.

O governo civil indicou que a Polícia vai investigar os eventuais casos de «aluguer de crianças», mas considerou que «o tema dos portugueses se está mitificando».

«Embora não tenhamos censos nem estudos completos, os elementos de que dispomos nos serviços que tratam esse tema indicam que há bastantes, mas não na proporção denunciada por alguns meios de Informação».

O Governo Civil de Madrid pensa que o tema dos ciganos não constitui um problema de ordem pública, mas de integração social.

Esta entidade está a elaborar um plano de erradicação da mendicância e sobretudo do «chabolismo» ou bairro de lata, que, na opinião dos técnicos do Governo Civil, constitui uma das principais causas da mendicância e da marginalização deste grupo humano.

O Governo Civil vai procurar

conseguir terrenos para a construção de residências e «vai oferecer a todas as famílias actualmente residentes em bairros de lata nos subúrbios da capital espanhola a possibilidade de terem residência própria e outros meios de integração social» — afirmou um técnico encarregado destes temas, Juan Torres.

«Não se contempla a expulsão colectiva nem nenhum caso» — afirmou. O Governo Civil considera ser esta a melhor forma de acabar com a mendicância praticada por este sector.

O Governo Civil, juntamente com outros organismos da capital espanhola, Câmara Municipal, Cruz Vermelha, Tribunal Tutelar de Menores e algumas associações elabora um plano de erradicação da mendicância e do «chabolismo». Uma das primeiras etapas será a elaboração de um censo e análise da composição destes grupos marginais.

«A ideia de que a maior parte eram ciganos de origem portuguesa ou portugueses que havia em algum momento já foi afastada» — afirmou Juan Torres.

«Pensamos — disse — que serão bastantes os portugueses, mas longe de se poder identificar o problema com os portugueses».

Juan Torrers disse que «só pediremos colaboração ao governo português se as nossas análises prévias falharem e se se verificar que a maior parte destes grupos é constituída por cidadãos portugueses».

Íntimo

«Mário de Figueiredo, ministro de Salazar, tentou reintegrá-lo, criá-lhe condições de trabalho, mas o director da Faculdade de Medicina opôs-se. Então foi criado o Centro de Estudos Microscópicos onde ele pôde ainda fazer alguma coisa.»

Lá está ele, debruçado sobre o microscópio, posição em que passou grande parte da sua vida, na colecção de fotografias que existe na Casa-Museu. Ao lado de outras que ilustram passagens do seu itinerário. Abel Salazar com amigos, a pintar, a bater no cobre como se operário fosse. Abel Salazar a transportar numa carroça as «suas coisas» da Faculdade após o afastamento imposto. «O meio dos professores era bastante medíocre. Viviam distantes dos alunos, no alto do capelo e das borlas. Ele tinha outra maneira de estar e por isso era apreciado pelos estudantes.» Recorda Corino de Andrade.

Subversivo

Diz Rui Luís Gomes, por outro lado, que Abel Salazar criticava o estudo à base da sebenta. «Ele comentava que os inimigos dos estudantes eram o urso, o padre e o lente... Foi um homem subversivo.» É, portanto, natural que o autoritarismo catedrático, policial e cheio de mofo, o odiasse. Só me espanta o descaramento de Almeida Garrett, director (na altura) da Faculdade de Medicina do Porto, que numa atitude despuída comparece ao funeral de Abel Salazar. E mais: tenta pegar numa borla do caixão. Indignada, Dulce Salazar, irmã do cientista, esbofetou Almeida Garrett no cemitério Prado do Repouso, onde o funeral chegou, já de noite, depois das autoridades terem impedido que o corpo permanecesse, em câmara ardente, na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras.

«Foi na noite da passagem do ano. Estava frio... Falou Lobo Vilhela e Santos Silva... e eu. Pediram-me para falar. A seguir fui preso por desobediência à autoridade... Mais tarde entro na sala do tribunal para ser julgado. Já sem gravata (tinham-na tirado na prisão) e os advogados tiraram também as suas. Bem... o juiz nem chegou a entrar na sala. Não



Ruy Luís Gomes, o anfitrião da Casa-Museu Abel Salazar com a jornalista

houve julgamento.» Evoca Rui Luís Gomes, também ele perseguido e afastado da Universidade.

O quarto, na casa de S. Mamede de Infesta, tem ainda o cheiro «espiritual» do homem que o usou: mobília escura, colcha de brocado vermelho escuro, retratos, objectos pessoais. Dois pares de óculos, a cigarrreira de prata, o bilhete de identidade, a gilete de barba, a carteira, a lapiseira, o programa de um concerto... Ele ia muito a concertos. Gostava imenso de Beethoven... Nessas alturas vestia-se com toda a elegância... Vai-me contando Rui Luís Gomes que se porta como um anfitrião da casa-museu, aliás pertence-lhe, um pouco, na me-

da em que foi um dos seus construtores.

Mal Abel Salazar faleceu os seus amigos tentaram criar a Casa-Museu. Decorreram muitos anos até que os estatutos fossem aprovados... o que sucedeu em 1963. Conseguimos finalmente concretizar o que vínhamos sonhando. Reunimos parte da obra dele, compramos alguns quadros à irmã... e reconstruímos a casa. Depois, em 1975, quando estava na Reitoria da Universidade do Porto, puxei o encargo para esta, entregando-lhe os direitos de autor da obra de Abel Salazar. Temos recebido apoio (convém que seja dito) da Câmara de Matosinhos através de Manuel Dias

terísticas físicas que o bilhete de identidade descreve — um metro e sessenta e sete, olhos castanhos —, e portador de um talento multifacetado, apesar de viver num meio acanhado e obscuro, sobressaiu do comum. O seu nome ultrapassou os riscos da fronteira, tendo sido reconhecido como descobridor de novos métodos da técnica histológica, nos países desenvolvidos.

Não se limitou porém à investigação de laboratório, a queimar os olhos ao microscópio, a defender um ensino activo e aberto, a entrar e a sair dos hospitais — fez mais do que isso. Buscou o homem nas ruas, nos campos, e dessa investigação fez Arte.

Lourdes Féria

Grupo A - maiores 6 anos

CAMPO PEQUENO

QUINTA-FEIRA, 4 de Agosto às 22h

VOLTA A FAZER HISTÓRIA A CORRIDA DA IMPRENSA COM OS CAVALEIROS

EMÍDIO PINTO PAULO CAETANO



O PRIMEIRO ENCONTRO MUNDIAL
DAS SUPER-FIGURAS DO TOUREIO

NIÑO DE LA CAPEA PACO OJEDA

NUM MANO-A-MANO QUE MADRID
NÃO LOGROU PÔR EM PÉ

FORCADOS AMADORES DA MOITA

8 TOIROS DE OLIVEIRA E IRMÃOS

PROCURE

zonas sem rebentação
ou remoinhos



24 horas



Luther King tem festa nacional

A Câmara de Representantes norte-americana aprovou terça-feira um projecto de lei que proclama como festa nacional o dia do nascimento de Martin Luther King, dirigente negro assassinado em 1968. A comemoração teria como objectivo, segundo o projecto, «prestar homenagem a um homem que comoveu a consciência moral deste país». O presidente Reagan opôs-se à celebração da festividade alegando que o governo não deve criar mais feriados numa época de dificuldades económicas.

Demissão de ministros colombianos

Dez ministros do gabinete do presidente colombiano, Belisário Betancur, demitiram-se na terça-feira. Demitindo-se colectivamente, os ministros em questão dão a conhecer ao presidente que o deixam livre para reorganizar como entender o grupo dos seus colaboradores próximos.

Actividades políticas suspensas

O governo militar uruguaio suspendeu ontem provisoriamente todas as actividades políticas no país e anunciou que serão aplicadas novas medidas de proscrição contra os contraventores destas decisões, soube-se oficialmente em Montevideo.

Julgamento das Brigadas Vermelhas

O Tribunal Sardo condenou ontem 39 elementos das Brigadas Vermelhas que operavam na Sardenha, a duas penas de prisão perpétua e a um total de 273 anos de prisão. A prisão perpétua foram condenados o operário Antônio Conteno, 31 anos, e o pas-

tor Pietro Coccone, 30, acusados do assassinio de um carabineiro. Foram condenados a 18 anos de prisão cinco réus, por «participação em bandos armados» e vinte e um dos 60 acusados foram absolvidos por falta de provas.

Pacifistas em Tóquio

Uma conferência antinuclear de três dias terminou hoje, em Tóquio, com a aprovação duma declaração que pede a proibição total das armas nucleares. Cerca de 500 participantes, entre os quais 160 delegados estrangeiros, estiveram presentes na cerimónia de encerramento, durante a qual pacifistas britânicos e italianos denunciaram o projecto de instalação de mísseis de Cruzeiro de médio alcance na Europa.

Heidemann em liberdade

Gerd Heidemann, o ex-repórter do semanário «Stern» que divulgou os falsos diários de Hitler foi ontem libertado por um tribunal de Hamburgo, após dois meses de prisão preventiva. Heidemann, que forneceu os falsos diários do ditador nazi à referida revista por mais de cinco milhões de dólares, foi posto em liberdade provisória.

Barco expulso das Malvinas

Navios de guerra britânicos, intimaram ontem um barco de pesca argentino, o «Rivera Vasca», a sair imediatamente da entrada do estreito de São Carlos, que separa as ilhas Malvinas, soube-se em Buenos Aires. De acordo com o capitão do navio argentino, que revelou a ocorrência, um segundo barco de pesca argentino, foi também coagido a abandonar a entrada do estreito.

Jornalistas em Harare

Uma delegação de quatro jornalistas, representando os jornalistas colocados na África do Sul, chegou, na terça-feira, a Harare para discutir com os representantes do Governo a recente interdição de trabalharem nos seis países da linha da Frente. Segundo os observadores, há poucas hipóteses de a delegação vir a obter uma alteração da decisão dos seis países.

IRA em julgamento

Dois e uma pessoas foram consideradas culpadas, na terça-feira, pelo Tribunal de Belfast, de pertencerem ao Exército Republicano Irlandês (IRA) depois de um antigo membro da organização republicana ter testemunhado contra elas.

Cranio de dinossauro

Um crânio quase completo dum iguanadão, um dinossauro herbívoro de tamanho médio do fim da era secundária, foi encontrado na ilha de Wight, sul da Grã-Bretanha, por um amador de fósseis, soube-se hoje junto da Universidade de Oxford.

No Sul do Líbano

Israel desaloja à força tropas de Saad Haddad

Israel teve ontem o primeiro confronto aberto com os seus aliados, as milícias cristãs libanesas, desalojando-os à força dos quartéis das forças libanesas de Kfar Falus, no Sul do Líbano.

O Exército israelita ocupou as instalações do Exército Nacional Libanês, e a «evacuação» do quartel foi anunciada oficialmente.

Contudo, pouco depois, a rádio falangista «Voz do Líbano» disse que os milicianos ocupavam o quartel e que os israelitas os cercavam, tentando negociar a sua saída.

A evacuação do quartel de Kfar Falus foi ordenada quarta-feira ao comando militar falangista pelo líder miliciano cristão, o comandante dissidente libanês Saad Haddad. Essa ordem provocou o entrincheiramento dos milicianos e a intervenção israelita.

Segundo a emissora falangista, a população cristã da zona protestou contra a intervenção is-

raelita, o que levou os militares israelitas a reprimirem violentamente as manifestações, tendo havido dois feridos.

A evacuação de Kfar Falus parece fazer parte do recuo das forças israelitas recentemente negociado em Washington pelos ministros israelitas dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, respectivamente Yitzhak Shamir e Moshe Arens. Esse recuo traduz-se no abandono das linhas de Beirute e no reforço das suas posições no Sul do Líbano.

O recuo israelita é um dos pontos-chave das conversações em Beirute do novo enviado norte-americano para o Médio Oriente, Robert McFarlane, que teve segunda-feira duas entrevistas com o ministro dos Negócios Estrangeiros libanês, Elie Salem e, ontem com o presidente Amin Gemayel. Posteriormente, seguirá ou para Israel ou para a Síria.

Damasco pediu segunda-feira à noite à ONU a adopção de san-

ções contra Israel, para obrigar à sua «retirada incondicional de todos os territórios árabes ocupados».

Os Estados Unidos opuseram o seu veto, terça-feira à noite, no Conselho de Segurança a uma moção árabe que condenava Israel pelos «recentes ataques à população civil» na Cisjordânia, e em particular pelo atentado de 26 de Julho passado que causou 3 mortos e 40 feridos, entre os estudantes do colégio islâmico de Herbron (Al-Khalil).

Yasser Arafat, que se deslocará a Moscovo em princípios de Setembro, de acordo com informações da agência WAFA, fez ontem um apelo à Organização da Unidade Africana (OUA) e ao Movimento dos Não-Alinhados para que intervenham imediatamente a favor da cessação dos ataques que «forças sírias e libanesas» estão a desferir contra guerrilheiros palestinos no Líbano.

Kenedy critica política de Reagan

«O povo norte-americano está seriamente inquieto porque temos uma política de guerra, e não de paz» — declarou ontem o senador democrata dos EUA Edward Kennedy, comentando a política da Administração Reagan. Kennedy declarou ainda que a questão do desarmamento será o problema dominante da campanha eleitoral de 1984, que praticamente já começou, muito antes de ser aberta oficialmente.

Estas declarações de Kennedy foram prestadas pouco antes da reunião da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado, que vai pronunciar-se sobre uma proposta de «congelamento nuclear», idêntica àquela que, com certas ressal-

vas, foi aprovada em Maio pela Câmara dos Representantes. Kennedy reconheceu que neste momento não existe no Senado maioria para aprovar essa resolução, mas mostrou-se confiante de que os senadores, após o período de férias, se revelarão favoráveis à resolução, uma vez que os seus eleitores não deixarão de os pressionar. Segundo Kennedy, existe uma autêntica vaga de fundo nos EUA a favor do congelamento nuclear.

START interrompidas

As negociações START (para a redução de armas estratégicas) que decorrem em Genebra

entre os EUA e a URSS foram suspensas até ao próximo mês de Outubro.

O chefe da delegação soviética às conversações declarou que até agora não se registaram nenhuns progressos e que os norte-americanos não pretendem nenhum acordo. Contudo fontes próximas da conferência declararam, segundo a ANOP, que existe a possibilidade de se chegar a um «acordo técnico» na quinta fase das negociações, que se iniciará a 5 de Outubro.

Esse acordo contemplaria uma apreciável redução dos mísseis instalados em terra, submarinos e aviões. Os EUA renunciariam a 400 mísseis intercontinentais, e a URSS, a 1200, sendo a discrepância numérica compensada pelo tipo de armamento.

Segundo as mesmas fontes, os aliados da NATO discordam deste acordo técnico.

As dificuldades de Bona

A Igreja Evangélica alemã defendeu o direito de manifestação face a problemas tão cruciais como o da instalação de mísseis. O Governo de Bona tem vindo a criticar duramente esta e outras Igrejas que se têm pronunciado contra a projectada implantação de «euromísseis» em território alemão federal.

Ao mesmo tempo, o Governo Kohl decidiu investir mais de um milhão de dólares numa campanha de publicidade na imprensa para expor os seus argumentos a favor do rearmamento da NATO.

Manobras da NATO

As tradicionais manobras de Outono da NATO, «Autumn Forge», iniciar-se-ão em 2 de Setembro próximo na base aérea de Ramstein, na RFA, com a presença do general Bernard Rodgers, comandante-chefe das Forças Aliadas na Europa, anunciou ontem o Quartel General das Forças Aliadas na Europa.

Estas manobras foram instituídas em 1975 para aumentar as capacidades de defesa dos aliados e demonstrar o seu grau de preparação e solidariedade. Mobilizam perto de 250 000 soldados todos os anos.

«Autumn Forge 1983» compreenderá 28 exercícios terrestres, marítimos e aéreos, desde a Noruega até ao Sul da Turquia.



Mais de dez mil campistas evacuados, sete bombeiros feridos e 1200 hectares de floresta destruídos, é o balanço dos grandes incêndios que eclodiram no Sueste francês. A mão de criminosos e a força do vento «mistral» levaram a que o fogo ameaçasse vários parques de campismo na famosa «Côte d'Azur». Na foto, bombeiros lutam contra as chamas perto da cidade de Frejus

Incid

— Djamena

No Chade a interconflito é já uma certeza. do Pentágono revelou: americanos «se encorço golfo de Sidra, num cená

REGISTOU-SE na segunda-feira, um incidente aéreo entre dois aviões de combate americanos «F 14» do porta-aviões «Eisenhower» e dois aviões libios «Mig» por cima do golfo de Sidra, indicou ontem à noite em Washington uma fonte do Pentágono.

Para evitar uma colisão os MIG-23 libios tiveram de regressar ao ponto de partida, precisou um alto responsável do Pentágono, acrescentando que nenhum tiro fora disparado.

A mesma fonte, que pediu o anonimato, indicou que os aparelhos de Tripoli, depois de terem sido interceptados pelos «F-14» desceram, aceleraram e dirigiram-se para a costa.

Segundo fontes próximas do Pentágono, citadas ontem à noite pela emissora de televisão NBC, o departamento de Defesa norte-americano deu ordem ao porta-aviões «Eisenhower», incluído numa frota de 30 navios da sexta esquadra americana que Washington destacou para as proximidades das costas libias, para que intercepte qualquer avião libio que venha na sua direcção.

Auxílio militar a Djamena

Entretanto, o Departamento de Estado recusou-se a confirmar hoje em Washington a informação veiculada pela cadeia de televisão «NBC» segundo a qual conselheiros americanos teriam sido enviados para o Chade para treinar militares franceses no manuseamento de mísseis terra-ar «Redeye» e «Stinger».

Interrogado pela AFP, um porta-voz do Departamento de Estado, Joe Reap, declarou que não tinha comentários a fazer sobre o assunto. Citando fontes que desejaram manter o anonimato, a «NBC» anunciou que quatro conselheiros militares americanos iam para o Chade para treinar militares franceses. A cadeia de televisão acrescentou que Washington tencionava enviar para o Chade 30 mísseis «Redeye» e 10 «Stinger». Por seu turno, um especialista do De-

Jornalis

Greve

Dezenas de milhões de habitantes do Tamil Nadu, no Sul da Índia, entraram ontem em greve, por 14 horas, de apoio aos seus irmãos do Sri Lanka, onde ontem tinham sido já detidas 13 pessoas consideradas «perigosas» para a segurança pública. As autoridades do Sri Lanka convidaram, também, o correspondente da agência United Press International (UPI), a abandonar o país. Segundo elas, aquele jornalista teria «violado grosseiramente as disposições da censura», por ter enviado,

ternacionalização do conflito no Chade

lente americano-líbio no golfo de Sidra

negra morte de Habré em Faya Largeau

ternacionalização do
Ontem, uma fonte
que aviões líbios e
entraram» sobre o
ário semelhante ao

que, em 1981 opôs a força aérea americana a aparelhos de Tripoli. Entretanto em Djamena, as autoridades desmentiram que o presidente Hissene Habré tenha morrido nos combates travados em Faya Largeau.

partamento de Estado indicou que esses mísseis iam ser imediatamente enviados para Djamena juntamente com uma pequena equipa de especialistas.

Por fim, Alam Romberg, porta-voz da secretaria de Estado, salientou que o envio desses mísseis não está incluído no contrato de dez milhões de dólares concedidos anteriormente para ajuda logística ao Governo de Hissene Habré.

Na oportunidade Romberg manifestou a «crescente preocupação» de Washington pela «situação sombria» no Chade.

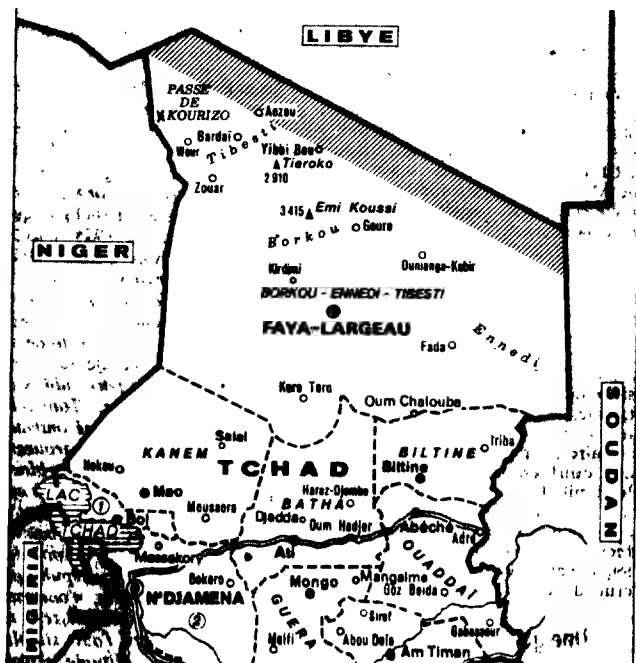
Ainda em Washington, um responsável do Departamento de Estado indicou que a administração americana tenciona pedir ao presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, chegado na passada segunda-feira aos Estados Unidos, que «aumente com grande urgência» a sua ajuda militar ao Chade. Recorda-se que o Zaire já enviou para o Chade cerca de 2000 homens e alguns aviões de transporte de material.

Por fim, em Paris, um informador do Ministério da Defesa indicou que as primeiras armas antiaéreas francesas chegaram ontem a Djamena e que estarão operacionais a partir de hoje em Faya Largeau. Alguns especialistas militares pensam que se poderá tratar de canhões-metralhadora de 20 milímetros, capazes de alcançarem um alvo a 5000 metros.

Situação confusa em Faya Largeau

No terreno militar a situação, a julgar pelas informações contraditórias que nos chegam, continua confusa em Faya Largeau.

Assim, informações veiculadas ao meio da tarde de ontem pela agência oficial líbia JANA, de que a cidade de Faya Largeau reconquistada no passado sábado pelas tropas de Habré tinha sido «ganha» pelas GUNT de Gukuni Weddeye, foi categoricamente desmentida ontem à noite pelo ministro da Informação de Djamena, Sumaila Mahamat.



Mapa do Chade: é em Faya Largeau que actualmente se desenvolvem os principais combates entre as forças de Hissene Habré e Gukuni Weddeye

A mesma fonte negou também a morte do presidente Hissene Habré devida aos combates em Faya Largeau. Segundo o ministro foi a Líbia que lançou «esta falsa notícia para perturbar a opinião pública nacional e internacional e desviar a atenção da sua agressão nítida contra o Chade».

Por seu lado, a presidência do GUNT desmentiu num comunicado datado de Faya Largeau e citado pela Rádio «toda e qualquer participação das Forças Armadas líbias nos combates». O comunicado afirma, por outro lado, que «do lado inimigo havia tropas zaienses e elementos franceses, sudaneses e egípcios».

Entretanto, a diplomacia agita-se com o pedido de convocatória assinado pelo presidente Hissene Habré para uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU. Fonte governamental chadiana tinha ontem indicado à AFP que o Chade havia empreendido diligências para levar ao Conselho de Segurança a «escalada da agressão líbia». Fontes da ONU em Nova Iorque esclareceram, entretanto, que não foi ainda

fixada qualquer data para a reunião. O Conselho esteve reunido até tarde para concluir os debates sobre os últimos acontecimentos na Cisjordânia. Contudo, segundo a presidência, os seus membros voltarão a reunir hoje. Se já tiverem sido concluídas as consultas à porta fechada, que habitualmente antecedem a convocação do Conselho de Segurança, será provável que ainda hoje aquela instância das Nações Unidas se debruce sobre a questão chadiana.

Por seu lado, a Líbia manifestou-se disposta a receber uma comissão de inquérito da Organização de Unidade Africana (OUA) para que, segundo Tripoli, «esta confirme a falsidade das alegações imperialistas e reacionárias acerca de uma pretensa ingerência líbia».

Esta informação foi prestada à JANA pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Líbia, Abdel Atti Al-Obeidi, que manifestou a esperança de que esta missão «fará um inquérito in loco, a fim de destruir todas as alegações hostis à Líbia».

ta da UPI convidado a abandonar Sri Lanka

no Sul da Índia apoia Tamuis

para a sede da sua agência, um artigo proibido pela censura. Segundo um despacho da agência indiana Press Trust, a greve no Tamil Nadul levou a paralisação de comboios, autocarros e barcos, bem como ao fechamento do aeroporto de Madras. Lojas e mercados estavam também ontem fechados pois liceus deram o dia livre aos alunos. Um porta-voz oficial anunciou, entretanto, que o primeiro-ministro Indira Gandhi deu autorização aos serviços ferroviários para cumprirem a

greve. Também em Nova Deli, várias centenas de universitários concentraram-se, ontem em frente da Embaixada do Sri Lanka tendo aí queimado um enorme retrato do presidente Jawardene.

Prisões

Entre as 18 pessoas detidas ontem, no Sri Lanka, contam-se o secretário-geral do Partido Comunista, um dos três partidos

proibidos no sábado, um membro do seu secretariado político, e um dirigente sindical. Entretanto, as forças de segurança continuam a procurar fazer pessoas alvo de mandatos de captura, enquanto segundo se diz em Colombo, alguns responsáveis políticos terão passado a clandestinidade.

Um porta-voz do governo recordou ontem que dar asilo a um membro de qualquer um dos partidos proibidos é um crime passível de, pelo menos, cinco anos de prisão.

Grupo de trabalho averigua acréscimo da fome nos EUA

O presidente Ronald Reagan declarou-se ontem «profundamente preocupado» com os artigos da Imprensa, referindo um acréscimo da fome nos Estados Unidos e pediu que seja criado um grupo de trabalho para examinar o problema.

«A América é literalmente o cesto do pão do mundo (...) nenhuma criança, nenhum velho, nenhuma mãe abandonada ou um inválido deveriam saber o que é fome neste país», escreve Reagan numa carta de instruções enviada aos seus conselheiros.

O presidente americano não deixa contudo de declarar-se «perplexo» perante as reportagens que leu. Sem aludir às reduções orçamentais feitas nos programas de auxílio aos pobres, salienta que são distribuídas senhas alimentares gratuitas aos mais pobres e que o go-

verno começou já a distribuir manteiga e queijo excedentários no valor de mais de mil milhões de dólares.

«Se os programas de assistência alimentar são mal geridos, é o que quero saber. Se certos aspectos destes programas requerem um maior financiamento, também quero saber disso», acrescenta, Reagan, pedindo que lhe seja apresentado um relatório no prazo de 90 dias.

Um responsável da Casa Branca considerou que não «há motivos para pensar» que a política do governo esteja na origem do avanço da fome, enquanto o secretário da Agricultura, John Block pretendeu demonstrar que era possível uma alimentação adequada com o apoio financeiro, fornecido aos pobres pelo governo. Nesse sentido, Block convocou a Imprensa para o supermercado do seu bairro, onde

anunciou que esta semana limitaria as despesas da sua família ao subsídio semanal oferecido pelo Estado a uma família pobre.

Entretanto, um relatório ontem publicado pelo serviço americano de recenseamento indicava que cerca de 15 por cento da população americana encontrava-se, em 1982, abaixo do nível de pobreza fixado pelo governo federal.

Segundo este relatório, o número de pobres nos Estados Unidos era, o ano passado, o mais elevado desde 1965: 34,4 milhões de americanos, numa população total de 230 milhões, viviam, em 82, abaixo do nível de pobreza, fixado em 9862 dólares de rendimentos para uma família de quatro pessoas. A taxa de pobreza continua a ser mais elevada entre a comunidade negra: 36,5 por cento contra 12 por cento entre os brancos.

Segundo o jornal «Izvestia»

Teerão incita população afegã contra o governo de Cabul

«Izvestia», órgão do governo soviético acusava ontem o clero e os dirigentes iranianos de se imiscuírem nos assuntos internos do Afeganistão e de pretenderem «exportar a revolução islâmica» para este país.

Na opinião do jornal, Teerão tenta «provocar» a população afegã e incita-a a opor-se às autoridades de Cabul. A pretexto de defesa do Islão — afirma o diário — «bandos ligados ao Irão, e compostos de muçulmanos chiitas afegãos procuram aumentar a sua influência entre a população da província de Herat que conta com 70 por cento de chiitas». A «Izvestia» refere-se a combates que teriam causado 50 mortos entre estes «bandos e grupos de contra-

revolucionários».

De acordo com o correspondente da «Izvestia», EM Cabul, teriam sido descobertos, nos locais onde se travaram os combates, documentos que provam os laços destes bandos com o clero iraniano e a ingerência dos meios dirigentes iranianos nos negócios internos do Afeganistão.

Citando um antigo dirigente destes grupos armados, que estaria detido numa prisão de Herat, o jornal afirma que o Irão financia certos movimentos islâmicos, como o «Hezbollah» ou o «Hezbi-E-Islami» cujo objectivo «seria derrubar o governo afegão e instaurar, no Afeganistão um regime teocrático baseado no modelo iraniano».

Entretanto, uma fonte diplo-

mática ocidental indicou ontem, em Islamabad, que as ofensivas soviéticas em Paghman, 15 quilómetros a Noroeste de Cabul, e no vale de Panchir, iniciadas a semana passada, falharam ambas. A mesma fonte referiu a existência de negociações no vale de Panchir, entre o dirigente Mudjaheddin Ahmed Shan Masud e soviéticos que pretendiam obter o prolongamento da trégua, aceite em Janeiro passado, pelos homens de Masud. Ainda segundo a mesma fonte, a resistência afegã teria intensificado as suas acções em Cabul. Acções que se traduziram no ataque, com roquetes e morteiros ao antigo palácio real, que abriga actualmente o Estado-Maior soviético, causando sérios danos no edifício.

Depois dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha

Países das Caraíbas procuram novos apoios

Os países das Caraíbas, que enfrentam sérias dificuldades económicas, decidiram apostar em novas direcções na sua procura de ajuda económica.

A maioria dos países da área, ao sair da tutela britânica, procuraram apoio nos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha. No entanto, essa ajuda tem vindo a diminuir à medida que aumentam as dificuldades económicas dos países ocidentais.

Os países das Caraíbas, preocupados com problemas de desemprego, baixa produção e crescentes solicitações de uma população na sua maioria jovem,

tem procurado novas fontes de ajuda.

Nas últimas semanas, Santa Lucia anunciou que receberia um milhão de dólares da China, enquanto São Vicente e Dominica informaram que seriam apoiados pela Formosa, com ajuda técnica e financeira para porem a funcionar com eficácia, a sua indústria de pesca.

Granada revelou que receberia um milhão de dólares do Fundo Especial da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para manter a sua balança de pagamentos, depois de os Estados Unidos se terem

oposto a que o Fundo Monetário Internacional (FMI) lhe concedesse ajuda financeira.

Granada foi o primeiro país a iniciar a procura de novas alternativas de ajuda económica, tendo obtido apoio material e financeiro de países árabes, incluindo a Líbia, Argélia e Síria, e firmou acordos, a médio e longo prazo, com Cuba e com a União Soviética.

Paralelamente, recebeu ajuda da Comunidade Económica Europeia (CEE) para a construção do seu novo aeroporto e cerca de seis milhões de dólares da Grã-Bretanha para o mesmo projecto.

Vaivém espacial arranca no dia 30

O vaivém espacial «Challenger» foi ontem transportado com o lançamento do cabo Canaveral, Florida, de onde iniciará a sua terceira missão, no dia 30.

A NASA informou que o transporte do edifício de montagem do centro espacial Kennedy até à rampa de lançamento — numa distância de pouco mais de cinco quilómetros — demorou sete ho-

ras.

Referiu que os técnicos começaram a fazer os testes ao combustível e outros equipamentos no âmbito dos preparativos para o lançamento. O primeiro a efectuar-se de noite no programa do vaivém espacial, previsto para as 21 e 15 locais (8 e 15 de Lisboa), do dia 30.

O regresso à Terra, da nave — cuja tripulação de cinco mem-

bros integrará, pela primeira vez, um astronauta negro, o tenente coronel Francis R. Scobee, verificar-se-á também de noite, no dia 4 de Setembro, às 11 e 17 locais (9 e 45 de Lisboa), a partir da base aérea de Edwards (Califórnia).

O principal objectivo da missão será pôr em órbita um satélite de comunicações para o Japão.

Libertação de soviéticos cria polémica em Itália

A Presidência da República italiana desmentiu, terça-feira, num comunicado, que haja pressão do juiz de instrução para obter a liberdade provisória de dois espíes soviéticos, como afirma o semanário «L'Espresso» na sua última edição.

Este sustenta, em síntese, que

a libertação provisória, mediante caução, em 25 de Julho, último de Viktor Pronine, e de outro soviético preso em Fevereiro, por espionagem e suspeita de que é tenente-coronel do KGB, foi ordenada na sequência de pressões do Quirinal (Presidência da República).

Segundo «L'Espresso», tais pressões permitiram, portanto, a liberdade provisória, em 7 de Abril passado, para Viktor Konaiev, também pronunciado por espionagem.

Ainda de acordo com o semanário, o Quirinal teria exercido tais pressões através duma chantagem do KGB.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/1943, arquivo 3861, para o estabelecimento na freguesia de Estombar, concelho de Lagoa, de uma linha aérea a 15 KV com 444 metros, do poste n.º 23, da linha Lagoa-Ferragudo, ao posto de transformação provisório n.º 2 do Calvário.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 26 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º 1/2438, arquivo 95, para o estabelecimento na freguesia de Porto Alto, concelho de Benavente, de uma linha aérea a 30 KV com 194 metros, do poste n.º 9, da linha de ligação entre a subestação de Porto Alto e a linha de Samora Correia-Porto Alto, ao posto de transformação de FATEM-Máquinas, Empilhadores, Tractores e Autobetonelras, L.d.ª, em Porto Alto.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 20 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/4204, arquivo 688, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Santiago do Cacém, de uma linha aérea a 30 KV [RA 30-70-10-3 DSSTB (Bairro Formiga, STC-38)] com 317 metros, do poste n.º 6 da linha [RA 30-70-10 OPCA (Santiago, PTC-1)], ao posto de transformação n.º STC-38 do Bairro da Formiga, do Centro de Distribuição de Setúbal.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 26 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes



EVITE
locais pouco frequentados

Pioneiro das transplantações

Barnard retira-se como cirurgião

O professor Christian Barnard, pioneiro das transplantações cardíacas, passa ainda este ano à situação de reforma antecipada por razões de saúde.

Uma afeição artrítica nas mãos está na origem desta decisão do cirurgião sul-africano de renome mundial que conta 61 anos, indicou oficialmente um membro da direcção do Hospital Groote Schuur onde o professor Barnard exerce clínica há 26 anos.

Sabe-se que desde 1978, Chris Barnard, já praticamente não operava, impedido por dores lancinantes de manejar o bisturi. Foi no Hospital de Groote Schuur, que realizou em Dezembro de 1967 o primeiro enxerto do coração num doente branco, Louis Washensky, que sobreviveu algumas semanas.

Esta estreia mundial da cirurgia abriu caminho a numerosas transplantações praticadas nos anos seguintes em vários países, obedecendo a diversas técnicas.

O professor Barnard realizou pessoalmente entre 1968 e 1978 dezena e meia destas transplantações, à frente de uma equipa cirúrgica internacional.

Em Novembro de 1974, utilizou uma nova técnica que viria a ter larga divulgação e que consiste

em prover o coração debilitado de um órgão auxiliar: um segundo coração enxertado na aorta.

O famoso cirurgião foi, todavia, objecto de numerosas críticas designadamente após duas experiências que se saldaram por um malogro: a transplantação, em Outubro de 1977, de um coração de chimpanzé num ser humano e uma dupla transplantação coração-pulmão.

Chris Barnard, que há vários anos vem dedicando o essencial do seu tempo a digressões no estrangeiro como conferencista, tornou-se «um dos mais importantes produtos de exportação sul-africanos» na expressão de um porta-voz do Hospital Groote Schuur.

Entre outras obras, o professor Barnard publicou uma autobiografia com o título «One Life» (Uma Vida).

Figura destacada da «Jet Society», Chris Barnard ilustrou outra faceta da sua carreira ao gravar, em 1969, um disco de canções românticas. O cirurgião, que é também, proprietário de um restaurante da Cidade do Cabo, não esconde, aliás, o seu pendor para se apresentar como vedeta, como o testemunham as numerosas entrevistas que tem concedido à imprensa local e internacional.



Cirurgião, cantor, proprietário de restaurante e membro influente da «jet society» internacional

Governo americano responde a homossexuais a propósito da sua luta contra o SIDA

O governo Reagan desmentiu energicamente na terça-feira que não lutasse eficazmente contra os progressos do Síndrome Imuno-Deficitário Adquirido (SIDA) porque as suas vítimas são principalmente homossexuais, drogados ou haitianos.

«É uma acusação sem fundamento e acho que é um insulto para os inúmeros médicos e investigadores que tentam resolver o problema», declarou o dr. Edward Brant, secretário adjunto da Saúde perante uma comissão do Congresso.

Brandt respondia aos representantes de organizações de homossexuais que tinham denunciado perante a mesma comissão a ausência de uma estratégia nacional contra o SIDA, que atribuem às discriminações de que são vítimas na sociedade americana os grupos mais susceptíveis de serem atingidos pela doença.

O ministro adjunto da Saúde argumentou que o seu departamento tinha já incluído 14,5 milhões de dólares no seu orçamento para organizar a luta contra a SIDA e que tinha pedido 12 milhões de dólares suplementares.



O factor 4, de que tanto necessitam os hemofílicos, parece ser um dos transmissores do «SIDA»

Se se levar em conta, acrescentou, todas as investigações e actividades consagradas ao

SIDA este ano os Estados Unidos terão gasto 166 milhões de dólares



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila Real de Santo António em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/2192, arquivo 3861, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Vila Real de Santo António, de uma linha mista a 15 KV (15.116.00), Aldeia Nova - Monte Gordo com 2183 metros, parte aérea com 1763 m e parte subterrânea com 420 metros, da subestação 30/15 KV Aldeia Nova (SE06) ao PTS da FMDF situada na Residencial Paiva, em Monte Gordo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 20 de Julho de 1983
O ENGENHEIRO DIRECTOR,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É DITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º 1/2399, arquivo 95, para o estabelecimento na freguesia de Alameda, concelho de Castelo Branco, de uma linha aérea a 15 KV com 102 metros, do poste n.º 1, da linha para o P.T. de Palágua, ao posto de transformação de Valbom.

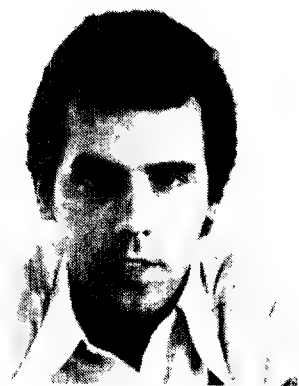
Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 20 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes

entrevista

Armando
Teixeira
da Silva

CGTP/IN considera

Governo agrava os problemas do País e ao diálogo sério responde já com medidas repressivas

O Governo PS/PSD já demonstrou não estar interessado em combater a crise em que o nosso país se encontra mergulhado. Pelo contrário, tudo o que fez até hoje conduz ao seu agravamento e introduz novos factores de desestabilização. É uma política que não dá resposta aos problemas dos trabalhadores e do País, cuja linha orientadora é satisfazer as reivindicações do grande capital, exigindo mais sacrifícios a quem trabalha. Utilizando como pano de fundo o pacto e a concertação, em nome da crise, o Governo PS/PSD, a exemplo dos governos da AD, impõe de novo brutais aumentos de preços que agravam as condições de vida, propõe-se alterar as leis do trabalho, no sentido de eliminar direitos e con-

quistas conseguidas com o 25 de Abril, ao diálogo sério e construtivo proposto pelas organizações dos trabalhadores responde já com medidas intimidatórias e de carácter repressivo. Esta é a posição da CGTP/IN, face à actual situação político-social. Armando Teixeira da Silva, do Conselho Nacional da central sindical, em entrevista concedida ao «DL», abordou os temas mais candentes do actual momento e referiu-se ao facto de o Executivo (que já teve três reuniões com a CGTP) ainda não ter apresentado «qualquer resposta às nossas reivindicações». Tudo o que tem feito — disse — é tomar medidas do agrado da CIP, CAP e CCP. «É uma opção de classe» — sublinhou.

A recente iniciativa do Governo de pedir à Assembleia da República autorização para, durante o período de férias do Parlamento, rever matéria tão importante como a legislação laboral, nas palavras do dirigente da CGTP, não é mais do que uma manobra destinada a satisfazer as reivindicações do grande capital e a pôr em causa os direitos e conquistas alcançadas pelos trabalhadores no 25 de Abril. «Doutra forma — disse — não seria de admitir que matéria desta natureza seja tratada através de autorizações legislativas. O Governo, apesar da maioria que dispõe na AR, foge assim ao debate das grandes questões nacionais e refugia-se nos gabinetes para levar para a frente a sua política».

O objectivo do Governo, de limitar os direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos, não significa, na sua perspectiva, que o Executivo esteja numa posição «em que se sente com força»; mas sim (face ao descontentamento popular pela sua política e porque sabe «que a CGTP estará na primeira linha de combate») perante uma situação «em que não pode prosseguir a sua política sem o recurso a métodos de limitação de direitos e até repressivos, como é o recente caso da Lisnave».

O primeiro passo de uma escalada

Para Armando Teixeira da Silva, e embora o Governo garanta o contrário, a lei de delimitação dos sectores constitui «o primeiro passo de uma escalada que visa pôr em causa o sector nacionalizado». E sobre este ponto, refere como exemplo a chamada Lei Barreto. Quando o então governo do PS a elaborou, disse que era para rever algumas situações irregulares registadas após o 25 de Abril. «Mas a vida — salientou — veio demonstrar que o objectivo dessa lei era mesmo destruir a Reforma Agrária». E como exemplo disso acrescentou que os trabalhadores tinham nessa altura 1 200 000 hectares de terras a produzir e que hoje os 600 000 hectares que lhes tiraram estão abandonados. «Foram-lhes ainda roubados, gado, máquinas; e se a Reforma Agrária ainda continua isso deve-se à luta heroica dos seus trabalhadores e o tenaz esforço por eles desenvolvido para aumentar a produção».

No caso concreto da lei dos sectores, a CGTP considera que «certamente a banca privada não tem como objectivo a recuperação económica, não será para beneficiar os pequenos e médios industriais, comerciantes, agricultores, mas para entregar novamente aos grandes capitalistas as alavancas do poder económico, com graves consequências no plano político».

Os trabalhadores da banca e dos seguros «não terão nada a ganhar com a abertura destes sectores à iniciativa privada; pelo contrário, se desde o 25 de Abril até agora eles não enfrenta-

ram o problema do desemprego e conquistaram importantes direitos de participação e intervenção nos sectores a que pertencem, a iniciativa privada tudo tentará para os fazer regressar ao 24 de Abril.

O dirigente sindical considerou «muito positivo o grande movimento que se anima à volta da defesa do sector nacionalizado e em que muitos trabalhadores, mes não estando filiados na CGTP reconhecem que a luta que desenvolvemos é realmente na defesa dos seus direitos e interesses e se mobilizam para desenvolver importantes lutas».

No tocante ao chamado «pacto social», ATS afirmou que a Intersindical «desde o princípio manifestou as suas suspeitas de que existisse da parte deste Governo uma vontade sincera de dialogar com as organizações dos trabalhadores e deixou bem claro que não aceitava que o Governo, perante as nossas propostas concretas para a resolução da crise (e fomos a única organização sindical que as apresentou) fizesse depender a sua resposta do nosso entendimento com quaisquer outras organizações sociais».

Referiu que do diálogo que a central sindical tem até este momento mantido com o Governo «uma única coisa podemos dizer, é que não temos qualquer resposta positiva às nossas reivindicações e as medidas que até agora foram tomadas vão no sentido de corresponder às exigências do grande capital, designadamente da CIP, CAP e CCP».

«Quem é que pode acreditar na vontade sincera deste Governo — perguntou — quando na Lisnave, por exemplo, enquanto decorriam ainda negociações entre o ministro do Trabalho, a administração e os organismos dos trabalhadores, manda ocupar os estaleiros pelas forças militarizadas. Aludiu igualmente, como «exemplo flagrante, o facto de a delegação do Governo, que tem tido encontros com a CGTP, dizer que não discute as questões pontuais das empresas em dificuldades) enquanto o ministro do Trabalho convoca comissões «ad hoc», numa tentativa de afastar as organizações sindicais, desrespeitando deste modo as leis do País, para impor acordos que visam o corte de direitos constitucionais».

Política contrária ao desenvolvimento

Relativamente ao nível de vida dos portugueses, ATS referiu que a CGTP apresentou ao Governo uma reivindicação, que consiste no estabelecimento de um Cabaz de Compras para os produtos de primeira necessidade, cujos preços seriam «congelados». Esta proposta, disse, tinha em conta minimizar as graves implicações nas condições de vida das camadas mais desfavorecidas, que decorrem de brutais aumentos em produtos como o pão, o leite, a carne e os combustíveis.

Os trabalhadores não recusam o seu empenhamento para a resolução da crise. Mas tornam claro que isso não pode ser feito à custa de despedimentos, da redução de salários e da retirada de direitos

Esta política de preços, segundo declarou ao «DL», não é só gravosa para os trabalhadores, «mas atinge ainda outras camadas da população, como os pequenos e médios comerciantes e agricultores». Basta ver — disse — o exemplo do aumento dos adubos e do gasóleo, «que condena à ruína a maioria dos agricultores portugueses». Em face disto, a CGTP considera que esta política «de corte aos produtos que até ao momento tinham sido subsidiados pelo Estado, é má política e que não resulta de opções político-económicas do nosso País, mas sim de imposições do FMI».

Declarou também estar este facto confirmado pela própria delegação do Fundo Monetário Internacional (que neste momento se encontra no nosso País) cujas directrizes apontam para medidas que o Governo já tinha começado a adoptar.

Referiu-se ainda a um exemplo: «Enquanto que os trabalhadores agrícolas na VII Conferência da Reforma Agrária apresentam como um dos objectivos principais o aumento da pro-



dução, numa altura em que o nosso País está a importar mais de 60 por cento dos produtos que consumimos (o que nos custa à volta de 60 milhões de contos por ano) o Governo, nas negociações com o FMI, aponta no sentido de que o produto interno para o próximo ano se situe ao nível zero; e o FMI quer ainda que este seja abaixo de zero».

Deste modo, a CGTP/IN considera que a política de crédito deste Governo não visa, como devia, o apoio às pequenas e médias empresas e as medidas que o Governo pretende implementar tendem a agravar ainda mais esta situação, o que significa que «quando se justificava uma política de desenvolvimento de todos os sectores do nosso País, que conduziria à melhoria das condições de vida do nosso Povo, o Governo aponta no sentido oposto».

Armando Teixeira da Silva pergunta sobre quem, no meio disto tudo, estará certo: «se os trabalhadores e os sectores produtivos que estão em condições de dar provas no sentido de resolver a profunda crise econó-

mica que o País atravessa ou se o Governo que aponta para a estagnação do crescimento económico, novas falências, mais desemprego e o pior das condições de vida do nosso povo». E conclui: «Obviamente que quem está certo são os trabalhadores».

«Alternativa democrática»

No que se refere à situação económica difícil em que muitas empresas se encontram, o dirigente da Intersindical considera que ela resulta da política que tem sido seguida pelos últimos governos. E acrescenta: «Neste momento, o que o Governo pretende é responsabilizar os trabalhadores por uma crise de que eles não são responsáveis». E a propósito cita o caso da CIFA, «em que os Mellos receberam dinheiro do Fundo de Desemprego para pagar os salários em atraso e não os pagaram».

A CGTP, disse ATS, apresentou já propostas aos vários governos no sentido de que se proceda à reestruturação de alguns sectores, em crise e o Governo

não lhes deu qualquer resposta.

Disse igualmente que todos os sectores fizeram já congressos, em que estes projectos foram apresentados ao Executivo, e de que «é exemplo o caso da Marinha Mercante, que propôs uma comissão para estudar o projecto de viabilização». E muitos outros exemplos poderiam ser dados, frisou, o que prova que «os trabalhadores não recusam o seu empenhamento para a resolução da crise». Mas, acrescentou, «tornam claro que isso não pode ser feito como o Governo pretende: à custa de despedimentos, da redução de salários e da retirada de direitos».

Armando Teixeira da Silva considerou ainda que «este Governo, não só não responde aos problemas dos trabalhadores e do País» como também, «confrontado com o crescente descontentamento provocado pela sua actuação», está «consciente de que no actual quadro institucional acabará por ver derrotada a sua política, actuar de forma inoportuna e injustificada na questão militar, onde introduziu factos de desestabilização». A este respeito sublinhou que «nada surpreende, na medida em que o actual ministro da Defesa foi o promotor da candidatura do general Soares Carneiro para a Presidência da República, o qual na altura se propunha (se ganhasse as eleições) de rever a Constituição por referendo».

Por último, considerou que face, ao actual Governo PS/PSD, «a resposta dos trabalhadores e das suas organizações se têm desenvolvido no sentido da defesa dos seus direitos e conquistas e contra uma política que, em vez de dar resposta à crise contribui para o seu agravamento. E sublinhou que «estamos certos que, a prosseguir tal política, aumentará a luta e o protesto dos trabalhadores e das mais vastas camadas da população, contra este Governo».

Referiu em seguida que «tal como a experiência já demonstrou em situações anteriores, não basta ao Executivo ter uma maioria na AR, visto que no Portugal de Abril não é possível governar-se contra a vontade dos trabalhadores». E sublinhou: «Todos os governos que às propostas dos trabalhadores responderam com a confrontação, acabaram por ser derrotados. Também o Governo PS/PSD ao escolher este caminho terá os dias contados, acabará por ter o mesmo fim».

Declarou finalmente ser hoje evidente que a «luta dos trabalhadores se junta ao protesto de muitas camadas da população, também afectadas por esta política», terminando por revelar que se «desenvolve desde já um movimento de unidade das classes laboriosas e de todos os democratas que estão verdadeiramente empenhados na resolução da crise» e que «acabará por se impor uma alternativa democrática e patriótica que defenda e prossiga o Portugal de Abril».

ensino

Inquérito ao exame de Matemática do décimo primeiro ano

Para não fugir à regra do que vem acontecendo ultimamente, também no final deste ano lectivo, chovem os protestos e queixas no Ministério da Educação por anomalias em provas escritas de exames escritos do ensino secundário.

Assim, o exame escrito de Matemática da segunda chamada do 11.º ano, no qual se registaram cerca de 90 por cento de reprováveis, está a ser objecto de inquérito no ME.

A dificuldade da interpretação do ponto escrito tornou-se um excelente meio de selecção já que apenas cerca de 10 por cento dos alunos que com ele se confrontaram foram aprovados.

Não se conhecem ainda os resultados do inquérito, que deverão ser transmitidos pelo secretário de Estado do Ensino Superior ao ministro Augusto Seabra.

Se for decidida a repetição do exame, não só muita gente vai ficar prejudicada nas férias como ainda esse segundo exame coincidirá quase com os da segunda época.

Filosofia e História

Também alunos da escola secundária Olivais-Chelas se manifestaram contra os resultados ontem divulgados dos exames de Filosofia e História do décimo segundo ano.

Aparentemente — declararam os estudantes à ANOP, os resultados foram atribuídos segundo critérios diversos, cabendo a parte dos alunos notas entre zero e oito pontos e, a outros, entre 10 e 16.

O conselho directivo da escola reconheceu àquela agência noticiosa, a existência de «grandes diferenças entre as notas de frequência e as provas de exame».

Os recursos em consequência dos resultados do exame, para a apresentação dos quais se concede dois dias de prazo, estão a ser entregues na escola.

Segundo a ANOP, o «conselho directivo entende que esses recursos se tornaram praticamente normais já que os alunos do décimo segundo ano lutam por pequenos diferenciais para conseguirem entrar no ensino superior.»

Controlo de doença

FENPROF protesta mais uma vez

A Federação Nacional dos Professores protestou ontem uma vez mais junto de departamentos governamentais contra o Decreto-Lei 219/83 de 26 de Maio que cria um novo sistema de controlo de doença dos trabalhadores da Administração Pública.

O Decreto devia ter entrado em vigor no passado dia 1, o que não aconteceu, não se sabendo todavia qual a disposição do Governo face aos muitos protestos que o seu conteúdo levantou.

A FENPROF considera o diploma ineficaz e gerador de arbitrariedades e exigiu há tempos a sua revogação, manifestando simultaneamente interesse em negociar com o Governo esquemas alternativos.

Em consequência do silêncio adoptado pelos responsáveis governamentais, a FENPROF dirigiu ontem novo protesto ao ministro de Estado, ministro da Educação e secretário de Estado da Administração Pública, «exigindo a não entrada em vigor do referido diploma e o esclarecimento público da questão».

Em Trás-os-Montes

Seminário para filhos de emigrantes

Decorre desde segunda-feira no Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, o terceiro seminário sobre «Portugal: tradição e futuro».

A iniciativa destina-se a professores nacionais e estrangeiros e filhos de emigrantes, contando com cerca de 50 participantes provenientes do Brasil, Alemanha Federal, Argentina, Estados Unidos da América, França e Inglaterra.

Da agenda do seminário constam os seguintes temas: Trás-os-Montes, a tradição cultural; património histórico de Trás-os-Montes; Ensino agrícola e extensão; Desenvolvimento agrícola Regional.

Estreitar os laços dos filhos de emigrantes portugueses com a Pátria dos seus pais, dando-lhes a conhecer aspectos da realidade portuguesa, é o objectivo fundamental deste seminário.

A meio da manhã

Reintegrados da RTP reuniram-se com um jurista da empresa



Os reintegrados da RTP, esta manhã concentrados junto às instalações da 5 de Outubro, onde a meio da manhã foram recebidos pelo jurista da empresa

Os 22 trabalhadores despedidos da RTP e reintegrados por sentença do Tribunal do Trabalho foram a meio da manhã recebidos nas instalações da empresa, na Avenida 5 de Outubro, por um jurista do Departamento Jurídico da Radiotelevisão, com quem se reuniram. Até ao fecho da nossa edição o encontro estava a decorrer, participando nele também os representantes sindicais e advogados dos trabalhadores.

Despedidos na sequência dos factos ocorridos em 25 de Novembro, a reintegração destes trabalhadores foi determinada pelo Tribunal do Trabalho de Lisboa, de cuja sentença foi notificado o conselho de gerência da RTP. Este, por não concordar com a decisão judicial, manifestou a intenção de interpor recurso para o Tribunal da Relação, numa tentativa de conseguir a suspensão da sentença.

O Tribunal do Trabalho de Lisboa, na sua sentença, declarou nulo o despedimento daqueles trabalhadores, considerando-o **sem justa causa**. Consequentemente, ordenou a sua imediata reintegração, medida que a administração da RTP se recusa a cumprir.

De acordo com a sentença, a RTP «não alegou quaisquer factos constitutivos de justa causa em que se terá fundamentado a sua decisão de despedir os tra-

balhadores».

O Tribunal, na sentença proferida, especifica o montante das remunerações que a RTP terá de atribuir a cada um dos trabalhadores despedidos e agora mandados reintegrar. Esses montantes variam de acordo com os acordos colectivos de trabalho aplicáveis a cada um dos casos.

A todos estes profissionais, a RTP terá de pagar, na altura da execução da sentença, além dos montantes fixados pelo tribunal (que variam entre 1600 a 2700 contos) as diuturnidades e anuidades instituídas após o seu despedimento e ainda as remunerações que se vençam desde Junho deste ano até à altura da sua reintegração.

Um porta-voz sindical manifestou a sua estranheza pelo facto de o conselho de gerência se ter recusado a receber os trabalhadores e os sindicatos, remetendo-os para o director do contencioso, que é simultaneamente o advogado da empresa no processo.

A mesma fonte sublinhou que a empresa foi notificada na terça-feira da decisão do tribunal que manda reintegrar os 22 trabalhadores despedidos na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, com a antiguidade, categoria e remuneração que teriam se tivessem continuado na empresa e pagar as

remunerações vencidas desde a data do despedimento.

O porta-voz dos sindicatos estranhou ainda que a empresa tenha decidido recorrer para a instância superior antes de conhecer o teor da sentença e os seus fundamentos, e sublinhou que o recurso implica o depósito de todas as remunerações vencidas, num total de cerca de 44 mil contos, ou a apresentação de uma fiança bancária no mesmo valor.

Declarou ainda que os trabalhadores despedidos têm em seu poder um documento da administração, de 1980, enviado depois da publicação da Lei da Amnistia, em que a gerência declarava não os reintegrar por força da Lei da Amnistia mas **se comprometia** — sublinhou — **a acatar a sentença que o tribunal viesse a lavrar.**

Retaliação política

O presidente do Sindicato dos Jornalistas considerou que a não reintegração dos trabalhadores despedidos da RTP vem «agrar as injustiças de que vêm sendo vítimas e prolongar um ambiente de retaliação política completamente injustificado».

Em declarações à ANOP, Césario Borga afirmou que a reintegração dos jornalistas e restantes

trabalhadores da RTP suspensos e despedidos na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro devia ter sido concretizada em 1977, quando os processos daqueles trabalhadores foram arquivados no Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Acrescenta que depois da promulgação da Lei da Amnistia todas as dúvidas, «legítimas ou não», que podiam subsistir sobre este caso deviam também cessar.

«Oito anos decorridos, um tribunal dá razão aos jornalistas, como era previsível e mesmo assim a RTP recusa a reintegração» — sublinha o dirigente sindical dos jornalistas.

«Não tenho dúvidas em afirmar — adianta — que o esgotamento dos mecanismos legais que a RTP decidiu efectuar, protelando a reintegração, não passa de um acto gratuito».

Também a CGTP/IN tomou posição sobre este caso, em comunicado hoje divulgado. A central sindical, que exprime a sua indignação perante «esta manifesta prova de intolerância», afirma que não se pode **compreender, nem aceitar**, «que uma empresa sob tutela do Governo se permita obstruir decisões judiciais de reintegração de trabalhadores ilegalmente despedidos, contribuindo desse modo para facilitar idênticas situações por parte do grande patronato explorador.»

Despedimento na Mexicana contraria a lei

A gerência da pastelaria «Mexicana» decidiu manter o despedimento de um delegado sindical da empresa, o que contraria a lei de protecção dos delegados e dirigentes sindicais — informou uma fonte sindical.

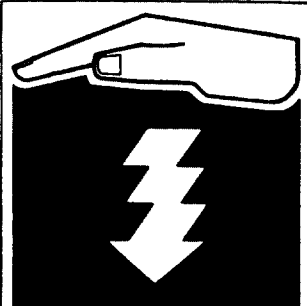
Um comunicado do Sindicato da Hotelaria do Sul afirma que depois da Inspeção de Trabalho ter levantado um auto contra a em-

presa, um inspector adjunto rasgou o auto levantado na presença de elementos do Sindicato, invocando instruções superiores que teriam como fundamento a duvidosa constitucionalidade da lei sindical e da lei de protecção aos representantes dos trabalhadores.

Exige a imediata reposição da legalidade e anuncia que irá levantar esta questão numa reu-

nião com o secretário de Estado do Trabalho marcada para a próxima semana.

O inspector adjunto visado pelo sindicato recusou-se a prestar esclarecimentos afirmando que aquilo que eu fiz «foi por ordem superior e é um assunto que só pode ser resolvido vindo cá e falando com o chefe da delegação».



POUPE ELECTRICIDADE

Direcção Geral de Energia
Campanha de poupança de energia

VENI AÍ LIMA NOVA ERA

MUITA COISA VAI MUDAR. esteja atento!



Um reputado professor de economia publicou no número de Maio passado da revista bimestral do FMI, **Finanças e Desenvolvimento** um importante artigo que põe em causa uma das receitas prioritárias do Fundo para ajustar a balança de pagamentos dos países em dificuldades: a desvalorização da moeda.

Kaldor escreve, explicitamente, que sendo uma medida discutível à partida, e contraproducente nos países em desenvolvimento, como é o caso de Portugal, ela

não resolve nada com durabilidade, pois não ataca as causas subjacentes aos défices das contas externas. Por isso mesmo publicamos o artigo do prof. Kaldor, na hora em que negociadores do FMI procuram em Lisboa convencer o Governo a aceitar as suas «milagrosas» receitas para a crise estrutural da economia portuguesa.

D. R.

Desvalorização e ajustamento em países em desenvolvimento

Nicholas Kaldor

(Professor emérito de Economia

e membro do King's College, de Cambridge)

A partir do início da década de 70, começaram a surgir dificuldades agudas e generalizadas no tocante aos pagamentos externos dos países em desenvolvimento, exigindo a contratação de empréstimos de fontes oficiais e particulares. Em grande parte, os défices desses países eram a contrapartida dos grandes superávits do balanço de pagamentos de certas nações produtoras de petróleo, os quais ultrapassaram a casa dos US\$ 100 biliões em 1980. Seria de esperar que o aumento dos preços do petróleo, responsável por tais superávits, afectasse os vários países na mesma medida em que estes participavam das importações mundiais de petróleo. Na realidade, porém, a conta corrente de alguns países menos desenvolvidos deteriorou desproporcionalmente, em decorrência de: medidas adoptadas pelos países desenvolvidos para proteger seus próprios balanços de pagamentos; o fato de que os países não produtores de petróleo (ao contrário dos países industrializados) não podiam fazer exportações vultosas para os países exportadores de petróleo; e, entre outros motivos, a inadequação de suas políticas internas. As causas mais comuns desta última dificuldade — pelo menos na opinião de certas autoridades — foram uma excessiva pressão da demanda, quase sempre provocada por um excesso de gastos governamentais financiados por orçamentos deficitários, e aumentos salariais mesmo na ausência de um excesso de demanda.

O remédio normalmente recomendado pelo Fundo para melhorar a posição da conta corrente em tais casos é um programa de contenção financeira gradual, a liberalização do comércio exterior e, para que tudo isso seja possível, uma substancial desvalorização. Esta última é recomendada não somente — e nem mesmo principalmente — para melhorar a competitividade comercial de um país (uma vez que o balanço externo pode ser insensível, pelo menos a curto prazo, a mudanças na taxa cambial), mas para suplementar medidas orçamentárias destinadas a reduzir a procura e o consumo internos.

A principal objecção a este método é que ele pressupõe que a desvalorização é capaz de alterar certas relações críticas entre preços e salários que decorrem de forças políticas complexas e que não poderiam ser alteradas por medidas internas fiscais e monetárias. Mais provável, porém, é que uma desvalorização de grande vulto termine reproduzindo grande parte das relações iniciais de preços às custas de uma boa dose adicional de inflação. É claro que este resultado é ainda mais provável nos países em desenvolvimento, onde há grande discrepância entre os padrões de vida das populações urbanas e rurais, e onde a indústria moderna (ou o chamado sector «organizado» da economia) abrange somente um segmento da população.

Além disso, a determinação da taxa adequada de desvalorização é um problema bem mais complexo do que parece à primeira vista, uma vez que os princípios tradicionais e escolásticos (tais como a paridade de poder aquisitivo ou paridade de custos com outros países) podem não funcionar. De facto, como a desvalorização é invariavelmente acompanhada de

certa dose adicional de inflação no país em desenvolvimento, pode não existir uma taxa cambial adequada.

O caso da substituição das importações

Um dos problemas típicos da balança de pagamentos que a desvalorização é incapaz de resolver sem causar dificuldades agudas é a severa inflação seguida de distúrbios da produção resultantes da escassez crônica de divisas estrangeiras, características de países que adoptam estratégias de substituição de importações baseadas principalmente em protecção tarifária. Nos primeiros estágios de desenvolvimento, a substituição das importações tem, muitas vezes, o efeito de aumentar a produção industrial e o nível de emprego a um ritmo mais rápido — como ocorreu na América Latina, por exemplo, entre 1950 e 1974. Isto, porém, foi conseguido com o auxílio de vários tipos de restrições de importação, enquanto o percentual de produção industrial exportada chegou a declinar em relação ao seu nível inicialmente baixo.

Uma baixa participação de manufaturados na exportação não conduz a um desenvolvimento industrial auto-alimentado. A produção de manufaturados é um adendo às actividades produtivas totais de um país (e não um substituto de outras actividades) e gera necessidades adicionais de importação, em parte temporárias — para fornecimento de fábricas e equipamentos — e em parte repetitivas — a fim de atender às contínuas necessidades de matérias-primas e mercadorias semiprocessadas. A fonte natural de financiamento para tais importações continuadas deve ser a exportação de manufaturados. Naturalmente, elas poderiam ser financiadas com os excedentes produzidos pelas exportações de produtos primários. Mas as exportações de alimentos, que são as exportações primárias mais comuns nesses países, são menos capazes de fornecer tais excedentes porque o desenvolvimento industrial parece levar a um declínio nas exportações agrícolas, até mesmo ao ponto de tornar o país um importador líquido de alimentos.

Ao contrário do que afirma uma opinião generalizada, as desvalorizações cambiais não poderiam resolver o problema de escassez crônica de divisas estrangeiras em tais situações, a não ser, talvez, que fossem combinadas com a completa abolição das restrições de importação e uma política deflacionária suficientemente severa para possibilitar a manutenção de uma taxa cambial estável. Nesse caso, porém, o desenvolvimento industrial teria sido sacrificado no processo, com grande redução das perspectivas de emprego urbano.

Taxa cambial dupla?

Todos os países industrializados desenvolvem as suas indústrias por meio de substituição de importações, garantia por protecção tarifária. Os industrializadores bem sucedidos foram aqueles que conseguiram desenvolver certa capacidade de exportação assim que as indústrias protegidas atingiam um nível adequado de eficiência. Isto exigia: 1) que as medidas iniciais fossem cuidadosamente escolhidas de modo a beneficiar as in-

dústrias mais promissoras; 2) que o nível salarial nos países substituidores de importações fosse baixo em relação ao dos países em cujos mercados a nação em fase de industrialização pretendia penetrar.

Dada uma estratégia desta natureza, a industrialização em países em desenvolvimento provavelmente criaria empregos mais lentamente, e consequentemente, menor necessidade de restrições às importações. Por que é a gravidade da dificuldade da balança de pagamentos que causa inflação violenta; nenhum país que tenha sido obrigado a restringir importações por motivos de balança de pagamentos em contraposição a motivos proteccionistas, sofreu inflação em grande escala.

Não resta dúvida de que um regime de comércio livre universal, longe de levar os seus participantes a um mesmo nível ou nível semelhante de bem-estar económico (como o sugere a teoria clássica de custos comparativos), tende a acentuar as dife-

mas um sistema combinado de protecção nas importações e subsídio nas exportações é preferível à protecção isolada, uma vez que serve para compensar o efeito adverso do proteccionismo sobre os custos internos, não só no país como nos mercados estrangeiros.

Frequentemente, a desvalorização é vista como uma combinação de taxa fixa «ad valorem» sobre as importações e um equivalente subsídio «ad valorem» sobre as exportações. Contudo, a desvalorização aplica-se a todas as importações e exportações; não permite a adaptação da estrutura existente de custos internos necessária para tornar certas mercadorias nacionais competitivas com mercadorias estrangeiras. O principal obstáculo à industrialização nos países em desenvolvimento não é que os seus custos sejam, quase sempre, demasiado altos (embora isto também possa ser verdade), e sim que os seus custos de produção de manufaturados são altos em relação aos custos

ou temperado, ou produtos de mineração) se tenham desvalorizado consideravelmente em relação aos preços mundiais, expressos em termos de moeda local à taxa de câmbio em vigor.

Uma vez que o principal elemento dos custos (ou da parcela destes que entra no «valor acrescentado» pelas operações internas) é o custo da mão-de-obra, isto significa que pode ser necessário um ajuste geral da taxa de câmbio se, e somente se, o custo de mão-de-obra por unidade de produção (inclusive certa margem de lucro) de um principal produto de exportação do país exceder o seu preço no mercado mundial à taxa de câmbio oficial. Quando a moeda de um país se supervaloriza de tal forma, talvez nenhuma medida de protecção à indústria seja capaz de evitar uma erosão do potencial de exportar produtos primários.

Tem-se dito, muitas vezes, que a relação preço-custo no sector primário não é importante do ponto de vista das exportações de um país e, portanto, não justifica uma desvalorização geral. Isto se deve, em parte, ao facto de que a elasticidade doméstica da oferta de tais produtos é pequena e insensível a mudanças nos preços de exportação; e, em parte, também ao facto de que o preço de exportação será o mesmo em termos de moeda estrangeira, independentemente da taxa de câmbio, de sorte que a desvalorização não estimulará a procura mundial do produto. No entanto, tais posições tendem a ser verdadeiras somente dentro de certos limites. Sugere-se frequentemente, por exemplo, que a oferta de produtos agrícolas de exportação — especialmente de culturas arbóreas como o café, o cacau, etc. — é inteiramente inelástica a curto prazo, uma vez que qualquer aumento de produção pressupõe aumento da área de cultivo (ou pelo menos, do replante de árvores), que exige dado número de anos antes que possa resultar em aumento de produção. Contudo, o preço real recebido pelos agricultores pode cair de modo tão drástico que estes não achem que valha a pena colher toda a safra.

Mas é preciso que haja certeza de que a taxa cambial supervalorizada é a responsável pela redução da lucratividade no sector agrícola, antes que se possa concluir que a desvalorização resolverá o problema. Vários países africanos ao sul do Sara adoptaram políticas prejudiciais à produção de suas safras agrícolas de exportação e tiveram dificuldades no balanço de pagamentos, acarretando severa limitação de importações. Ocorreu também uma supervalorização geral de moedas em decorrência de elevadas taxas de inflação interna. Na maioria dos casos, porém, a inflação foi resultado de uma redistribuição da renda na direcção da população rural para a urbana, através da imposição de preços baixos para produtos agrícolas. Isto significava que o preço local vigente dos produtos agrícolas de exportação, entregues a uma comissão ou cooperativa de comercialização, era bem inferior ao equivalente em moeda local da renda líquida de exportação, mesmo à taxa cambial supervalorizada. Uma desvalorização teria, sem dúvida, aumentado a receita em

moeda local, mas não há garantia de que os aumentos beneficiariam os produtores, a não ser que houvesse um consenso político de que as tendências anteriores de distribuição de renda deveriam ser revertidas de modo a favorecer os agricultores.

Há outros casos, ainda, nos quais os critérios gerais para a desvalorização não chegam a ser adequados para defendê-la. O mais comum destes ocorre quando as dificuldades de balanço de pagamentos resultam de uma mudança desfavorável nos termos comerciais de um país, devido à superprodução mundial do seu principal produto de exportação em relação à demanda. A desvalorização, por parte de um país, não altera o preço mundial, da sua «commodity» de exportação, mas estimula a produção doméstica. Se todos os outros principais exportadores da mesma «commodity» desvalorizassem as suas respectivas moedas, a produção seria estimulada ainda mais, levando a uma maior deterioração dos termos comerciais. Em tais casos, as desvalorizações tendem a agravar os problemas dos países produtores.

Os declínios experimentados por vários países em desenvolvimento no decorrer da década de 70 — da ordem de 30% a 40% dos salários reais — foram excessivos e prejudiciais à ordem social e ao desenvolvimento. Em tais casos, o país deve ter o direito de explorar remédios que representem uma alternativa à desvalorização, tais como a limitação de importações não essenciais que possam não acarretar a mesma perda adicional de renda.

Geralmente, porém, verificar-se-á que essas grandes desvalorizações só ocorrem como resultado de inflação prolongada, geralmente devida a causas estruturais. Consequentemente, a desvalorização não pode oferecer uma solução duradoura, uma vez que não atacaria os factores subjacentes responsáveis pelo desequilíbrio externo.

Finalmente, no caso de exportadores de primários, qualquer desvalorização eficaz acarreta uma redistribuição de renda dentro do país, no sentido dos assalariados urbanos para os produtores rurais, uma vez que o primeiro grupo tende a sofrer mais, e o último a beneficiar-se, com o resultante aumento dos preços dos alimentos. Assim, a desvalorização gera fortes pressões no sentido de restabelecer a distribuição de renda anterior mediante um aumento dos salários urbanos, o que leva à inflação e tende a cancelar os benefícios da desvalorização. Trata-se de uma possibilidade que deve sempre ser levada em conta, por mais justificada que pareça, no papel, o ajuste da taxa cambial; ela indica que a necessidade básica é uma reforma social e política que envolva a criação de um consenso sobre a distribuição de renda. Isto evitaria o tipo de situação que surge no qual a capacidade de exportação de um país é prejudicada pela parcela de renda, indevidamente baixa, que toca aqueles cujos esforços são cruciais para a manutenção do equilíbrio externo.

Dois mil economistas de todo o mundo reúnem-se em Madrid

Cerca de dois mil economistas de todo o Mundo reunir-se-ão em Madrid, de 5 a 9 de Setembro, para debater soluções para a crise económica internacional.

A reunião acontece como consequência da realização do Sétimo Congresso Mundial de Economistas e terá por tema: «alteração estrutural, interdependência económica e desenvolvimento mundial».

Um porta-voz do Colégio de Economistas de Madrid, afirmou que esta reunião permitirá uma troca de investigações, conhecimentos e experiências entre economistas de todos os países sobre as preocupações básicas resultantes do Estado da economia mundial.

Nas sessões de trabalho, que contam com a participação de economistas como Milton Friedman, Mayer, Klien, Modigliano, Lewis, Pasinetti, e Prebisch, realizar-se-ão cinco mesas-redondas sobre aspectos concretos, 16 sessões especializadas e vários encontros paralelos às sessões oficiais.

O Congresso de Madrid, é o sétimo organizado pela Associação Internacional de Economistas (AIE) desde a sua fundação, em 1950, por acção do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO.

A AIE a que pertencem entidades de cinquenta países, realizou anteriormente os seus congressos em Roma (1956), Viena (1962), Montreal (1968), Budapeste (1974), Tóquio (1977) e México (1981).

renças entre países «ricos» e «pobres». Isto se deve ao facto de que somente os países industrialmente desenvolvidos são capazes de assegurar pleno emprego e uma alta renda real «per capita». Além disso, qualquer vantagem inicial do desenvolvimento industrial tende a ser ampliada, principalmente graças à existência de economias de escala na indústria de manufatura e às maiores receitas decorrentes do afundizado e da experiência em termos de melhor «know-how», comercialização e capacidade administrativa. Em consequência destes factores, qualquer país em processo de industrialização tende a enfrentar séria desvantagem na concordância com países industrialmente mais desenvolvidos, em termos de produtividade comparativa de homens e máquinas, bem como de certos factores alheios ao preço, tais como qualidade de projecto e confiabilidade técnica.

A protecção é essencial para a promoção da industrialização dos países em desenvolvimento,

de produzir «commodities» primárias. Consequentemente, a taxa cambial necessária para proteger adequadamente no mercado interno as manufaturas e prover incentivo adequado às exportações seria fortemente inflacionária em termos de alimentos e de outros produtos primários. Uma tal taxa cambial seria viável somente se o nível dos salários na manufatura, em termos de bens de subsistência (ou alimentos), pudessem ser reduzidos a um ponto em que a estrutura dos custos internos guardasse as mesmas relações existentes entre os preços mundiais.

Em prol da desvalorização geral?

A introdução de uma taxa dupla limitaria as desvalorizações gerais àqueles casos em que, em decorrência da inflação interna, o custo de produção das principais exportações de um país (quer sejam produtos agrícolas, alimentos de clima tropical

DESPORTO

Forte presença portuguesa no Campeonato do Mundo de atletismo em Helsínquia

A Federação Portuguesa de Atletismo anunciou a comitiva oficial portuguesa que estará presente nos Campeonatos do Mundo de Atletismo em Helsínquia.

Para os campeonatos, que se iniciam sábado, foram convocados os atletas Rosa Mota, Aurora Cunha, Rita Borralho, Fernando Mamede, Carlos Lopes, João Campos, António Leitão, Delfim Moreira, Cidário Caetano, e José Pinto.

Como técnicos viajam para Helsínquia os professores Moniz Pereira e Fonseca e Costa e os dirigentes Correia da Cunha e Manuel Viegas.

Helsínquia transforma-se domingo na capital do atletismo com a realização dos primeiros campeonatos mundiais da modalidade, em que participam 1.400 atletas de 161 países.

PELA primeira vez desde há 11 anos atletas de cinco continentes vão defrontar-se, lutar pela conquista de medalhas, tentar bater ou os seus próprios recordes ou os que estão na posse dos seus mais directos adversários.

Os melhores nas várias especialidades da modalidade vão estar presentes na capital finlandesa, para defender os títulos de recordistas do mundo que ostentam.

Grandes duelos se irão travar nestes campeonatos do Mundo de atletismo, mas os que mais atenção estão a despertar para já são os que se esperam das provas de velocidade e de meio fundo.

Também a maratona está a despertar grande interesse e o português Carlos Lopes é apontado como principal favorito à vitória, se ele sempre se decidir pela participação nesta prova, à qual está a dar prioridade, conforme afirmou muito recentemente.

Portugal poderá ainda sobressair nas provas dos 5.000 e 10.000 metros. Quanto ao primeiro caso, a representação portuguesa está a cargo de Fernando Mamede, onde este ano o seu melhor tempo foi de 13.21.39.

Em Helsínquia, Fernando Mamede terá como principais adversários o norte-americano Padilla (13.17.69) e o alemão federal Wessinghage (13.18.86).

Nos 10.000 metros, Portugal deverá estar representado por dois atletas: Fernando Mamede, que tem como melhor marca deste ano 27.25.13, e Carlos Lopes, com 27.23.44, se se decidir a par-

ticipar também nesta prova.

Como principais favoritos, figuram, além dos dois atletas portugueses, nomes como os de Prieto (27.32.46), Schildhauer (27.24.95), Kunze (27.30.69), Rose (27.31.19), Cova (27.37.59) e Jones (27.39.14).

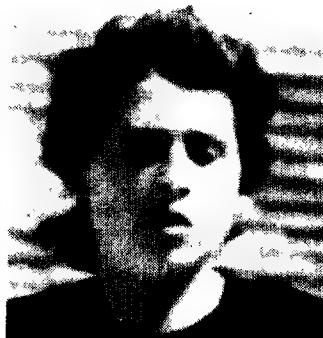
Voltando à maratona, Carlos Lopes, com a sua melhor marca deste ano em 2.08.39 horas, disfruta de um grande favoritismo, até porque Salazar (2.10.08) encontra-se em má forma e deverá estar ausente. Porém, terá que contar com adversários como de Castella (2.08.37), Seko (2.08.38) e Gomez (2.09.12).

Nas restantes provas destes campeonatos mundiais, as atenções centram-se especialmente no norte-americano Carl Lewis, que irá participar nas provas dos 100 metros, dos 4x100 metros e no salto em comprimento.

Embora Carl Lewis seja também um especialista dos 200 metros (19.75), é muito provável que renuncie a esta prova para se dedicar completamente às outras três, a fim de, como prometeu, estabelecer novos recordes mundiais.

Nos 100 metros, o favoritismo divide-se entre Lewis (9.97) e Smith, o novo recordista do Mundo nesta especialidade, com o tempo de 9.93, marca alcançada este ano no decorrer das provas disputadas em Indianapolis (Estados Unidos).

Nos 200 metros, Smith tem sido um pouco mais lento e, caso se confirme a renúncia de Lewis, o favoritismo vai para o italiano Mennea, que regressou às competições e detém ainda o recorde mundial, com a



Rosa Mota, Aurora Cunha, Rita Borralho, Fernando Mamede, Carlos Lopes e João Campos na «embaixada» portuguesa

marca de 19.72.

Este ano, Mennea tem como melhor marca 20.29, enquanto o norte-americano Larry Myricks, outro dos participantes, já alcançou a marca de 20.3 segundos.

O alemão federal Skamrahl estabeleceu, recentemente, novo recorde da Europa nos 400 metros, com o tempo de 44.50, e irá bater-se em Helsínquia com o jamaicano Cameron (44.62) — que é principal favorito — e ainda com McKenley (44.62), Uti (44.92), Nix (45.29) e Tabron (45.84).

Nos 800 metros, onde não participa o britânico Ovett, vencedor nos Jogos Olímpicos de

Moscovo, nem o seu compatriota Sebastian Coe (doente), surgem como candidatos ao título nos nomes como os do brasileiro Cruz (1.44.4), o marroquino Aouita (1.44.38), o queniano Koskei (1.44.40) e o veterano cubano Juantorena (1.44.00).

Nos 1500 metros, Aouita será também um adversário incómodo para Ovett, que tem o tempo de 3.33.81 como melhor marca deste ano, contra 3.32.54 do atleta marroquino. José Luis Gonzalez possui o terceiro melhor tempo mundial da temporada (3.33.93) e, juntamente com Scott (3.35.20) e Abascal (3.35.67), é apontado

como um candidato às finais.

Nos 110 metros-barreiras, a vitória deverá ser decidida entre os norte-americanos Foster (13.11), Turner (13.17) e Campbell (13.32), pese embora a boa marca do finlandês Bryggare (13.45).

No que toca aos 400 metros-barreiras, o norte-americano Edwin Moses (47.48), apesar de ter estado inactivo durante um ano, continua a ser o melhor e não deverá dar hipóteses a ninguém, pois os seus mais directos adversários encontram-se, mesmo assim, a alguma distância, como é o caso de Schmid (48.66).

Nos 3000 metros obstáculos surge um outro norte-americano como o principal favorito, Marsh (8.17.39), que irá ter na pista o seu eterno adversário Maminski (8.18.8) e, ainda, o queniano Tuwei (8.18.22) e o finlandês Ekblom (8.19.40).

No salto em altura surge a grande revelação chinesa: Zhu, recordista mundial com a marca de 2.37 metros, que vai competir pela primeira vez fora das fronteiras do seu país. Esta temporada, cinco atletas conseguiram, no entanto, ultrapassar a barreira dos 2.30 metros e têm agora a oportunidade de medir forças com o chinês.

No salto à vara, o francês Vigneron (5.77 metros) decerto que também irá sofrer os ataques dos atletas norte-americanos, principalmente por parte de Buckingham (5.76). Além disso, também lá estarão o soviético Bogatyjow (5.74) e o polaco Kozakiewicz (5.70).

No salto em comprimento, a estrela é o norte-americano Carl Lewis (8.79 metros) e parece estar disposto a bater o recorde mundial estabelecido em 1968 por Bob Beamon. Grimes (8.39) e Beskrownij (8.28) ainda são somente promessas ao pé do norte-americano.

No triplo salto, os soviéticos Grischtschenkow (17.55 metros) e Beskrownij (17.53) são os atletas que se apresentam como sucessores de Saneev. Nesta prova surge, porém, o australiano Lorrway (17.53) como uma das grandes promessas, embora o seu país não tenha grandes tradições nesta especialidade.

Nas provas femininas também haverá algumas estrelas, tais como Ashford (10.79) e Gohr (10.81) nos 100 metros, Koch (21.82) nos 200 metros e Kratochvilova (48.82 e 1.53.28) nos 400 e 800 metros.

Nos 1500 metros femininos há a destacar os nomes de Agletdinova (3.59.31) e Decker (3.59.93). Esta última atleta é também uma das favoritas nos 3000 metros, com o tempo de 8.383, enquanto nos 100 metros-barreiras surgem Jahn (12.42) e Sagorstcheva (12.49).

No salto em altura participam três atletas com a marca de 2 metros: Bykova, Ritter e Meyfarth.

No salto em comprimento a favorita é a romena Cusmir (7.43 metros).

Futebol italiano:

Clubes criam verdadeira "legião estrangeira"

OS donos dos influentes clubes italianos de futebol desenvolveram, em vésperas da nova época, intensos contactos com vista à contratação de alguns dos melhores jogadores dos mais diversos países, sobretudo do Brasil.

A maior transferência foi efectuada pelos dirigentes do Udinese, tendo assinado um contrato com Zico, melhor médio da selecção brasileira.

Não se atrasaram do Udinese os donos do Roma, actual campeão de Itália. Depois de dois meses de renhidas conversações, os dirigentes deste clube conseguiram prorrogar por mais um ano o contrato com o brasileiro Falcão e, além disso, compraram um outro jogador da selecção brasileira, Toninho Ce-

rezo.

De acordo com os especialistas locais, o Roma tem, neste momento, a mais forte linha média da Europa e, com aquele reforço, a direcção romana deu claramente a entender que tem firmes propósitos de vencer a próxima Taça dos Campeões Europeus.

O conhecido ex-jogador da selecção italiana Chinaglia encaixou o clube Lazio, que acabou de subir da segunda divisão.

A partir da próxima temporada, exibir-se-ão no Lazio, Baglioni e Laudrup, jogadores das seleções nacionais, respectivamente, do Brasil e da Dinamarca.

O número de jogadores brasileiros nas formações dos clubes italianos é de um total de dez. Entre os restantes representan-

tes da legião estrangeira, há que destacar dois jogadores do Milão, Geretz, melhor defesa belga, e Blisset, um dos mais talentosos futebolistas ingleses.

Quando a Federação Italiana de Futebol soube a quantidade de jogadores estrangeiros adquiridos, tentou fazer uma série de limitações.

O seu presidente, Federico Sordillo, acusou os donos dos clubes de terem prejudicado bastante o futebol italiano.

«Penso que cometemos um erro o ano passado, ao permitir a inscrição de dois estrangeiros por cada clube. Depois do mundial de Espanha, a selecção não venceu um único jogo e está praticamente eliminada do Europeu, facto que se deve ao relevante papel dos jogadores estrangei-

ros no nosso futebol», acentuou Sordillo.

Para o presidente da Federação Italiana, o futebol transalpino «ficará numa situação bastante difícil caso as coisas permaneçam como até aqui».

A Federação Italiana combateu, durante longo tempo, a invasão da legião estrangeira.

Mas os dirigentes dos clubes solicitaram que o Comité Olímpico Nacional, principal órgão desportivo do país, resolvesse este litígio.

O Comité acabou por apoiar, numa audiência extraordinária, os dirigentes dos clubes e, certamente, a selecção italiana irá continuar a sofrer os efeitos desta invasão de futebolistas estrangeiros pagos com verdadeiras fortunas.

Barreirense prepara a nova época futebolística

Com vista à nova época futebolística, o Barreirense, iniciou já a preparação dos seus futebolistas. O popular clube do Barreiro, contratou os serviços do treinador Peres Bandeira, e do prof. José Palaio (treinador adjunto) e conta com um «plantel» de 22 jogadores para disputar a Zona Sul, da 2.ª divisão.

Dos jogadores da época finda, ficaram: Neno, Álvaro, Zé Tó, Luís Costa, Couceiro, Hilário, Paulo Jorge, Rogério, Rufino, e Luís Filipe.

Como aquisições, já certas, figuram: Lima, ex-Belenenses, Manuel, ex-

-Sacavenense, Nico e Nelson, ex-Amora, Luís Horta, ex-Académico, Mário Gomes, ex-Olhansense, Galvanito, ex-Torriense, e José Águas, ex-Olhansense.

Foram promovidos os juniores: Crenho, Ricardo e Tapadinha. Não renovaram contratos, os seguintes jogadores: Boca, Laia, João Manuel, Leonel, Almeida, Beto, Albertino, Bogalho, Nando, José Luís, Garcês, Nunes, Torres, Nuno, Ratânio e Serra.

Fazendo parte dos planos de preparação, estão assegurados, jogos como a selecção do Kuwait, Sporting, e Vitória de Setúbal.



Carlos do Carmo na Polygram até 1989

Carlos do Carmo acaba de assinar com a Polygram um novo contrato que o ligará a esta editora até Dezembro de 1989. Ainda durante o corrente ano será editado o seu novo álbum «Um Homem no País», que posteriormente será lançado em toda a Europa sob a forma de «compact disc» durante o ano de 1984.

Na foto, Carlos do Carmo, acompanhado por Rodrigo Marin, administrador-delegado da Polygram.

Próximo espectáculo do Teatro Estúdio de Lisboa

No Teatro Vasco Santana, a Companhia Teatro-Estúdio de Lisboa, prepara em adiantada fase de ensaios aquele que será o seu último espectáculo da presente temporada. Trata-se da peça «Tudo Acabado», de Edward Albee, o mais importante autor teatral norte-americano surgido após Tennessee Williams e Arthur Miller, conhecido do público lisboeta, porquanto já peças suas foram representadas entre nós, algumas com assinalável êxito, como «Quem Tem Medo de Virgínia Woolf», «Equilíbrio Instável» e «Zoo Story».

Do elenco constituído para este espectáculo, que conta com cenário de Fernando Filipe e encenação de Luzia Maria Martins, a partir do texto traduzido por Valentina Trigo de Sousa, destaca-se o regresso ao Vasco Santana das actrizes Anna Paula e Adelaide João, para além de Helena Félix, Laurinda Ferreira, José Brás e Jorge Sequerra.



Lena d'Água no Festival “Ténis e Rock”

Sob a designação «Ténis & Rock», vai realizar-se um festival que reúne grandes especialistas de ténis, nacionais e estrangeiros e ainda nomes conhecidos da música.

Hoje, na Praça de Touros de

Cascais, terá lugar um espectáculo musical em que a atracção é Lena d'Água. O começo desta apresentação da cantora está marcada para as 24 horas, depois das primeiras finais a que se candidatam os tenistas Nastase, Pedro Cordeiro, Panatta e Pecci.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É D I T O S

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/4275, arquivo 688, para o estabelecimento na freguesia de S. Pedro e concelho de Palmela, de uma linha a 30 KV [RA30-2-42 DSSTB (Machadas de Cima, STB-274)] com 28 m, do poste n.º 29 da linha LI 30-2 S. Sebastião — Coíma ao PT n.º STB-274 Machadas de Cima do Centros de Distribuição de Setúbal.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 22 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É D I T O S

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Castelo Branco, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo a que se refere o processo n.º 1/2336, arquivo 95, para o estabelecimento na freguesia de Santo André das Tojeiras, concelho de Castelo Branco, de uma linha aérea a 30 KW com 3271 metros, do poste n.º 25 da linha para o PT de Gaviãozinho, ao posto de transformação de Vale Coelheiro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 20 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes

O SOLDADO DAS SOMBRAS

Um filme que trata da mesma maneira
a espionagem e o amor!

DE BUDAPEST



le petit soldat

Um filme de JEAN-LUC GODARD

ANNA KARINA • MICHEL SUBÖR

quocine 2.ª SEMANA

DOPERFILME

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

um S/marginal

um filme de
José de Sá Caetano

com:

Sinde Filipe • Françoise Ariel
Diogo Dória • Joaquim Leitão
João Lagarto • Rui Morrison
Arthur Schmidt • Furico da Fonseca



Distribuição: Filmefilmes



HOJE ESTREIA

Não acons. menores 13 anos

FILME DE QUALIDADE

“Alsino e o Condor” custou 60 mil dólares

A película nicaraguana «Alsino e o Condor», que ganhou a medalha de ouro do festival de cinema custou apenas 60 mil dólares (cerca de 7200 contos), revelou o realizador, o chileno Miguel Littin.

A propósito do prémio, o mais importante que já obteve na sua carreira de cineasta, depois da nomeação para o Oscar para o melhor filme estrangeiro, Littin observou, que se não fosse «a desinteressada cooperação do exército e do povo da Nicarágua», não teria podido filmar «Alsino e o Condor».

«Foi uma coprodução entre a Nicarágua, México, Costa Rica e Cuba, que entraram com modestas somas em dinheiro para produção, e na qual os actores intervieram sem cobrar qualquer honorário», assinalou.

Obrigado a abandonar o seu país natal depois da queda do governo de Salvador Allende, em 1977, Littin prosseguiu a sua carreira artística no estrangeiro com obras como «A Viúva de Montiel» e «O Recurso do Método», baseadas, respectivamente, num conto de Gabriel Garcia Marquez e no romance anónimo de Alejo Carpentier.

A sua fama estendeu-se de Hollywood a Moscovo graças a «Alsino e o Condor», que disputou o Oscar para a melhor película estrangeira com a vencedora «Volver a Empezar» (espanhola) e na qual, por meio do relato de uma criança, se fala de uma intervenção militar na América Central.

«O meu cinema é comprometido e, ideologicamente, de esquerda», afirma Littin.

Depois de assinalar, que o filme foi feito em condições muito difíceis, nas montanhas da Nicarágua, por vezes sem água, o realizador, de 40 anos, observa: «O cinema não é apenas um produto de consumo, é uma expressão artística, política e humana, que está intimamente ligada às lutas populares de libertação».

Desde a sua primeira película, «Companero Presidente», um documentário sobre Allende, Littin procura «traduzir» em cinema as suas ideias.

David Niven escritor

O actor David Niven, falecido sexta-feira na Suíça com 73 anos, estava a escrever um romance, informou o seu agente literário.

Há uma semana, Niven contactara o agente, para lhe comunicar, que estava a escrever o livro a um ritmo de entre 200 e 300 palavras por dia, e que pensava ter o original pronto em Novembro.

Esta teria sido a terceira obra literária do actor. As duas anteriores, de carácter autobiográfico, foram, «The Moon's a Balloon» e «Bring on the Empty Horses», publicadas nos anos 70, e de que foram vendidos cerca de dez milhões de exemplares.

UNESCO concede apoio

A UNESCO concedeu 20 mil dólares para a elaboração de um dicionário e uma gramática Quechua, anunciaram fontes da organização.

O embaixador permanente do Peru na UNESCO, Luis Filipe Alarcon, recebeu a contribuição em nome da «Academia Peruana da Língua Quechua», sediada em Cuzco.

O referido montante foi solicitado pela delegação peruana no âmbito do programa de participação regional.

munoz & sampayo

7

Alack Silver em

Constâncio e Manolo



ÚLTIMO COMBOIO



canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

RTP no papo da TV Globo?

Aquilo continua a chamar-se «O Tempo dos Mais Novos». Deprime-se que seja uma rubrica da responsabilidade do sector da programação infantil.

Mas será?

Mas haverá mesmo ainda Departamento da Programação Infantil?

Tudo muito nebuloso. Tudo incerto. Certa, esta realidade: aos pequeninos telespectadores oferece a RTP um programa de morte, de calafrio, de inaudita e estúpida violência, a Terra ameaçada por um grupo que domina todo o Espaço (!) menos o Sistema Solar, máquinas sofisticadas de destruição, o temível Raio Duplo, e a pobre da Secretaria de Defesa Terrestre à rasca para enfrentar o Grupo Gelmar.

O episódio termina quando falta uma hora para se ficar a saber se a Terra será ou não destruída. Suspense. Hoje ficará tudo esclarecido.

De qualquer modo, uma noite de pesadelos ninguém tirará a muitas crianças. A Internacional do Terror (que tem na RTP um dos seus preciosos terminais) instala-se nas nossas casas.

Defende-te.

Os números

Era um programa sobre a indústria automobilística estabelecida em Portugal. Uma daquelas situações em que nunca se

sabe onde começa e acaba a publicidade, o frete, o serviço. E também a mentalização, a guerra dos complexos condicionados.

Evidentemente, quando se entrevistam diversos empresários cada qual procura puxar a brasa à sua sardinha. Não deixa de ser estranho como, em matéria de tamanho melindre, apenas sejam ouvidos os interesses e nunca outros mais isentos conhecidos do fenómeno e menos atingidos pelo circuito da produção.

Aliás, na TV alinha-se pela exposição (de origem oficial) em detrimento da discussão. Tudo se passa como se não vivéssemos numa democracia de sociedade dividida em classes, pois informação pluralista é coisa que não existe nesta Televisão. Vigora o mais rigoroso singulário.

Atente-se na informação sobre as empresas nacionalizadas incluída no Telegiornal. Apontaram-se números. São verdadeiros? Como sabemos, se não foram sujeitos a interpretação contraditória?

A doença e a cortina

O Telegiornal referiu uma nova doença, a SIDA. Alguns casos nos Estados Unidos, em França, parece que um detectado em Portugal. O dr. António Pedro

Franco vem aconselhar moderação no tratamento da notícia mas já o Telegiornal fizera soar as trombetas do alarismo, como se o mundo fosse acabar. Crespo, em «off», parecia noticiar a chegada dos marcanos.

Claro que silenciar uma realidade não se aconselha. Mas sensacionalizá-la também não. Depois, há prioridades. Que diabo, será que o fantasma do SIDA merece dez minutos de tratamento (cerca de um terço da área total) num País onde outras questões têm muito mais a ver com a nossa realidade? Não seria prioritária, por exemplo, a informação sobre as doenças venéreas, a tuberculose, os males que por aí vão grassando por deficiências de vitaminas e proteínas na alimentação?

Tudo se passa como se o ex-agero do SIDA funcionasse apenas como uma cortina de medo para fazer esquecer uma realidade bem mais próxima e mais terrível...

A tentação

Primeiro episódio de uma história brasileira em 17 episódios. «Avenida Paulista», assim é sua graça, transporta-nos ao mundo da alta finança, que o mesmo é dizer, ao coração da selva.

Enfim, valha-nos a produção brasileira para termos o prazer de ver uma história em português. Também logo a seguir ao

almoço (ou em conflito com ele) outra história brasileira, esta de longo curso, atrai a grande audiência possível àquela hora. Depois de termos assistido a uma outra, de muitos méritos, felizmente repetida à noite, embora no segundo canal: **Parabéns Pravocé.**

A tentação da obra feita é grande. Temo que, a breve prazo, estejamos, por inteiro, no papo da TV Globo. Não queira Deus que tal suceda. Nem dessa, nem doutra. Ao nosso país apenas interessa, no essencial, uma Televisão: a portuguesa. Ou teremos essa ou não valerá a pena ter mais nenhuma. Por muita qualidade que os programas hajam.

Falaremos com mais vagar desta **Avenida Paulista**. Talvez seja até — quem sabe! — uma excelente oportunidade para falarmos dos «encantos» e dos espantos de uma banca privada...

Para já, atentemos naquela figura do jovem financeiro preparado para assumir importantes cargos no sector bancário. Eu conheço um, tal qual. Entre nós. Caramba, olhem que até no físico são parecidos. Até em certos pormenores da vida familiar...

Lá a continuação da história, não sei. Pode ser igual, pode ser diferente. Mas lá que há coincidências demoníacas, isso há.

Quando se escreverá a «Avenida Lisboa»?

Hoje



O actor Glen Ford, um dos principais intérpretes do filme «Os 4 Cavaleiros do Apocalipse», que se exhibe na RTP-1

- 15.10 **Matinée das 3 e 1/2** — «Totó na Lua».
 16.50 **Do Paleolítico ao Romano** — 5.º episódio.
 17.10 **«O Bosque das Aventuras»** — 5.º episódio.
 17.50 **Sumário**
 18.00 **Tempo dos Mais Novos**
 19.25 **Curso de Línguas** — Português.
 18.55 **Respublica** — Oliveira de Azeméis.
 19.30 **Telegiornal**
 20.30 **Telenovela** — «Origens».
 21.05 **Noite de Cinema** — «Os 4 Cavaleiros do Apocalipse». Intérpretes: Glenn Ford, Ingrid Thulin, Charles Boyer, Lee J. Cobb, Paul Henreid, Paul Lukas, Yvette Mimieux e Karl Boehm. Realizador: Vincent Minnelli.
 23.45 **Último Jornal**



A RTP-2 apresenta, esta noite, o 16.º episódio de «O Mordomo Ideal»



- 19.02 **TV/2 Notícias**
 19.15 **Desenhos Animados**
 19.35 **Animais do Mundo**
 20.05 **«O Mordomo Ideal»** — 16.º episódio.
 20.30 **Páre, Escute e Olhe** — 1.º episódio.
 21.00 **Contos Fantásticos** — «O Visconde». Realização: Noémia Delgado.
 22.00 **Jornal da Noite**
 22.20 **«Erros Judiciais»** — 3.º programa. Realização: Jean Haviro.

Amanhã



13.00: Desenhos Animados; 13.30: Jornal da Tarde; 13.55: «Pal Herói»; 14.40: Férias em Ritmo; 15.05: «Verão Azul»; 15.50: Aves Migratórias; 16.10: «Reviver o Passado em Brideshead»; 17.50: Sumário; 18.00: Tempo dos Mais Novos; 18.20: Curso de Línguas — Inglês; 18.55: Autovisão; 19.30: Telegiornal; 20.30: «Origens»; 21.05: «A Balada de Hill Street»; 22.00: Festival de San Remo — 2.ª parte; 23.00: Último Jornal.

13.00: Teletexto; 19.00: TV/2 Notícias; 19.15: Desenhos Animados; 19.35: Som de... — Roberto Araújo; 20.30: África/80; 21.00: Programa Musical; 22.00: Jornal da Noite; 22.20: «Erros Judiciais».

GRUNDIG

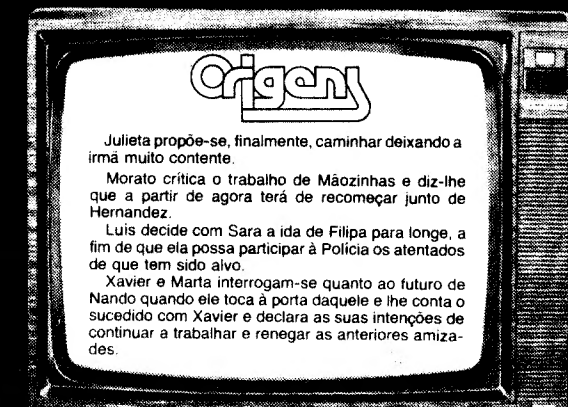
a segurança de um grande nome seleccionou para si...



«Os 4 Cavaleiros do Apocalipse» (21.05)



«O Visconde» (21.00)



Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO
 Rua Bento Jesus Caraca 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
 SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É D I T O S

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/1943, arquivo 3861, para o estabelecimento na freguesia de Estombar, concelho de Lagoa, de uma linha aérea a 15 KV com 444 metros, do poste n.º 23, da linha Lagoa-Ferragudo, ao posto de transformação provisório n.º 2 do Calvário.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 26 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes

MARIA DA CONCEIÇÃO
FALECEU

A DIRECÇÃO E COMANDO DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LISBOA (1.ª Secção) cumprem o doloroso dever de participar o falecimento da mãe do seu Presidente da Direcção e Comandante Honorário Sr. Jaime Alves Baptista.

O corpo encontra-se em câmara ardente a partir das 10 horas do dia 3 na Igreja da Encarnação (ao Chiado) realizando-se o funeral pelas 10.30, de quinta-feira dia 4 para o cemitério do Alto de S. João.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
 SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É D I T O S

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º PT/5965-1/1, arquivo 9, para o estabelecimento no concelho de Sintra, de uma linha mista a 10 KV, n.º 1097/R-8, com 139 m, parte aérea com 114 m, parte subterrânea com 25 m, do poste n.º 24 da linha n.º 1097 ao PTS n.º 5965.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 13 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
 SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

É D I T O S

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º 1/2714, arquivo 95, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Castelo Branco, de uma linha aérea a 30 KV, com 219 m do apoio n.º 14 da linha para o P.T. da Taberna Seca ao P.T. n.º 1090 de Ribeiro da Seta.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 22 de Julho de 1983

O ENGENHEIRO DIRECTOR,

João Carlos Oudinot Larcher Nunes



roteiro cultural

Música

Os Solistas de Sófia, sob a direcção de Emile Tabakov, realizam hoje, às 21.30, na Igreja dos Salesianos do Estoril, um concerto integrado no Festival de Música da Costa do Sol. Do programa fazem parte obras de Jean-Philippe Rameau, cujo 3.º centenário do nascimento passa este ano, Gabrieli, Mozart e Benjamin Britten.

O organista Pieter Ven Dijk toca no próximo sábado, em Óbidos, na Igreja de Santa Maria, por iniciativa do município local, com o apoio da Fundação Gulbenkian.

António Vitorino de Almeida e Paulo Vaz de Carvalho conduzem no próximo sábado, às 21.30, no castelo de Montemor-o-Velho, uma «conversa musical», integrada no ciclo de teatro que ali decorre, promovido pelo grupo amador local, Citec.

Folclore

No próximo fim-de-semana, a 6 de Agosto, as ruas do Fundão terão de novo o movimento desusado dos grandes dias, com a realização do V Festival Internacional de Folclore da Beira Baixa. A partir das 17 horas, irão desfilar pela Avenida da Liberdade e outras artérias onze agrupamentos folclóricos. À noite, pelas 21.30, no Parque Desportivo, no recinto da piscina, terá lugar o espectáculo. Participam os grupos «Lykeion», da Grécia, «Punjab



Um dos kimonos expostos por Pura Oliveira e Manuel Abreu no Penedo (Colares)

Group», da Índia, e «Trachten und Heimatverein», da Alemanha. De entre os grupos nacionais, a maior atracção irá para os consagrados grupos de Cidacos, de São Cosme de Gondomar e Sargaceiros da Apúlia, além do ineditismo dos açorianos, o Grupo de Baile e da Canção Regional Terceirense. Completarão o programa os ranchos de Arzila (Coimbra), Rosas do Lena (Batalha) e Folgozinho (Gouveia), além do de Silvares.

Exposições

O Museu/Mosteiro da Batalha tem em projecção para o público programas audiovisuais, constituídos por diaporamas sobre temas relacionados com o Mosteiro, com a época medieval e com actividades temporárias aí a decorrerem (exposições de escultura e arquitectura do século XV). As projecções realizam-se todas as terças, quintas e sextas-feiras a partir das 14.30; aos sábados e domingos a partir das 10 horas.

Kimono não é só uma indumentária de interior (significa em japonês peça de roupa). De formas e usos diferentes (yucata, hippari), o modelo era tradicionalmente destinado a homem ou mulher. Pegando em modelos tradicionais japoneses, dois artesãos habituados a trabalhar a seda, expõem kimonos no Penedo (Colares), na Galeria de Divulgação de Artesanato Contemporâneo. São eles Pura Oliveira e Manuel Abreu, e a exposição está

aberta ao público até ao próximo dia 13, aos sábados e domingos, das 11 às 19 horas.

O Centro de Arte Moderna da Gulbenkian já está aberto, com entradas ao módico preço de 20 escudos. A principal colecção é consagrada à arte portuguesa, com obras desde 1911, enquanto as outras cobrem a pintura e a escultura estrangeiras, o desenho, a gravura e os livros. Na sala de exposições temporárias está presentemente patente uma mostra de Amadeo de Souza Cardoso. O Centro pode ser visitado no seguinte horário: sábados e quartas-feiras, das 14.30 às 19.30; nos outros dias das 10 às 17; encerra à 2.ª feira.

A colectiva «25 anos ao serviço da arte e da cultura», patente no Casino Estoril, encerra no próximo domingo. Reunindo obras de algumas dezenas de artistas nacionais e estrangeiros, a exposição constitui um balanço da actividade daquela empresa de turismo nos campos da arte e da cultura, podendo ser visitada todos os dias, das 15 às 24 horas.

Cinema

Boas fitas para ver em Lisboa: no Quarteto, «Que Viva México», de Eisenstein, «Ladrões de Bicicletas», de Vittorio de Sica, e «O Soldado das Sombras», de Jean-Luc Goddard; no Apolo 70, «Chinatown», de Roman Polanski; no Castil, «O Leopardo», de Visconti; no Londres, «O Rei da Comédia», de Scorsese.

RESTAURANTE

Aberto todos os dias, incluindo sábado e domingo, almoço e jantar, com excepção de segunda-feira, dia em que está encerrado.

BEIÇANA

Peixe sempre muito fresco, ameihoa, mexilhão, carne muito boa, um serviço cuidado e familiar, cozinha portuguesa e francesa, preços módicos.

TRAVESSA DA ÁGUA DA FLOR, 36
(ao Bairro Alto — Tel. 32 59 24)

rádio

Antena Um

16.00: Batida de limão; 17.00: Zghibz; 18.30: Informativo de trânsito; 18.45: Catequese semanal, do Papa João Paulo II; 19.00: Informação e música; 20.00: O espaço é seu; 21.00: Toda a gente é pessoa; 21.30: Viva a noite; 23.30: Último jornal. Notícias intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas.

Programa 2

16.00: Música de teclado de autores portugueses; 17.00: O canto e os seus intérpretes; 18.05: Cultorando; 19.30: Extractos sinfónicos da oratória «A Torre de Babel», de René Barbier; 20.15: A voz de Roma; 20.30: Duas suites para orquestra, de Georges Bizet; 21.00: Encontro com o dramaturgo e romancista Romeu Correia; 22.00: Concerto pela Orquestra Sinfónica da RDP realizado no Teatro Maria Matos; 23.45: Intérpretes portugueses; 00.30: Sinfonia n.º 6, em ré menor, de Sibelius; 01.00: Fecho. Notícias de hora a hora.

Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matinée; 17.00: Rápido das cinco; 19.00: Musical; 20.00: Conta corrente; 20.30: Quando o telefone toca (3 edições); 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Programas religiosos; 23.30: 24.ª hora; 01.00: O passageiro da noite. Notícias de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 18.00: Círculo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Cinco estrelas; 21.00: Jazzofone; 22.00: Café concerto; 00.00: Dois pontos. Notícias de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Rede Nacional de OM e FM

15.00: Equipa da tarde; 18.00: Jornal das regiões; 18.30: Transmissão do terço; 19.00: Programa da LAR; 20.00: Horizonte; 21.00: Hora de música; 22.00: Ouvir e pensar; 23.00: Última hora; 23.55: Meditando. Notícias intercalares a todas as horas.

Rede Sul de FM

14.00: Duas vezes seis; 21.00: Quando o telefone toca; 21.30: Paju.

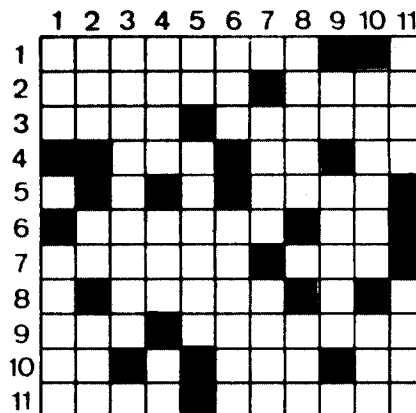
Tiragem média mensal do mês anterior: 42.150 exs.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 799

HORIZONTAIS:

- 1 Ave tropical.
- 2 Aceirar. Defraudar. (fig.)
- 3 Palmeira da Amazônia. Fábrica de louça de barro.
- 4 Cada uma das partes dissociadas pela corrente eléctrica. Espérea Resposta. Carta de jogar.
- 5 Tempo do verbo ir.
- 6 Ladra (Prov. transm). Manuscripto.
- 7 Máquina para trituração de certas substâncias. Venda a crédito.
- 8 Formiga vermelha do Brasil.
- 9 Atiço. Liquidava contas.
- 10 Háfnio ou célio (s.q.). Ofereci. Preposição.
- 11 Um dos Estados da América. Causar amuo a.



VERTICAIS:

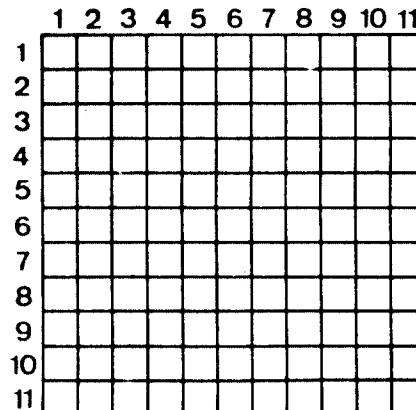
- 1 Progenitor. Artigo definido. Planta que produz grão panificável.
- 2 Fedor. Cobalto (s.q.). Divindade do feticismo africano representada por dois vasos.
- 3 Ave trepadora de cores variadas.
- 4 Jarro (planta). Ilha do estado da Baía. Medida japonesa igual a dois decilitros.
- 5 Gálio (s.q.). Abrigos (fig.).
- 6 Patrão. Doce de coco.
- 7 Grupo. Acolá.
- 8 Escavara. O mesmo que Dio.
- 9 Sufixo que designa estado. Inimiga (anti). Artigo definido (al). Artigo definido.
- 10 Desse mios. Ler.
- 11 Medianas. Reputação.

Resolheu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9651

HORIZONTAIS:

- 1 A Tailândia. Respeitar.
- 2 Estaca. Residido.
- 3 Que diz respeito a Plutão, deus dos inferos na mitologia grega.
- 4 Filtra. Cavaco. Nota musical.
- 5 Antigo emirado da Arábia, ao sul do Hejaz. Nome de três Estados da antiga Confederação germânica.
- 6 Em a. Antes de Cristo.
- 7 Unirem por casamento. Duas vogais desiguais.
- 8 Iridio (s.q.). O vencimento diário de um soldado.
- 9 Guarda segredo. Permaneceu.
- 10 Antigo Testamento. Frívolo. Jarro (planta).
- 11 Suplicais. Trituras.



VERTICAIS:

- 1 Catedral. Capitão (abrev). Erguer.
- 2 Obrigou a Vila e concelho do distrito de Portalegre.
- 3 Aplanar.
- 4 Ilha da Polinésia. Desbastava.
- 5 Alto ail Brisa. Nesse lugar.
- 6 Aguentaremos.
- 7 Avalia.
- 8 Cantigas. Habitam.
- 9 Tanto. Serviço Nacional (abrev). Rezo.
- 10 Preposição latina que designa movimento. Vê. Recuar.
- 11 Novela. Ósmio (s.q.).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 798

HORIZONTAIS:

- 1 QUANDO. DEUS.
- 2 Ungir. Co. Ru.
- 3 Uça. Amaia.
- 4 Ruão. As.
- 5 In. Taras. Ra.
- 6 Atribuísses.
- 7 Asna. Re.
- 8 Os. Arlassesm.
- 9 E. Cr. Ode.
- 10 Extrair. Ia.
- 11 Rau. Ramosos.

VERTICAIS:

- 1 Quería. QUER.
- 2 Nu. Untas. Xá.
- 3 ÁGUA. Rs. Itu.
- 4 Nicotina.
- 5 Dra. Abarcár.
- 6 Cru. FRIA.
- 7 Ca. Aira. Rm.
- 8 Domasses. Ao.
- 9 As. Sô.
- 10 Uri. REMÉDIO.
- 11 Suaras. Meãs.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9650

HORIZONTAIS:

- 1 Colossas. Sa.
- 2 Ópio. Oiaias.
- 3 Lar. Aviltas.
- 4 Olimpo. Aro.
- 5 Mão. Pá.
- 6 Serralho.
- 7 Oc. Restia.
- 8 Oral. Anina.
- 9 Aló. Chá.
- 10 V.º Calão. Tal.
- 11 Oreara. Urai.

VERTICAIS:

- 1 Colombo. Avó.
- 2 Opaia. Color.
- 3 Linos. Ro.
- 4 Oó. Era. Ca.
- 5 Aparelhar.
- 6 Sovo. Rs. La.
- 7 Ali. Patachu.
- 8 Sal. Alinhou.
- 9 Ita. Haia.
- 10 Saar. Ta.
- 11 Assoa. Sanai.

PROVERBIO: Quando Deus quer água fria é remédio.

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
Banco Fundado em 1864

BANCO CENTENÁRIO
UM BANCO MODERNO

COTAÇÕES DE NOTAS

	(Por unidade)	
	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	87\$15	93\$15
ALEMANHA FED (marco)	45\$20	46\$30
ÁUSTRIA (xelim)	6\$35	6\$55
BELGICA (franco)	2\$088	2\$288
BRASIL (cruzeiro)	\$070	\$170
CANADA (dólar - notas de 1 a 2)	97\$50	99\$50
(notas de 5 a 1000)	96\$00	100\$00
DINAMARCA (coroa)	12\$51	12\$95
ESPAÑA (peseta)	\$762	\$882
EUA (dólar - notas de 1 a 2)	120\$40	122\$40
(notas de 5 a 1000)	120\$90	122\$90
FINLÂNDIA (marca)	21\$20	21\$80
FRANÇA (franco)	15\$00	15\$70
HOLANDA (florim)	40\$45	21\$45
INGLATERRA (libra)	182\$75	186\$75
IRLÂNDIA (libra)	143\$45	147\$45
ITALIA (lira)	\$069	\$079
JAPÃO (iene)	\$467	\$502
NORUEGA (coroa)	16\$20	16\$70
SUÉCIA (coroa)	15\$40	16\$00
SUIÇA (franco)	56\$20	57\$30
VENEZUELA (bolivar)	6\$65	7\$65

Observações:

1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 5 por mil

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 Para Todos
TIM-TIM E O LAGO DOS TUBARÕES

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
 Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00
 N. ac. men. 18 anos
CHINATOWN
 Um filme de Roman Polanski
 3.ª semana

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - Int. men. 18 a.
EMMANUELLE, A ANTIVIRGEM
 9.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar
 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
 Não acons. a men. 13 anos
A CONTAGEM FINAL

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande
 Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
 Int. men. 13 anos
OS SALTEADORES DA ARCA PERDIDA
 3.ª semana

CASTIL 530194

Rua Castilho
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - N. ac. men. 13 a.
O LEOPARDO
 2.ª Semana

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (aq. Saldanha)
 Às 15.30, 18.00 e 21.30
 Int. men. 18 anos
A ROSA
 Às 24
GUERREIROS DE AÇO

CITY CINE 49999

R. Tomás Ribeiro, 34
 Às 15.00, 18.00 e 21.15
 6 anos
MÚSICA NO CORAÇÃO
 4.ª Semana
O LADRÃO PROFISSIONAL

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas
 Às 14.30, 16.45, 19.00, 21.30
 Para todos
E.T. O EXTRATERRESTRE
 54.ª semana
CONTRATO PARA MATAR

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15
 Às 14.15, 16.30, 21.30
 Não acons. men. 13 anos
O MISTÉRIO DA ILHA DOS MONSTROS

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2
 Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
 Para todos
SETE NOIVAS PARA SETE IRMÃOS
 c/Jane Powell - Howard Keel

2000 210055

Av. Bomb. Voluntários, lts. 113/4
 Às 15.30 e 21.30 - Int. men. 13 a.
O DIA DA MÃE

EDEN 320768

P. Restauradores, 21
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 - M. 16 a.
A VIOLAÇÃO

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 N. ac. men. 13 anos
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
 54.ª semana

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B
 Às 15.30, 18.30, 21.30
 N. ac. men. 18 anos
10 PARA A MEIA-NOITE

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
 15.00, 18.15, 21.30
O PADRINHO I
 c/Marlon Brando, Al Pacino, James Gaam

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
O REI DA COMÉDIA

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37
 Às 14.15, 16.30, 18.15, 21.30
 Não acons. men. 13 anos
A CORAGEM DE UM HOMEM
 Às 24.00
O REGRESSO DO ESPÍO

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
 Às 15.15, 18.15, 21.30
 N. ac. men. 18 anos
O DESAFIO DAS ÁGUIAS
 2.ª Semana

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 Para maiores de 18 anos
A CLASSE DE 1984
 2.ª semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
 Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30
 - M. 12 a.
LA BOUM 2

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20
 Às 15.15, 18.15 e 21.30
 - Int. men. 13 a.
VAMOS A ISTO RAPAZES

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109
 Às 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
 Int. men. 13 anos
OS INOCORRUPÍVEIS CONTRA A DROGA

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122
 Às 14, 16.30 e 21.30
 - Int. men. 13 a.
CHAMAVAM-LHE CALIFÓRNIA



«O Soldado das Sombras» de Jean-Luc Godard
 Um filme que trata da mesma maneira a espionagem e o amor! Em exibição no Quarteto

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16
SALA 1
 Às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00
 M. 13 anos
QUE VIVA MÉXICO
 Às 23.45
BRINCANDO COM A SORTE
SALA 2
 Às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00
 Para todos
LADROES DE BICICLETAS
 Às 23.45
VIAGENS ALUCINANTES
SALA 3
 Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15
AQUI HÁ GATO
 M. 13 anos
OS SELVAGENS DA NOITE
SALA 4
 Às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00
 M. 18 anos
O SOLDADO NAS SOMBRAS
 Às 23.30
RIO BRAVO

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N
 Às 15.30, 18.30, 21.30
 M. 18 anos
10 PARA A MEIA-NOITE
 2.ª Semana

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 Int. men. 18 a.
ZOMBIE, A MALDIÇÃO DOS MORTOS-VIVOS

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175
SALA 1
 Às 13.45, 17.30 e 21.15
 - N. ac. men. 13 a.
GANDHI
 18.ª semana
SALA 2
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 - Int. men. 13 a.
VICTOR, VICTORIA
 25.ª semana
SALA 3
 Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
 N. ac. men. 13 anos
KRAMER CONTRA KRAMER
 2.ª semana

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
 Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
 Int. men. 13 anos
A MELHOR CASA DE PRAZER DO TEXAS
 2.ª Semana

7.ª ARTE 730715

Av. República, à Est. de Entre Campos. Junto ao n.º 68
 Às 14.30, 17.00, 19.10, 21.30 e 23.45
 N. ac. men. 18 anos
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
 Às 14.00, 18.15, 21.30
 Maiores 12 anos
TENTACÕES IRRESISTÍVEIS
 4.ª semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio
 Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
 - N. ac. men. 13 a.
TOOTSIE, QUANDO ELE ERA ELA
 7.ª Semana

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
 Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
 Int. men. 13 anos
A MELHOR CASA DE PRAZER DO TEXAS
 2.ª semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
 Às 15.00, 18.15 e 21.30
 N. acons. men. 13 anos
O ESPÍO MAIS PERIGOSO DO MUNDO

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9
 Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
 - N. ac. men. 18 a.
ASSALTO A 13.ª ESQUADRA

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 — «A Classe de 1984», às 21.30 e 24 (18 anos)
ALFA-2 — «Os Três Dias do Condor», às 21.30 (13 anos)
ALFA-3 — «A Melhor Casa de Prazer do Texas», às 21.45 (13 anos)
RESTELO — «O Caçador», às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA — «Os Bombeiros do Sexo», Sessões permanentes, (18 anos)
ZODIACO — «1941 Ano Louco em Hollywood», às 21.30 (13 anos)
CAPITÓLIO — «Do que Elas Gostam», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
CINESTUDIO ACS — «Aventura e Aventura», às 21.30 (13 anos)
QUINTETO — «O Homem que veio do Espaço» 21.30 (18 anos)
ROYAL — «Sexo Louco», às 21.30 (18 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS — Stadium — «Duas Mulheres Apaixonadas», às 21.30 (18 anos)
PAÇO DE ARCOS — Chaplin — «O Último Tubarão», às 21.15 (13 anos)
OEIRAS — Oeiras-Cine — «Os Dois Missionários», às 21.15 (13 anos)
PARADEIRA — Royal-Cine — «Um Pendura dos Diablos», às 21.30 (13 anos)
ESTORIL — Casino — «A Diva e os Gangsters», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS — Impala — «Roadie», às 21.30 (13 anos)
CASCAIS — Oxford — «Scanners», às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

AMADORA — Cine-Plaza — «Líções Privadas», às 21.30 (18 anos)
AMADORA — Lido — «Os Canhões de San Sebastian», às 21.30 (13 anos)
AMADORA — Cinestúdio — «A Vida é uma Festa», às 21.30 (13 anos)
CACÉM — Cine-Estúdio Flores — «Brigada do Vício», às 21.30 (18 anos)
SINTRA — Carlos Manuel — «O Dia da Cobra», às 21.30 (18 anos)
ERICEIRA — Cinestúdio — «O Império Contra-Ataca», às 21.15 (13 anos)
SINTRA Carlos Manuel — «O Dia da Cobra», às 21.30 (18 anos)

Outra banda

ALMADA — Incrível — «All That Jazz», às 21.15 (13 anos)
ALMADA — Academia — «A Professora na Praia», às 21.15 (13 anos)
TRAFARIA — Pavilhão Jardim — «As Feiras de Santo Arcangelo», às 21.15 (18 anos)
ALMADA — Cine Estúdio — «007, Só Se Vive Duas Vezes», às 21.30 (18 anos)
COSTA DA CAPARICA — Slicine — «Os Deuses Devem Estar Loucos», às 21.30 (13 anos)

Porto

TERÇO — «O Mistério das Areias», às 21.30 (18 anos)
BEBÉ — «Bilbao», às 21.45 (18 anos)
PASSOS MANUEL — «O Caçador» às 21.30 (18 anos)
FOCO — «O Primeiro Amor», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT — «Loucamente Apaixonado», às 21.30 (6 anos)
PEDRO CEM — «Cassandra Grossing», às 21.30 (18 anos)
COLISEU — «Mandingo» às 21.30 (18 anos)
S. JOÃO — «História D'O» às 21.30 (18 anos)
BATALHA — «Medalhão do Mal» às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA — «A Mestre», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE — «Tootsie», às 21.30 (13 anos)
RAIONE — «Os Canhões de Navarone», às 21.30 (13 anos)
ÁGUA — «Perseguição do Anjo de Fogo» às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO — «Perfume de Mulher», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO — «Gardénia o Indomável», às 21.30 (18 anos)
JULIO DINIS — «Holocausto Canibal», às 21.30 (18 anos)
LUMIÈRE — «A esquadriha heroica» 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE — «A Primeira noite» 21.45 (13 anos)
RIVOLI — «A Grande paródia» 21.30 (6 anos)

Lisboa

PERMANENTE

ALCANTARA — Proibido, R. de Alcântara, 15-A-B (T. 638589); **ARCO CEGO** — CHILE: São Jorge, L. do Leão, 3-A-B (T. 534027); **AREIRO** — APEADEIRO: Nova Lisboa, R. Guilhermina Suggia, 12 (T. 887721); **ESTRELA**: Aurélio Rego, C. da Estrela, 139 (T. 661758); **GRAÇA**: Almeida Dias, L. da Graça, 38-39 (T. 862909); **LARGO DO CAMPO PEQUENO**: Miranda, L. Campo Pequeno, 36-B-C (T. 770776); **LUMIAR**: Central do Lumiar, Al. das Linhas de Torres, 254-B (T. 798063); **OLIVAIS VELHO**: Olival, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237); **PALHAVA**: Curie, Av. Madame Curie, 15-A (T. 778439); **SÃO JOSÉ** — TIVOLI: Fernandes, R. São José, 187 (T. 326476); **ALGÉS**: Dias & Saraiva, R. Major Afonso Pala, 19 (T. 2114487); **ODIVELAS**: Nabeis Vicente, R. A, lote 19-A loja, Urbanização Codivel (T. 9816803); **PONTINHA**: Leitão Ribeiro, R. A do Falcão, 3-A (T. 993912).

REFORÇO

ALAMEDA — FONTE LUMINOSA: Ibéria, R. Barão Sabrosa, 235-235-A (T. 888277); **ALVALADE**: Sanex, Av. da

teatros

Lisboa

ABC — «Todos tesos», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
VARIEDADES — «Há mas São Verdes», às 20.30 e 23.00 (18 anos)

Porto

CAMPO ALEGRE — Seiva Trupe — «Um Cálculo de Porto», às 21.45 (13 anos)
MODESTOS — «A Professora Margarida», às 21.45 (13 anos)

Outra banda

ALMADA — Cristo Rei, Av. Cristo Rei, 31-A (T. 2766498), Até às 22 horas;
COVA DA PIEDADE: Cerqueira, L. 5 de Outubro, 18 (T. 2750254), Permanente;
LARANJEIRO: Feljó, R. Borges Rego, 7, Feljó (T. 2290911), Até às 22 horas;
COSTA DA CAPARICA: Higienista, Av. da República, 23 (T. 2400020), Até às 19 horas;
SESIMBRA: Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471); **BARREIRO**: Higienista, R. D. Manuel I, 178 (T. 2073017), Permanente;
AMORA: Matos Lopes, R. 1.º de Maio, lote 401 (T. 2216355), Até às 22 horas;
SEIXAL: Central, E. Nacional, 9, Aldeia de Paio Pires (T. 2210365), Até às 22 horas;
MONTIJO: Higienista, R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370); **MOITA**: União Moiteira, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025); **ALHOS VEDROS**: Guimão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020); **ALCOCHETE**: Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137); **SETUBAL**: Bonfim, Av. Rodrigues Marinho, 12, Permanente; **Marques**, R. Arronches Junqueiro, 169, Até às 22 horas.

Linha de Cascais

TIRES: Guimarães, L. Duarte, lote A, r/c (T. 2441616), Até às 22 horas; **ALCABIDECHÉ**: Carvalho, B. João P. Correia, 40-B (T. 2690363), Até às 22 horas; **PORTO SALVO**: Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015), Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA**: Luz, Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS**: Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034), Permanente; **OEIRAS**: Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090), Até às 22 horas; **CARCAVELOS**: Central, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037), Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA**: Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085), Até às 22 horas; **PARADEIRA**: Brândão, Av. da República, 77-C (T. 2471054), Permanente; **MURTAL**: Primavera, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278), Até às 22 horas; **SASSOEIROS**: Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Até às 22 horas; **MADOREIRA**: Madeira, Até às 22 horas; **AMOREIRA**: Abrantes Vivenda Maria Carlos Anj. (T. 2682131), Até às 22 horas; **MONTES TORIL**: Ostende, R. de Espinho, 1 (T. 260391), Até às 22 horas; **CASCAIS**: A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214), Permanente.

Linha de Sintra

AMADORA: Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T. 974161), Permanente; **Helénica**, R. Elias Garcia, 372 (T. 933613), Até às 22 horas; **DAMAIA**: Confiança, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 9710231), Até às 22 horas; **QUELUZ**: Correia, L. do Mercado, 3 (T. 950906), Até às 22 horas; **CAMARATE**: Mendonça, Apeiação, Até às 19 horas; **CACÉM**: Araújo e Sá, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T. 9240781), Permanente; **ALQUEIRÃO**: Rodrigues Rato, R. dos Morais, 1 (T. 9212038), Permanente; **MERCÉS**:

farmácias

Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275), Até às 22 horas; **RINCHOA**: Cargaleiro Lourenço, Até às 22 horas; **SINTRA**: Simões, Estéfania (T. 9230932), Permanente; **COLARES**: Abreja (T. 9290089).

MOSCAVIDE: Santa Bárbara, R. Francisco M. Beato, 75-A (T. 2518918), Permanente; **SACAVEM**: Lourenço, R. Almirante Reis, 31 (T. 2518151), Até às 22 horas; **LOURES**: Saraiva, Av. da República, 86 (T. 2530027), Permanente.

Porto

REFORÇO
 Das 9 às 12 horas
 e das 14 às 22 h

PEREIRO — Rua da Preciosa, 35; **ORDEM DA TRINDADE** — Rua Heróis e Mártires de Angola; **CARNEIRO BARBOSA** — Rua da Firmeza, 99-A; **DA AREOSA** — Rua D. Afonso Henriques, 1/5, Areosa; **ALMEIDA** — Rua Castelo de Numão, 37.

De dia e toda a noite

HERCULANO — Rua Alexandre Herculanu, 384; **TERREIRO** — Rua da Reboleira, 21; **BARROS** — Rua do Bonjardim, 1292; **VITÓRIA** — Rua S. Roque da Lameira, 756; **MAIA** — Rua do Campo Alegre, 192.

Coimbra

CENTRAL — Rua da Sofia, 19-21 (Tel. 22089); **DIAS FERREIRA** — Bairro da Solum (Tel. 72120).

NAS PASSADEIRAS

Os peões e os condutores têm de respeitar a sinalização luminosa

DL

PORTE
PAGO

Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade
e Serviços Técnicos
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1426/82
Endereço Telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5
Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784

MARES DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR
10.32 3,2 m 4.01 1,6 m
23.10 3,2 m 16.39 1,7 m
Dia 4
11.51 3,3 m 5.14 1,6 m
24.29 3,3 m 17.55 1,5 m

TEMPERATURAS DO AR
AS 6 HORAS

VIANA DO CASTELO 12°
BRAGANÇA 11°
VILA REAL 14°
PORTO 13°
COIMBRA 13°
CABO CARVOEIRO 15°
PORTALEGRE 23°
LISBOA 16°
ÉVORA 16°
BEJA 14°
FARO 19°
SAGRES 17°
PONTA DELGADA 18°
FUNCHAL 20°



«SERPENTE VIVA A BORDO», rezava a mensagem de S.O.S. lançada pela tripulação dum Boeing 747 paquistanês proveniente de Bangucoque, que reclamava a ajuda das autoridades filipinas para a livramento do réptil, informa hoje o jornal «Times». A serpente, com 1 metro de comprimento, agarrada ao tecto da cabine do avião, transportando 339 passageiros, gerou pânico, ontem à tarde no aeroporto de Manila, indicaram as autoridades.

O SUPREMO TRIBUNAL DA BULGÁRIA confirmou hoje as condenações por espionagem de dois turistas italianos, Paolo Farcetti e Gabriella Trevisin respectivamente a dez e seis meses e a três anos de prisão, pronunciadas a 14 de Abril pelo tribunal de Sófia.

Ao dar conhecimento das conclusões do Supremo Tribunal, o presidente Miltcho Teodosiev, considerou que as condenações na primeira instância tinham sido ligeiras relativamente aos crimes cometidos.

OS CINCO PASSAGEIROS do avião sul-africano, que em 27 de Junho último aterrou sem autorização em Moçambique, deixaram esta tarde Maputo, por via aérea, de regresso à África do Sul.

Detidos desde essa altura em Nampula, norte do país, tinham sido transferidos no passado domingo, de avião, para a capital moçambicana.

FORAM ABERTAS 13 MIL INVESTIGAÇÕES contra antigos criminosos de guerra nazis, desde 1958, data da criação do Secretariado Central de Busca de Criminosos de Guerra de Ludwigsburgo (Sudoeste RFA) indicou hoje o seu director, Albert Rueckerl, em entrevista ao jornal Weltbild, publicado em Augsburg (Baviera).

UM ACORDO ENTRE O SENADO E A CÂMARA DOS REPRESENTANTES norte-americanos, que começou a ser redigido segunda-feira, permitirá ao Pentágono produzir uma bomba de gás nervoso, com um orçamento de mil milhões de dólares.

O acordo está a ser elaborado por comissões de ambas as câmaras do Congresso dos Estados Unidos, depois de duas reuniões a 13 e 16 de Junho, que impediram o andamento do caso e da resolução do impasse pelo voto do vice-presidente, George Bush.

A decisão do Congresso, por seu lado, acabará com um processo de 14 anos de adiamento na produção do gás nervoso. Espera-se, que o acordo seja redigido durante toda esta semana, de molde a estar pronto antes das férias parlamentares de Verão.

Na fase seguinte, o acordo será sujeito à aprovação presidencial e, segundo fontes da Casa Branca, Ronald Reagan não lhe levantará objecções.

Não sabem se é branca ou mestiça

Recém-nascida sul-africana é “grão de areia” na complicada engrenagem do “apartheid”

Quatro semanas após o seu nascimento, Liza Venter constitui um grão de areia na engrenagem do «apartheid», por a Administração sul-africana hesitar em pronunciar a decisão definitiva, se fará dela uma branca, ou uma mestiça.

O bebé encontrado em 9 de Julho num arrabalde de Pretória, foi provisoriamente colocado num hospital para brancos e baptizado com o nome de uma enfermeira igualmente branca.

Mas a lei é formal, além do apelido, nome e sexo, a identificação de um sul-africano deve conter menção de um grupo racial, branco, mestiço, indiano ou negro.

PARA isso existe uma lei de 1950 sobre «o registo da população», revista em 1969, e que estipula que só as crianças nascidas de pais ambos brancos serão reconhecidas como tal. Se se trata de um indivíduo nascido de pais desconhecidos, são tomadas em conta as características físicas (cor da pele, formato do nariz, espessura dos lábios, unhas e textura dos cabelos), os hábitos de vida, a educação, a linguagem e o aspecto geral.

O texto diz nomeadamente: é branco (A) aquele que tem a

pele branca e não é geralmente considerado como mestiço, (B) aquele que é geralmente considerado como branco e não tem aparência de não-branco.

Bastou um cabelo para a pequena Liza ser classificada mestiça. O cabelo em questão, retirado do seu crânio foi examinado ao microscópio pelo Instituto de Medicina Legal da Polícia, em Pretória. Este concluiu que a criança não pode pertencer nem ao grupo Causasiano nem ao Oriental. Resta o Negroidal.

Numerosos especialistas

em Biologia, antropólogos, contestaram o carácter científico do exame. O cabelo, disse um deles, só se forma verdadeiramente a partir dos seis anos, o mais cedo.

O chefe do Partido Trabalhista Mestiço, Allan Hendrickse, afirmou por seu turno, que um exame capilar sistemático dos 4,6 milhões de brancos sul-africanos levaria à reclassificação de dois terços deles na categoria «sangue misto».

Antes dele, dois investigadores da cidade do Cabo indicaram, há uma dezena de anos, que a esmagadora maioria dos «afrikaners» tem sangue negro nas veias.

Perante a amplitude das críticas, a Administração de Pretória apresentou um relatório. Os testes realizados pela Polícia não são em nada determinantes, disse. A decisão final pertence ao Ministério dos Assuntos Internos. Um porta-voz desse ministério garante que o «dossier» está a ser tratado «com circunspeção e compaixão».

A análise dos cabelos de Liza não tinha outra finalidade, além de auxiliar o inquérito a tentar encontrar os pais, passíveis de procedimento criminal por abandono da criança, indicou a Administração. De ora em diante, os polícias orientarão as suas investigações na direcção da comunidade mestiça.

O pai e a mãe serão perseguidos por uma segunda acusação, se vier a verificar-se, que infringiram a lei da imoralidade, que proíbe as relações sexuais entre brancos e não brancos.

Segundo a sentença administrativa, Liza Venter gozará de plenos direitos, ou será relegada para «cidadã de segunda classe», escreveu a Imprensa liberal sul-africana, denunciando o carácter arbitrário da classificação por raças.

Se mestiça, a criança deverá deixar o Hospital Ouest, onde foi recebida. Ser-lhe-ão fechadas as portas dos orfanatos, das escolas e, mais tarde, das Universidades, dos

restaurantes, dos autocarros, dos hotéis, só para brancos.

Deverá residir em zona de habitação «Coloured» e nunca poderá casar com um branco.

A pertença a um grupo condicionará toda a sua existência e a dos seus filhos. A menos que beneficie, como 895 sul-africanos no ano passado, de uma «reclassificação». 722 mestiços e sete chineses nomeadamente, foram oficialmente reconhecidos brancos.

O Parlamento do Cabo recebeu um projecto de reformas constitucionais visando associar parcialmente mestiços e indianos ao poder, actualmente exercido só pelos brancos.

Também o caso Liza Venter ocorre no pior momento, sublinhou a Imprensa liberal. Ele vem, com efeito, lembrar que subsistem na África do Sul as leis raciais mais rigorosas. Mesmo que tenham sido feitos reais esforços para o suprimir, nos últimos anos, as marcas mais evidentes do «apartheid mesquinho», continuam.

Decidido em Conselho de Ministros

Governo ataca no sector público com o comando especial

O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, em sessão alargada a todos os ministros, debateu ontem a política económica e financeira do Governo, diz o comunicado emitido no final da reunião.

«O Governo confirmou a sua anterior orientação no sentido de serem tomadas com urgência e decisão as medidas que a situação reclama, sobrepondo juízos de necessidade a considerações de conveniência política», afirma o documento.

Na reunião dedicou-se «especial atenção» à atitude a assumir face ao «sector empresarial do Estado», tendo sido designado

um grupo de trabalho permanente de secretários de Estado (Tesouro, Finanças, Plano, Indústria, Energia, Marinha Mercante e Transportes) para estudar os problemas daquele sector.

Ainda segundo o comunicado o Governo debateu a política económica e financeira na perspectiva da preparação das propostas do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1984 e definiu linhas fundamentais da orientação da política do Governo para o segundo semestre de 1983 e para o ano de 1984.

O ministro das Finanças caracterizou, uma vez mais, e com dados novos, a gravidade da situação financeira, e «a necessidade

de lhe opor medidas de contenção de despesas, de racionalização de processos, de correcção de distorções e outras que têm sido sistematicamente adiadas, numa atitude de contemporização com rotinas administrativas e grupos de pressão que é indispensável e urgente corrigir».

O Governo disse estar preparado para dar «adequada resposta» às repercussões das inevitáveis medidas de austeridade que ele próprio já prevê negativas. «A situação atingiu um ponto de extrema gravidade — conclui o comunicado — mas temos a convicção de que é recuperável com firmeza, determinação e vontade política».

Vinho moçambicano

Um projecto de produção anual de 120 mil litros de vinho terá início em 1984 na província moçambicana de Manica, foi anunciado em Maputo.

A adega para processamento já está praticamente pronta, enquanto as estruturas complementares deverão ficar prontas até Novembro próximo.

O projecto vai arrancar com cerca de 14 mil videiras e a produção aumentará progressivamente ao longo dos anos.

Gerente de bar morto a tiro de madrugada

Continuação da pág. 1

gem que não tinha conseguido estabelecer contacto «com o senhor Zani». Armando Cardoso foi atingido com três projectéis de calibre 7,65 (arma de guerra), dois no peito e um outro na cabeça.

O «Bar 25», antigo Cinema Arco-Iris — na Rua das Portas de Santo Antão (junto ao Coliseu) tinha sido encerrado (e posteriormente aberto), em Novembro

de 1980 por uma brigada da Secção de Costumes da PSP, tendo-se na altura falado não só em problemas relacionados com a prostituição de menores como ainda com o tráfico de droga.

Já à hora do fecho do nosso jornal tivemos uma informação via ANOP, mas que não nos foi possível confirmar, segundo a qual Zani estaria a ser interrogado pela Polícia Judiciária.

Conselhos de Informação têm nova constituição

Na II Série do «Diário da República» hoje distribuído, mas com data de 29 de Julho, vem publicada a lista de membros dos diversos Conselhos de Informação — para a Imprensa, para a RDP e para a RTP. Os Conselhos de Informação vão ser brevemente extintos, após a Assembleia da República eleger provavelmente em Setembro próximo os membros do novo Conselho da Comunicação Social, criado na última revisão constitucional. Três jornalistas do «DL» terão assento naqueles Conselhos, em representação do MDP/CDE e do PCP. Augusto Vilela faz parte do Conselho de Informação para a RDP e Manuel de Azevedo do da Imprensa, tendo ambos sido nomeados pelo MDP.

Ernesto Sampaio é suplente da representação do PCP no Conselho de Informação para a ANOP.

Soterrados no Lumiar em acidente de trabalho

Continuação da pág. 1

Um operário morreu e três ficaram feridos com gravidade num desabamento de terras ocorrido, cerca das 8 e 30 desta manhã, numa obra de construção civil no Palácio de Santa Clara, localizado na Estrada da Ameixoeira, ao Lumiar. Segundo a versão apresentada pelos Sapadores Bombeiros, o acidente verificou-se quando o balde de uma grua embateu contra uma parede que se desmoronou soterrando os quatro homens.

O edifício é propriedade da marquesa de Sousa Carreira e no local em que teve lugar o sinistro (já n o interior dos jardins do palácio) está a ser construído um anexo.

Esta manhã quando aí procurámos colher informações no pa-

lácio fomos recebidos por um ambiente quase hostil e de certo modo estranho, pelos encarregados da obra que nos disseram que «ali ninguém tinha morrido», quase pretendendo ocultar a realidade do próprio acidente.

Foi com grande esforço que conseguimos saber a identidade dos feridos (que não a do morto). Quanto aos feridos trata-se de José Isidro Marques, de 46 anos, pedreiro, natural de Abrantes e residente em Lisboa; Josué Pereira Marques, de 25 anos, solteiro, nascido em Vila do Rei, e morador em Alcântara, e Fernando Marques Maia, de 37 anos, casado, natural de Mação, e residente em Caneças, ambos internados no Hospital de Santa Maria.